



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bom-dia a todas, muito bom-dia a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e àqueles que nos acompanham também pela plataforma YouTube no canal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Sargento Lima.

Comunico a vossas excelências que não haverá aprovação da ata da reunião anterior, da 8ª Reunião, pois ela ainda está em processo de elaboração devido ao grande volume de informações dadas pelas nossas testemunhas e pelas perguntas também dos Deputados.

Informo que recebemos uma nota de esclarecimento enviada pelo procurador da senhora Márcia Regina Geremias Pauli em relação ao depoimento prestado pela senhora Débora Brum (já distribuída aos Deputados-membros com a convocação).

Senhores Deputados, nós temos dois requerimentos extrapauta.

Primeiro requerimento... E pergunto a vossas excelências se existe óbice em colocar em votação. *(Pausa.)*

O primeiro requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva dos senhores Frederico Tadeu da Silva, controlador de Controle Interno e Ouvidoria da SES, e Thyago da Silva Martins, gerente de Execução Financeira, no dia 30/6/2020, às 17 horas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

O segundo requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva do senhor Vanderlei Vanderlino Vidal, atual superintendente de Gestão Administrativa da SES, em data a ser definida posteriormente.

Pergunto a vossas excelências se alguém quer discutir o segundo requerimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, esse nome é muito importante, porque ele era o superintendente antes da Márcia e agora é o superintendente depois da Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy, se puder falar mais perto do microfone eu agradeço.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.



Este nome, Vanderlei Vanderlino Vidal, é muito importante. Inclusive na última sessão eu estava com o requerimento pronto, porque das informações que recebi, ele era o superintendente – ele é um bombeiro também – antes da Márcia, a Márcia saiu e ele voltou para [o lugar da] Márcia.

Portanto, ele também tinha a senha do e-mail e ele também mora no Campeche, né? Então é muito importante a gente ver essa questão. E agora, hoje, sai a notícia que o gerente de Licitações, o Coronel que esteve aqui, foi exonerado. A matéria chama a atenção porque diz assim... a matéria diz que o Coronel foi exonerado porque o novo superintendente, que é esse VVV, Vanderlei Vanderlino Vidal, está impondo novas condições de trabalho. Mas o Coronel era o gerente de Licitações antes da Márcia, também com ele.

Então vai ser uma boa oitiva desse cidadão aí.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Algum outro Deputado queira comentar o requerimento? (Pausa.)

Então coloco em votação.

Em votação.

Aprovado.

Senhores Deputados e todos aqueles que nos assistem, eu gostaria de falar sobre uma das testemunhas, testemunhas não, uma das pessoas que foram convidadas para estar aqui hoje com a gente, para prestar um depoimento. Esta Comissão não convoca tão somente aquelas pessoas que estão relacionadas diretamente com o contrato em si. A Comissão também pode requerer o parecer técnico de pessoas, que a gente pode convidar, para dissipar qualquer tipo de dúvida que possa surgir entre os membros da Comissão.

Então eu acabei, por requerimento meu, convidando o doutor Márcio Martins, para que ele pudesse nos tirar algumas dúvidas. Ele é médico pneumologista, indicado pela Associação Catarinense de Pneumologia e Tisiologia, e não tem nenhuma ligação com a compra dos respiradores, tá? É simplesmente para que ele possa nos ajudar um pouco mais a entender essa compra.

Então eu estou aqui justificando que esse é um convidado nosso aqui na Comissão Parlamentar, com uma característica... pela sua tecnicidade e conhecimento do assunto.

Consulto se o doutor Márcio já está conectado.

(O depoente Márcio Martins conecta-se à videoconferência.)

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir? O senhor tem que tocar na tela, vai aparecer o símbolo de um microfonezinho, ele deve estar com um risquinho.

E agora?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Conseguiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

Doutor Márcio, eu estava explicando aqui para as pessoas... e eu acredito que o senhor não estava ouvindo a gente anteriormente, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É que nós convidamos algumas pessoas pela capacidade técnica que têm para nos ajudar aqui na Comissão.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São alguns técnicos que, devido aos seus conhecimentos profundos do assunto, podem nos ajudar, mas que não têm absolutamente nenhum tipo de envolvimento com a compra desses equipamentos.



O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu acredito que existam algumas perguntas para fazer para o senhor que podem nos ajudar aqui em relação à compra.

Consulto o Relator se tem alguma pergunta? Deputado Felipe Estevão? Deputado Fabiano? Deputado Valdir Cobalchini?

(Os Deputados-membros declinam da palavra.)

Deputado Kennedy Nunes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta doutor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta. É o seguinte, nós não entendemos nada de respiradores, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí, no caso específico, iniciou com um tipo de respirador que era portátil, aliás, o fixo, né? Depois eles entregaram, parece que quiseram mudar para o portátil...

O SR. MÁRCIO MARTINS — De transporte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — De transporte. A minha pergunta é o seguinte, já que a gente não teve esse parecer, porque esse parecer... quando o pedido do jurídico não apareceu... dos especialistas, se valeria ou não... eu queria que o senhor pudesse explicar assim para leigos (*risos*), como nós, todo médico... tem duas coisas que é difícil a gente entender de médico, a letra de vocês e o que vocês falam (*risos*).

Então, assim, se pudesse explicar, principalmente para nós aqui e para quem está nos assistindo...

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...se esses equipamentos, que eles quiseram trocar e entregaram parte, funcionam para leito de UTI da Covid lá no hospital?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, é... ventilação mecânica hoje, a gente tem dois tipos de ventiladores. São os ventiladores mecânicos invasivos, que a gente chama, e aqueles ventiladores que dá pra praticar uma ventilação mecânica não invasiva, que você usa uma *interface*, que é uma máscara ou qualquer outro mecanismo que você possa levar a ventilação a esses pacientes.

Existem os ventiladores de transporte, que são portáteis, que são colocados nas ambulâncias ou para transporte intra-hospitalar dos pacientes pra fazer algum procedimento fora do leito de UTI. Por exemplo, fazer um exame de imagem, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Fazer uma tomografia computadorizada, uma ressonância. Esses ventiladores de transporte não são ideais para ventilar os pacientes com Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pronto.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Os pacientes com Covid, que têm a doença SARS-CoV-2, eles fazem uma doença pulmonar chamada Síndrome de Angústia Respiratória do Adulto, que é um grau de insuficiência respiratória grave. Vão necessitar de ventiladores mais robustos que possam ventilar e dar condições pra que esse pulmão se recupere. Então, pra isso, precisa de ventiladores mecânicos invasivos e que tenham características que podem auxiliar na recuperação dessa lesão pulmonar, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. Então se eu entendi bem, se eu entendi...



O SR. MÁRCIO MARTINS — Eu fui claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

Se eu entendi bem, esses respiradores que a Veigamed num momento quis trocar não funcionam para o que o Estado queria fazer, que era para equipar os leitos de UTI do coronavírus, leitos fixos.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Se for ventiladores de transportes, não são adequados pra ventilar um paciente com a doença pulmonar provocada pela Covid, ventiladores de transporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que são esse que vieram aí.

O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ininteligível)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, doutor.

Eu fico pior ainda, porque além de a empresa enganar uma vez, nós fomos enganados uma segunda vez, porque além de não entre... Primeiro a enganação foi essa troca e depois a não entrega.

Obrigado, doutor.

Presidente, por mim é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bom dia, doutor. Tudo bem?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu li alguma coisa...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...gostaria que o senhor confirmasse. Esses ventiladores que foram adquiridos, além de não servirem para os leitos de UTI, eles também não servem para o transporte de pacientes acometidos pela Covid, que inclusive se utilizados poderiam levar esses pacientes à morte. Isso é possível? Eu li alguma coisa de um...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...estudo médico. Gostaria que o senhor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...falasse alguma coisa sobre isso.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, alguns ventiladores de transporte, dependendo... é, é, os ventiladores mecânicos, você tem... é como se fosse um carro, você tem o Fusca e você tem uma Ferrari. Ventilador é a mesma coisa, você tem um ventilador mais ou menos e tem um ventilador de ponta.

A mesma coisa são os ventiladores de transportes. Você tem ventiladores de transporte que tem condições técnicas de ventilar um paciente por, por, pelo menos, trinta minutos a uma hora, que dê condições pra você realizar um exame de imagem por que é desta forma, como você tem ventiladores que não tem condições, dependendo do ventilador, obviamente. É, é, a, quando eu falo assim, desta forma, eu não tenho conhecimento, é, qual é a marca, qual é o tipo de ventilador de transporte que foi é... é, é, oferecido por eles, né? Esses pacientes com Covid, com insuficiência respiratória grave são os, são doentes que tem comprometimento pulmonar muito grave.



Então, dependendo do ventilador mecânico usado, eles não vão ter uma resposta muito satisfatória. Inclusive, existe estudo mostrando, quando os pacientes chegam a utilizar a ventilação mecânica a probabilidade de morte, de mortalidade é 50%.

Então, é... é, tem que se tomar um cuidado na escolha desses materiais, principalmente se esses pacientes têm um comprometimento pulmonar importante. E geralmente esses pacientes com Covid, que evoluem pra necessidade de ventilação mecânica, são pacientes que tem comprometimento pulmonar extenso na maioria das vezes, o que a gente tem observado.

Então dependendo do ventilador de transporte, é um risco. Ah, pode aumentar o risco de morte? Pode.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Entendeu? Então existe essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Eu gostaria de comunicar a presença do Deputado João Amin. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Obrigado, senhor Presidente.

É um singelo questionamento. A gente olha essa busca, neste momento, no combate à Covid, nessa guerra que travamos. A gente sabe que os respiradores são o principal, né, o item, o instrumento ali do combate, e há uma corrida desenfreada... o preço desses equipamentos estão altíssimos.

Só uma dúvida, eu vejo muitas empresas em Santa Catarina que estão desenvolvendo alguns desses ventiladores, desses respiradores mecânicos e, pelos preços, a disparidade, a diferença de valores é absurda, é gritante. Doutor, aquilo ali realmente... pode ser usado, não pode?... Eu vejo uma série de alguns até meio, assim, rústicos, mas... desenvolvemos com preço x e tal, é rápido fazer isso, é prático.

Gostaria que o senhor desse um panorama pra gente entender um pouquinho melhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, vê bem, é... existe essa disparidade, os preços estão altíssimos. Primeiro, porque a nossa economia, o dólar está a cinco e oitenta e poucos, e todas essas peças para montar um ventilador mecânico são peças importadas, na grande maioria.

É... tem várias empresas nacionais, tentando, é... ajudar, é, neste momento pra... fornecer esse material que é de suma importância. E a gente tem aqui bem próximo de nós, em Jaraguá do Sul, a WEG produzindo um ventilador chamado Leistung, que tem uma qualidade que dê pra ser usado nesses pacientes por um preço bem menor.

Esses ventiladores chegaram agora aqui há pouco tempo, parece que... é, é, não sei se foi o governo federal ou o próprio governo do Estado, que distribuiu aí dez ventiladores pra algumas regiões. Aqui no Hospital de Azambuja chegaram dez ventiladores, no Hospital Azambuja, em Brusque; chegaram dez ventiladores pra abrir mais dez leitos de UTI. E pelas características, lendo o manual desses equipamentos, eles têm condições de ajudar esses pacientes, por um preço bem menor. Enquanto esse ventilador custa de 25 a 30 mil, os ventiladores importados custam na faixa de 60, 70, 80 mil reais. Então, isso é verdade.

Pra você ter uma idéia, o ventilador hoje... considerado um dos melhores ventiladores do mundo, chamado Hamilton-C6, é um ventilador que foi lançado agora há pouco tempo, ele custa na faixa de US\$ 100 mil. Pra você ter uma ideia, com o dólar que nós temos, esse ventilador vai custar meio milhão de reais talvez (ri). Quer dizer, é uma coisa fora da nossa realidade. Então, existe esse problema realmente.



A maioria dos ventiladores é importado, que são utilizados em grandes UTIs, UTI do Hospital Einstein, UTI do Hospital Sírio Libanês, UTI da Beneficência Portuguesa, uma série de outros hospitais. Mas neste momento em que se necessita um número maior de ventiladores mecânicos, essas compras têm que ser feitas com cuidado, com análise, né? Pelo menos procurar um grupo de pessoas com conhecimento científico, no mínimo para orientar, devido ao abuso de preços. Até porque o nosso dólar disparou, né? Então a compra desses equipamentos se torna... extremamente fora da realidade. Mas isso é exatamente o que você fala, é realmente uma disparidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, eu tinha essa dúvida se realmente... Mas até mesmo esses da WEG, os itens que vão ali, são importados ou é... Porque (*ininteligível*).

O SR. MÁRCIO MARTINS — Alguns itens que a WEG, é, é, montou... esses ventiladores são importados. Por isso que às vezes essas empresas nacionais, às vezes, não conseguem entregar um número maior de ventiladores, porque tem a questão de importação. Tem que aguardar e não é só isso, todo o mundo tá necessitando de ventilador, né? Pra você ver, os Estados Unidos, que é um dos maiores países do mundo e que tem uma economia mais forte do mundo, também teve dificuldade em adquirir esses equipamentos. A gente não pode esquecer que os americanos também tiveram compras, dificuldades, principalmente, porque houve um, um, uma necessidade, uma demanda muito grande no mundo inteiro.

Então essas peças de reposição, é, é, elas levam um tempo pra ser fabricadas, inclusive a maioria delas são importadas, porque a maioria desses ventiladores eles são computadorizados. Computadorizados quer dizer que os sensores deles são feitos por mecanismo de *touch*, é... mecanismo de alta precisão para controle das pressões respiratórias pra você... levar o, o, o fluxo de ar pra dentro e (*ininteligível*) as válvulas, né, que compõem esses ventiladores, na maioria das vezes, também são importadas. Então tem vários mecanismos pro... é, é, é, equipamentos pequenos, que, que, que, compõem a construção do ventilador, como o Blender, que faz a mistura do ar, que pega do ambiente com o oxigênio que entra, pra fazer a mistura pra entrar o ar dentro do pulmão, tudo isso na maioria das vezes são peças importadas. E aí a dificuldade de você montar isso, é, é, em um número de série maior, ela é verdade, porque todos esses insumos são na grande maioria importados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, doutor, eu tinha essas dúvidas. Agora veja, a disparidade é gritante, 30, 70, 80 mil esses que vêm do exterior, né? Por que não valorizar... tem o caso da WEG, que é aqui do nosso Estado... tinha essa dúvida.

Muito obrigado, doutor. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, com relação ao seu Márcio, eu não tenho nenhum questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seu Márcio, mais uma vez quero agradecer essa oportunidade que o senhor nos deu de forma tão gentil e pronta. Mas eu gostaria de trazer o senhor aqui justamente para dentro...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...do processo de compra mesmo, para que você consiga dar o melhor esclarecimento disso.

O fato é que foi feita uma compra.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Feito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esteve aqui com a gente o responsável pelo parecer técnico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Quem foi o responsável, você poderia me informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já chego nesse ponto para o senhor.

O responsável pelo parecer técnico deu um parecer pelo respirador Medical C35, embora...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Me?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Medical C35, esse seria o objeto da compra, o primeiro, aquilo que estava descrito, mas não o que nos foi entregue. Nos entregaram...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...foi o Shangrila 501S (sic), o que nos foi entregue foi o Shangrila 501S (sic). E no início lá da compra seria um respirador Medical C35.

O senhor conhece esses dois equipamentos?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Nenhum dos dois. O nome, é, provavelmente são empresas nacionais que criam o nome e... coloca o nome no ventilador. A gente não sabe a qualidade desses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Na hora de comprar um ventilador, primeiro, você tem que saber se ele tem testes pra que seja liberado. A Anvisa tem um controle disso, né, o Inmetro também. Esses ventiladores têm que ser colocado em testes, tem tantas horas de testes para ser aprovado, ser liberado para a venda.

Eu não tenho conhecimento desses nomes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim. Nós temos aqui...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nós temos aqui desse ventilador 510S...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Inclusive tem um registro da Anvisa com o número e tudo, esse que foi entregue para gente aqui.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o senhor começou fazendo uma pergunta para mim que seria a pergunta que eu iria fazer para o senhor mesmo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O técnico que esteve aqui, que foi o responsável técnico, que emitiu o laudo para compra...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e que de forma nenhum esse laudo ele estava anexado ao... esse serviço à compra, tá?

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi um engenheiro mecânico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Engenheiro mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E não um médico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que validou a compra desse equipamento.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi chamado um engenheiro mecânico, ele esteve aqui, eu não me recordo o nome dele – se alguém puder depois me fazer a gentileza [de ver o nome] –, mas foi um engenheiro mecânico que esteve aqui. Ele foi o técnico consultado para a compra. Mesmo tendo um Secretário que era médico, um Adjunto do Secretário que também era médico, contudo quem emitiu o laudo técnico para realizar a compra foi um engenheiro. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco]

Gostaria de perguntar para o senhor se um engenheiro mecânico tem condições de validar a compra de um respirador?

O SR. MÁRCIO MARTINS — (R) É...vê bem, o engenheiro mecânico ele ajuda na construção do ventilador, e que essa construção desse ventilador é... tem algumas premissas de engenharia, obviamente, é... mas, talvez, o engenheiro adequado pra fazer uma avaliação desses ventiladores seria um engenheiro biomédico. Por quê? Porque é um engenheiro que lida com esses equipamentos relacionados à saúde e que possa dar um parecer, né?

Para você ver, toda a maioria dos hospitais têm na sua manutenção um engenheiro biomédico que faz a manutenção desses equipamentos. Talvez esse engenheiro biomédico traria resultados mais satisfatórios do que um engenheiro mecânico, né? Vê bem, ventilador mecânico não é um motor, né? Ele tem peças e... mecânico-eletrônicas, na maioria das vezes eletrônicas, porque na maioria das vezes são peças que funcionam conectado a uma placa eletrônica. Então, nós temos que analisar essa validação.

E eu acho que o mais importante, quando se fala em ventilação mecânica, é que pelo menos teria que ter um médico que esteja relacionado ao ambiente de UTI, que seja especialista em terapia intensiva pra dar um parecer um pouco mais com exatidão, porque é um médico que mexe com isso. Eu, a meu ver, eu acho que o parecer técnico mais importante dessa história toda de compra de ventilador mecânico, tem que ser dado pra aquela pessoa que vai dirigir o ventilador mecânico, vai dirigir o carro! Você não pode pedir uma pessoa que não vai dirigir pra emitir o parecer técnico!

Essa pessoa que tem formação em terapia intensiva, ele tem conhecimento de ventilador. Hoje, vocês podem acessar isso através da Internet que nós temos lá as diretrizes de ventilação mecânica que foi feita em 2013; vocês podem acessar através do Google Diretrizes Brasileiras em Ventilação Mecânica, 2013. Lá, traz uma série de marcas de ventiladores mecânicos, né? Tem uma série de marcas, nomes, o que que precisa um ventilador, o que que não precisa. Por quê? Porque o médico que trabalha na UTI é o médico que lida nessas situações e ele possa dar um parecer técnico mais próximo é... é... do ideal, a meu ver.

Apesar que têm outros médicos que na formação do curso básico de Medicina possa compreender de ventilação mecânica, mas não é um especialista em ventilação mecânica. Não sei se eu pude fazer entender mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De forma bem clara, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Essa é uma opinião... é... até porque a gente tá é... é... lidando numa situação de extrema emergência, é uma situação de exceção, é uma situação que as pessoas morrem, tem uma letalidade o vírus, isso é... sem sombra de dúvidas, está sendo mostrado, a prática tá mostrando isso pra gente, e na hora de... você ter um equipamento, nós que trabalhamos com saúde e com seres humanos, nós queremos dar o melhor opção de tratamento pro nossos pacientes. E a gente não pode colocar em risco, né,



esse tratamento, porque tem uma coisa que fala em Medicina que é: você é... é... treinado para ajudar, você deve evitar a aumentar o risco desse tratamento, né?. Então, dependendo do ventilador que você usa, você pode aumenta o risco pra esses pacientes, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Por quê?... *(Falha na transmissão da videoconferência.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

Eu tenho mais uma pergunta para fazer para o senhor... pergunta, não, só para poder corrigir uma falha nossa aqui e até para os outros Deputados terem conhecimento também do senhor engenheiro que eu citei aqui, o senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz, que foi o engenheiro que conversou com a gente aqui, Deputado Kennedy Nunes e Deputado Valdir Cobalchini.

E aqui nós temos acostado ao processo aqui na folha onde tem o parecer, o encaminhamento de uma comissão interna em resposta à Secretaria de Estado da Saúde, onde ela manifesta interesse para aquisição de respiradores, ventilador pulmonar, a fim de garantir a ventilação de pacientes com Covid-19 ou a síndrome aguda anteriormente apresentada aqui pelo nosso médico que está nos auxiliando no dia de hoje.

Vamos lá *(lê)*: “(...) Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas” mas nenhum foi citado, “(...) foi levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico, de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende (...) a ventilação dos pacientes (...)” Não é um engenheiro mecânico, foi um engenheiro eletricitista.

O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ri.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá? Só pra conhece...

O SR. MÁRCIO MARTINS — E qual foi essa comissão de médicos intensivistas? Tem descrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não senhor. Foi procurado ali, foi... quem assina aqui são dois engenheiros eletricitistas, a Joelma Cris Rodrigues Campos e o Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiros eletricitistas.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... porque se existe uma *(falha na transmissão da videoconferência)* de intensivistas, esses intensivistas têm que ter título de especialista em terapia intensiva, o senhor entende? Hoje o CRM é bem claro, título de especialista tem que ter um registro de qualificação de especialidade no Conselho Regional de Medicina. Então, tem que procurar quem foi essa comissão de intensivistas que foi ouvida e o seu registro de qualificação. Se eles têm a qualificação e atestaram isso realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, nós temos também mais duas matérias que a gente trouxe aqui, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que falam da compra do mesmo modelo de oitenta respiradores que chegaram ao Hospital Oceânico, dia 29 de maio. Esse fato divulgado pela...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pela mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... não, pela própria Prefeitura Municipal de Niterói. As duas são do Portal de Niterói.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Lê)*: “A informação de que os respiradores comprados pela prefeitura são adequados (...) para situações de emergência, transporte e resgate consta no contrato assinado pelo secretário



(...), Rodrigo Oliveira: 'A contratante entende que o Ventilador de Transporte de Emergência 510s... é adequado apenas para os seguintes cenários: emergência, transporte de longa distância, transporte hospitalar (...)'”

Vamos para a próxima ali que eu deixei marcado aqui na segunda lauda. Aí “O órgão expediu as especificações técnicas (...)” enfim, aí, ao Ministério Público do Rio de Janeiro “(...) garante, por nota, que eles ‘atendem às necessidades emergenciais de terapia ventilatória mecânica invasiva e não invasiva (...)’” - foi aquela que o senhor nos explicou da máscara, aquele que é obrigado a intubar o sujeito ali que está acometido pela Sars -, ““(...) e que esses aparelhos já estão sendo utilizados em pacientes de Covid (...)”” nas emergências.

Foi falado do risco de contaminação: “É consenso entre os especialistas (...)” daí, sim, os neurologistas, os intensivistas etc., que o “(...) Shangrila 510S não são ideais para uso em UTIs, no entanto, há os que afirmam que, diante do cenário de pandemia (...)” e emergência, sim, o que não era o nosso caso em Santa Catarina, na época.

O senhor concorda com esses demais especialistas que afirmam que eles não são ide...

(A reunião foi interrompida por falta de energia elétrica. Pausa.)

Aos que nos acompanham, informamos que houve um problema técnico aqui, de queda de energia na nossa Casa.

Agora retomamos aos questionamentos em torno do aparelho em si, do objeto da compra. Aliás, dos que foram entregues, que não foram aqueles que estavam descritos na compra.

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir ainda? O senhor tem que ligar o microfone. Deputado Sopelsa, o senhor está nos ouvindo também?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Agora estou ouvindo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado. Doutor Márcio?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu estou indo para a conclusão, doutor Márcio, e tenho mais um questionamento a fazer para o senhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Durante todo esse processo de pandemia, a gente está assistindo pela TV que um grande problema enfrentado em todo o território nacional foi o seguinte: a compra de um determinado respirador e, a partir da compra desse respirador, era necessário, tinha prioridade e urgência o treinamento do profissional que iria utilizá-lo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por exemplo, vem um determinado modelo a e é comprado. A empresa tem que fornecer também alguém que dê o treinamento para os enfermeiros e para os médicos que vão operar aquele respirador. Existe essa necessidade real de que seja impreterível, que seja indispensável esse treinamento ou todos os respiradores são iguais e funcionam da mesma forma?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não. A maioria dos ventiladores mecânicos tem características próprias, cada um difere um do outro. O treinamento é essencial. Você... quando você compra um ventilador mecânico de marcas diferentes daquelas que está habituado, você tem que criar uma fami... familiaridade com aquele equipamento. Por quê? Porque, às vezes, aquele equipamento tem características diferentes, por isso que você tem várias marcas de ventiladores. Então, é importantíssimo que se tenha um treinamento e isso deveria estar na hora de comprar e adquirir, é... fazer com que a empresa que está vendendo o ventilador possa proporcionar através de uma enfermeira ou através de um médico da



assistência a essa empresa, treinar o... o... corpo de médico da onde que vai ser colocado esse ventilador. Isso seria o ideal, obviamente, isso aí não tem nem discussão. Por quê? Porque existem diferenças, né?

É aquilo que eu falei pra vocês, existem as diretrizes da Associação de Medicina Intensiva Brasileira que foi produzido isso, essa diretriz, em 2013, e lá tá listado as várias marcas de ventiladores com as suas características, ventiladores básicos, ventiladores com curvas em recursos avançados. Por quê? Porque eles di... eles diferem entre si, tá? Então, a maioria dos ventiladores eles não são iguais; claro que a premissa básica de funcionamento é igual em todos, porém, existem características de modelos e formas de ventilação que diferem de um ventilador para o outro. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em momento algum aqui... eu tentei o máximo possível, dentro das limitações da gente, ler todo o processo e não vi menção nenhuma a treinamento ali, Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite, me lembraram aqui quando o senhor leu aquela questão da comissão de intensivistas, do engenheiro elétrico, ele falou aqui que ele pediu o parecer dos intensivistas e não veio. Só para ficar a lembrança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrei e ser consignado também ali que foi a resposta dele. Não veio a resposta dos intensivistas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A compra foi baseada também no parecer de um engenheiro elétrico na compra dos respiradores.

Passada essa fase vamos para a próxima ali, doutor. Eu tenho certeza que o senhor já acompanhou vários e vários pacientes acometidos pela Síndrome da Angústia Respiratória.

O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ininteligível.)* Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu gostaria de saber do senhor... o senhor está acompanhando alguém que apresenta problemas respiratórios. Qual é o momento em que o médico fala: preciso da utilização do equipamento. Quais são os sintomas? O que ele tem que apresentar para poder falar: agora vou ter que entrar com a respiração mecânica nesse paciente?

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... deixa eu colocar um... de uma maneira bem prática para vocês, pra vocês entenderem. Eu vou dar, assim, uma coisa resumida. Eu estou formado há 34 anos e a minha especialidade é Pneumologia, sou especialista em doenças do pulmão e intensivista, eu tenho os dois tipos de especialista.

Então, vê bem, quando se é... nos deparamos lá no final de dezembro quando surgiu essa epidemia lá na China, viram que a maioria dos pacientes, a maioria das pessoas infectadas por esse vírus, o órgão-alvo mais acometido nessa epidemia é o pulmão. Até então não se sabia muito bem as características da doença e, com passar do tempo, isso ficou, foi ficando mais claro. Então, vê bem, nem todos os pacientes acometidos pela Covid vão necessitar de ventilação mecânica. É um percentual daqueles pacientes que são acometidos pela doença em torno de uns 3% a 5% que vão necessitar é... da ventilação mecânica. São aqueles pacientes que apresentam grau de dispneia ou falta de ar intensa, que tenha tosse e que tenha o que a gente chama de saturação de oxigênio - isso significa a ligação da hemoglobina ligado ao oxigênio, porque a nossa oxigenação ela é feita através da ligação do oxigênio com a hemoglobina e que é transportada do pulmão pro sangue e... e do sangue pro pulmão o CO₂ é eliminado pela respiração exalando no ar.

Então, vê bem, os pacientes que necessitam de intubação e que requerem ventilação mecânica são aqueles pacientes que têm uma dispneia importante, um grau de comprometimento da sua oxigenação com saturação menor igual a 90%, 89, 88 que são



sinais de insuficiência respiratória grave; aqueles que têm frequência respiratória, né, respiram mais rápido, mais do que trinta impulsões respiratórias por minuto, que têm a oxigenação baixa e que têm alterações radiológicas, a imagem radiológica com comprometimento pulmonar bilateral. São esses pacientes que devem ser intubados e vai ser necessária a utilização de ventilação mecânica. Por quê? Porque essa baixa oxigenação já é o início do que a gente chama de Síndrome de Angústia Respiratória do adulto.

A gente faz uma relação através da medida de oxigenação, a gente colhe um exame no sangue arterial, chamado gasometria arterial, em que a gente consegue analisar e determinar a concentração de O₂ no sangue arterial. Então, essa gasometria a gente consegue fazer um cálculo que é a relação da concentração do oxigênio no sangue arterial pela fração inspirada de O₂, que é a fração do ar que o indivíduo tá respirando. Essa fração de ar que o indivíduo respira pode ser a fração do ar respirada do meio ambiente, ele não requerendo nenhuma necessidade de oxigênio suplementar, que é a fração de ar respirada no ar ambiente é 21%, e o indivíduo pode requerer uma fração inspirada de ar de 40, 50 ou até 100%, aí você faz um cálculo dessa relação.

Então, significa Síndrome de Angústia Respiratória do adulto quando a relação dessa concentração de oxigênio sobre a fração inspirada de O₂ ela é menor ou igual a duzentos. A maioria desses pacientes nessas condições requer a intubação e requer a ventilação mecânica. Então, o percentual de que ocorre isso, é em torno de 3 a 5% dos pacientes comprometidos pela Covid. Não sei se eu fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Claríssimo.

Uma vez que ele apresentou através da gasometria, ali no exame da coleta de sangue, que os níveis de oxigênio não... realmente se fazem necessário que se intervenha com a respiração mecânica, se não tiver o respirador mecânico à disposição do médico naquele momento, o que acontece com essa vítima, doutor?

O SR. MÁRCIO MARTINS — A tendência é o óbito, né? Porque esses pacientes, na grande maioria das vezes, não consegue sustentar a oxigenação e a hipoxemia é um dos fatores maior pra levar a... à parada cardiorrespiratória, porque a hipoxemia leva à assistolia, como a gente chama, o coração para de bater, e esse indivíduo geralmente evolui para óbito.

Se você não tem um mecanismo pra manter a oxigenação nesse período até que esse pulmão recupere, obviamente o paciente não tem a mínima chance de você recuperar esses indivíduos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores Deputados, se não... se dependêssemos dos respiradores, é nesse ponto que eu quero chegar, tá doutor? Se nós dependêssemos exclusivamente desses duzentos respiradores, dos quais chegaram cinquenta de uma outra marca que não é a ideal, aquela que foi listada no contrato e, mais ainda, sem o treinamento para os profissionais utilizarem, validados por um engenheiro eletricista, se nós dependêssemos dessa compra e se fosse colocado Santa Catarina naquele cenário trágico que foi no passado há dois, três meses de que nós estaríamos tropeçando em defunto pela rua, provavelmente, muita gente estaria morta agora por falta desses respiradores.

Eu consulto os demais Deputados se há mais algum questionamento a fazer para o médico.

(Os senhores Deputados-membros manifestam negativamente com a cabeça.)

Doutor, eu quero agradecer enormemente essa colaboração que o senhor nos deu aqui, uma verdadeira aula. Eu quero confessar que desde o início dessa pandemia, e olha que o acompanho o depoimento de vários e vários especialistas na televisão, hoje eu realmente me senti satisfeito mesmo em relação ao que me faltava de conhecimento ainda. Lógico, como leigo, numa relação de médico-paciente eu sempre fui paciente, nunca tentei me automedicar ou me tratar pela Internet. Mas muito clara, muito enriquecedora mesmo a



participação do senhor aqui. Eu quero te agradecer bastante e dizer que o senhor prestou um grande favor hoje não só para esta Comissão, mas para toda Santa Catarina.

Muitíssimo obrigado.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... eu só quero deixar assim um último esclarecimento. Eu acho que... que o que é importante também dizer, né, você não adianta ter um ventilador mecânico, se você não tiver por trás uma equipe multiprofissional que possa manejar esses ventiladores e controlar esses ventiladores pra que se obtenha um resultado satisfatório! Ou seja, não adianta só você pensar na compra do equipamento se não estiver os profissionais treinados e habilitados para manejar esses equipamentos.

Então, se fez uma busca incessante, desenfreada para esses equipamentos, mas se esqueceram de que existe o ser humano pra manipular esses equipamentos. Não adianta você comprar uma nave ou um carro de última geração se você não tiver o piloto pra dirigir e comandar essa a situação. Então, precisa de... de... uma reflexão no sentido de que, realmente, tem áreas no nosso País, regiões do nosso País que está um caos porque, porque o número de infectados é acima do limite que você tem para oferecer de leitos em UTI de equipamentos, é óbvio. Isso é um problema crônico no nosso País, porque a saúde nunca foi valorizada nesse período de milhares de anos. É óbvio que o problema que nós estamos tendo hoje não é de agora, né?

Mas o que é bom ficar bem claro é que você tem a compra dos equipamentos, mas você precisa do profissional habilitado pra fazer com que esses ventiladores funcionem adequadamente! Então, a... a ajuda das empresas nacionais, nós temos que deixar aqui um louvor a essas empresas que foram atrás para buscar essas peças importadas, montar um ventilador pra fornecer... pra necessidade, a demanda que nós precisamos, nós temos que deixar um louvor para essas empresas. *[Transcrição: Grazielle da Silva] [Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

E eu acho que próximo da gente, em Jaraguá, se tem aí um ventilador que houve um parecer, existem médicos por trás dessa comissão desses ventiladores mecânicos, a WEG, aqui próximo da gente. Eles procuraram profissionais da área pra nos... para auxiliar eles na, na, na, na confecção desses ventiladores. E eu acho que é isso que tem que ter. Tem que ter profissionais junto. Montar uma equipe, né, não adianta só o engenheiro. Se você tem um engenheiro, mas não tem um médico, o que que adianta?

Essa é a minha opinião, né, bem clara é, é, ou seja, eu, eu não sou pago por nenhuma empresa de ventilador mecânico pra falar sobre isso, pelo contrário, a gente tem uma ética, né? A gente não tem nenhum conflito de interesses nesse sentido, pra falar que realmente precisa de um treinamento e precisa do profissional habilitado pra poder funcionar.

É isso que eu deixo aí como mensagem, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, doutor.

Peço mil desculpas ao Deputado Sopelsa pelo fato de não nos acompanhar de forma remota. Eu quero perguntar a vossa excelência se tem algum questionamento a fazer ao doutor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, senhor Deputado, não senhor. Agradeço a explanação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Doutor Márcio, ficamos muitíssimo agradecidos, mais uma vez reitero os agradecimentos em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Obrigado.

(O senhor Márcio Martins desconecta-se da videoconferência.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que tente contatar de forma remota a nossa próxima testemunha, o senhor Samuel de Brito Rodovalho.

(O depoente Samuel de Brito Rodovalho conecta-se à videoconferência.)

Senhor Samuel, muito bom-dia. O senhor consegue nos ouvir? *(Pausa.)*

O senhor tem que ligar o microfone do senhor, tocar na tela ou... não sei se o senhor está utilizando celular ou computador.

Agora consegue?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom dia. Alô, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, agora sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Está ligado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está ligado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso. Não, estou no computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero comunicar ao senhor que a cada pergunta haverá um *delay*. Então, vai ter um pequeno intervalo de tempo entre a minha mensagem ou a mensagem dos Deputados até o senhor, tá o.k.?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então muito bem, senhor Samuel.

O senhor sabe por que o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje aqui, desta reunião?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito interno desta Comissão, acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero perguntar, senhor Samuel, se tem algum outro equipamento ligado aí, no escritório do senhor? Onde o senhor está presente agora, ao telefone? Por isso o retardo do tempo da chegada da mensagem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, não estou não... eu estou tentando responder para o... não tem TV, não tem nada ligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Deputado Sopelsa, estamos tentando resolver o problema com o Samuel aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, eu não escuto ele e não tenho nada ligado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nada, nada?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Samuel, o senhor tem outro aparelho ligado aí, que está utilizando ao mesmo tempo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. Agora, agora já arrumamos aqui o problema. Os senhores me escutam agora melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Eu consulto agora o Deputado Sopelsa se consegue nos ouvir e ouvir a resposta do Samuel?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estou ouvindo o Samuel também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assumiu aqui anteriormente, foi compromissado com a verdade, só para conhecimento do Deputado Sopelsa, que não acompanhou a última transmissão.

Eu quero lembrar o senhor que, na condição de testemunha, o senhor tem o direito de permanecer calado diante de algum questionamento que lhe for feito, mas é preciso que o senhor expresse essa vontade, assim: prefiro não responder ou prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor está advertido em relação a isso também e comunicado, tá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Os taquígrafos da Casa precisam que o senhor fale de forma bem declarada, para registro nosso aqui: o nome completo do senhor, a data de nascimento, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua profissão, a sua atividade e o seu local de nascimento, o mais próximo possível do microfone. Eu não sei se tem mais gente na sala com o senhor, mas se quiser tirar a máscara, facilita o trabalho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu estou aqui no escritório de, dos meus advogados. Eles estão presentes aqui também, doutor Nilton e doutor Felipe, é... e... por isso que nós estamos aqui com a máscara, né, até quero agradecer, porque fomos... peticionamos aí a minha ã... testemunha pelo videoconferência, que a minha esposa está grávida.

E eu vou falar bem rápido aqui então. Meu nome é Samuel de Brito Rodovalho, nasci em 20/5/78, nasci em Goiânia, Goiás, e... eu sou empresário e as minhas empresas elas ficam em São Paulo, a principal delas em Valinhos, na cidade de São Paulo, mas eu resido em Florianópolis e trabalho em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor já disse que está acompanhado de advogados, então tem a necessidade que os advogados do senhor se manifestem também, preciso do número da OAB deles e a UF, a inscrição da OAB deles de qual Estado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Bom dia, senhor Presidente, egrégia Comissão, eu sou Nilton João de Macedo Machado, mais conhecido como Nilton Macedo Machado, OAB Santa Catarina 019.360. Estou aqui ao lado do senhor Samuel, acompanhando já... a ele, já desde o início desta operação.

O SR. FELIPE XIMENES MALINVERNI – Boa tarde, excelência, boa tarde, Presidente. Eu também sou advogado do Samuel, eu me chamo Felipe Ximenes Malinverni, OAB 26.426.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor se encontra em que cidade agora, neste exato momento?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Agora, aqui em Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir a suspensão da ouvida do Samuel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, ele tinha feito um pedido, que ele tem uma mãe idosa e a esposa grávida em casa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se ele pode se deslocar até o escritório de advocacia para estar junto com os seus advogados, ele pode se deslocar para estar aqui, na CPI, não tem razão nenhuma.



Estou apresentando um requerimento de suspensão da ouvida dele por teleconferência e remarcação de nova data, para que ele esteja presente junto conosco aqui. Não há razão nenhuma de uma pessoa que se desloca a um escritório de advocacia para fazer videoconferência conosco.

Nós temos o compromisso de trazer aqui os Secretários de Estado, nós rejeitamos um requerimento do governo para fazer videoconferência de pessoas que estão com atividades, que o governo pediu, então não tem como ouvi-lo por videoconferência se ele está aqui. Eu acreditei que ele estivesse em São Paulo ou na impossibilidade de comparecer.

Eu apresento o requerimento a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebo o requerimento de vossa excelência e coloco em discussão para os demais Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, concordo e apoio plenamente o requerimento do Deputado Ivan, pois estando em Florianópolis, até pela dificuldade da videoconferência e sérios problemas que têm às vezes no áudio, na comunicação, esse atraso.

Então de forma prática aqui, pô, se Secretários, ex-Secretários vieram aqui conversar conosco, eu acho que é justo, e virão outros, então tem o meu apoio o requerimento do Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu sei que o motivo que foi colocado pelo cidadão que vai ser ouvido agora aqui, é que a esposa dele está grávida e, portanto, teria esse cuidado. Mas, se ele se deslocou de casa para o escritório de um advogado, é a mesma coisa que vir aqui. Lembrando, senhor Rodovalho, que nós aqui, estamos tendo todos os cuidados, orientados, com segurança. Cada pessoa que vem aqui é limpo, é desinfetado. As pessoas estão mantendo o isolamento. Na entrada da Assembleia Legislativa é feita a medição da temperatura.

Então, portanto, eu concordo. Eu aceitaria se o depoente estivesse fora de Florianópolis, como foi aquele outro de São Paulo, na semana passada, estava lá, o.k. Mas, dessa forma... nós já levamos um “miguê”, como disse o João Amin, do outro que estava é... por videoconferência, ah não, foi esse né? Isso, esse aí, é verdade. Ele morava em São Paulo, nós pensamos que ele estava em São Paulo, e estava aqui, na rua Rio Branco. Então, se na terça-feira, nós aprovamos e negamos um pedido do governo, que queria fazer por videoconferência, não é nada não, mas há essa dificuldade da gente... da tecnologia.

Então eu concordo com o requerimento do Relator, para que nós possamos até dar a possibilidade, se ele quiser vir hoje ainda para cá presencialmente, mas por vídeo também não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

Ainda em discussão o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu vou na mesma linha, Presidente.

Eu penso que só podem ser dispensados, já que nós não abrimos exceção nem mesmo aos Secretários do Estado, [da ouvida presencialmente aqueles que estiverem em grupo de risco, fora isso... que é o caso, inclusive, de próprios membros da CPI, como o Deputado Sopelsa, que se encontra remotamente.

No mais, sinceramente, não vejo nenhuma justificativa para que testemunha aqui de Florianópolis não possa vir no endereço da Assembleia Legislativa. Penso que seja uma falta de respeito, inclusive, a esta CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, ainda em discussão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Concordo com o Deputado Ivan e com os demais Deputados da presença aqui, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Requerimento acatado pela Presidência. Discutido e agora em votação.

Deputado Moacir Sopelsa, ainda em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Concordo com o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O requerimento já foi discutido, agora em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Um minuto.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Prossiga, doutor advogado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – A questão de ordem é... não há nenhum problema na prestação do depoimento do senhor Samuel, embora as razões que foram apresentadas, que a esposa dele está grávida de quatro meses e ele quer proteger de eventual contágio.

Segundo, eu, advogado, tenho 67 anos e dois *stents* no coração. Em tese estou no grupo de risco, mas como os senhores estão presentes, não seria um motivo para a colaboração.

O que eu não concordo é com a expressão que foi mencionada pelo querido Deputado Cobalchini, seria um desrespeito à Comissão, porquanto o Tribunal de Justiça tem indeferido requerimento de transformação de julgamentos virtuais para presenciais. São todos feitos hoje presenciais para as pessoas na cidade e, e não, não tem tido problema nenhum na comunicação, no julgamento, nas sustentações orais.

Mas, se assim decidiu essa augusta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós, nós compareceremos, sim. Infelizmente hoje não será possível à tarde, porquanto há um julgamento que participarei no Tribunal de Justiça, do escritório, no meu sistema, nós chamamos de virtual, porquanto não foi... não se faz julgamento presencial ainda, atendendo recomendação do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Era somente por isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi recebido o parecer do senhor, as considerações do senhor, por esta Presidência.

Então, determinamos que o senhor Samuel seja chamado em data posterior, haja vista a impossibilidade de ele comparecer ainda hoje nesta Comissão.

Senhor Samuel, muito obrigado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Muito obrigado a todos.

(O senhor Samuel de Brito Rodovalho, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que entre em contato com o próximo depoente, o senhor Gustavo Bissacotti Steglich. *(Pausa.)*

(O depoente Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, conecta-se à videoconferência.)

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir? *(Pausa.)*

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir?



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Perfeitamente. Os senhores conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente nesta reunião, hoje aqui?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Acredito que sim, acredito que tenha sido por conta da venda que a minha empresa fez pra empresa Veigamed.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, acerca de todos os fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrar o senhor também que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito de permanecer em silêncio. Caso não queira responder a uma pergunta, o senhor pode permanecer em silêncio, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade: prefiro permanecer em silêncio; porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor compreendeu bem?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Compreendo e, pela ordem, eu gostaria de... é... avisar que eu estou na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, se tiver mais alguém aí com o aparelho ligado, é justamente isso que dá o problema do som ou um *delay* de tempo na chegada do som... *(Pausa.)*

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Agora eu acho que deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, tem mais algum outro aparelho ligado aí, justamente... *(Pausa.)*

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Desculpe, estávamos com um aparelho ligado em segundo plano, acabamos de desligar. Peço desculpas por isso, foi um lapso.

Eu gostaria de avisar que eu estou na presença dos meus dois advogados, acredito que eles também tenham que se apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Estou com o doutor Harger e com o doutor Vitor Barretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá o.k.

Só reforçando aqui, o senhor assume então o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A resposta do senhor é sim?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, então.

Lembrado que o senhor também tem o direito de permanecer calado se assim o desejar, porém é necessário que o senhor expresse: olha, eu prefiro permanecer calado.

Quero perguntar a vossa senhorita em que cidade que o senhor se encontra?



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu me encontro em Joinville, e eu gostaria apenas de, pela ordem, deixar claro que, ao contrário do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Anterior.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - ...anterior, eu fui convocado para participar dessa CPI via digital. Em nenhum momento me foi chamado pra ir pessoalmente. Então eu estou aqui conforme solicitado pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

Senhor Ricardo, para que os taquígrafos desta Casa possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale, nessa ordem: o nome completo do senhor, a sua idade, a sua profissão e o lugar onde exerce a profissão, a atividade profissional do senhor e o local de nascimento?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - O.k.

Meu nome é Gustavo Bissacotti Steglich, tenho 33 anos de idade, eu sou empresário, eu faço... atuo na cidade de Joinville, principalmente, e o meu local de nascimento é Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, data de nascimento e o endereço completo do senhor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - 16 de fevereiro de 1987. Eu moro em Joinville, na rua Jacob Eisenhut.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor já disse que está acompanhado de advogado, então vou precisar que agora os advogados do senhor se manifestem. Eu preciso do número da OAB e a UF da ordem dos senhores advogados.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - Bom dia. Meu nome é João Carlos Harger Junior, a minha OAB é 29.753. Estou na companhia do doutor Vitor Barretta.

O SR. VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA - Bom dia a todos. Me chamo Vitor Guilherme Aguiar Barretta e a minha OAB é inscrição de Santa Catarina, de número 46.912.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, senhores advogados.

Então passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

(O Deputado Estadual Moacir Sopelsa gesticula que quer se manifestar.)

Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu quero só fazer uma questão de ordem para que não fique nenhuma dúvida àqueles que estão nos assistindo e a todos. Por que ao senhor Samuel... foi dado a ele a comunicação de que ele deveria participar por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Por que diferente dos demais? Não vamos deixar nenhuma dúvida. Eu quero que a CPI tenha toda a transparência e, se isso tem um motivo, que ele seja esclarecido. Se nós estamos cobrando de todos [a ouvida] presencial, por que a dele foi uma convocação já pedindo que ela fosse por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor, o depoente anterior, ele fez um pedido, um requerimento a esta presidência pelo fato de ter a esposa grávida, estar com, se não me engano, uma sogra, tal e tal. Porém, no nosso entendimento aqui, ele não poderia estar transmitindo de dentro do gabinete da defesa dele. Se fosse para ficar em casa, se a preocupação maior fosse ficar em casa pelo zelo com a saúde ou com o bem-estar dos familiares dele, seria dessa forma. Da mesma maneira que nós escutamos o



senhor de forma remota, que nos acompanha desde o início da Comissão, até altas da madrugada, também de forma remota, considerando que o senhor também está em residência.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Como o senhor bem disse, isso é para entendimento de todos. Agora, pedir para fazer de forma remota ou ser convocado de forma remota para não transmitir de dentro da residência, com a alegação de que havia uma preocupação com a saúde da família, estando aqui, em Florianópolis, a situação foi considerada dessa forma pelo pedido do Relator, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima, eu acho que nós não estamos nos entendendo.

O senhor Samuel, quando se questionou de forma presencial ou remota, ele disse que a convocação dele foi feita para ele depor de forma remota. A convocação dele, do Samuel... Aliás, desculpe, eu não estou falando do Samuel, estou trocando o nome, estou falando do Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São as testemunhas, Deputado Sopelsa, que não estão enquadradas, ou no grupo de risco, ou aquelas que não residem, ou estão em Florianópolis.

Por isso, que foi de forma remota a convocação. Aquele que não mora em Florianópolis, não reside, ou não trabalha em Florianópolis, ou faz parte daquele grupo de risco, essas pessoas estão sendo convocadas, estendendo esse benefício de forma remota. Tendo em vista até a dificuldade de deslocamento, né, se fosse... eu não sei se as linhas interestaduais ou se voos interestaduais estão funcionando na sua plenitude.

Então, acredito que agora nós estamos nos entendendo, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estamos nos entendendo.

Todos aqueles que moram fora de Florianópolis, a convocação é feita para que eles se pronunciem de forma remota. É isso.

Está esclarecido, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Está esclarecido.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Gustavo, bom dia senhores advogados que o acompanham aí.

Senhor Gustavo, o senhor é representante da empresa CIMA Industries Medical Division, do Panamá, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, desculpa, eu troquei a folhinha aqui, da OltraMed, desculpa.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o representante legal da OltraMed Comércio de Produtos Médicos, certo?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor já vendeu equipamentos para o Estado de Santa Catarina? O senhor tem relações comerciais com o Estado de Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa, então, foi a primeira... o senhor fez alguma vez comércio com o Estado de Santa Catarina por algum outro produto, alguma outra interferência?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

O senhor é sócio do senhor Fábio Guasti em alguma empresa, em alguma outra atividade?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei nem quem é esse senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem alguma relação com Fábio Guasti de amizade, aproximação?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não. Eu não conheço nem esse nome, pra ser bem sincero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A empresa Veigamed... qual é a relação do senhor com a empresa Veigamed, ou a empresa do senhor com a empresa Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - O.k. A minha relação com a Veigamed não é nenhuma. A relação da minha empresa com a Veigamed ela se restringe a um único negócio, que foi feito. É... a Veigamed, ela fez a tentativa de compra, né, de testes de Covid. Que são testes que a minha empresa importou legalmente, fez a venda legalmente, pagando todos os tributos, tudo certinho.

E a Veigamed entrou em contato conosco pra fazer compra desses testes. Essa venda, ela estava em andamento, eu recebi os valores, foi emitida a nota fiscal, foi pago inclusive os impostos. Existe uma tributação chamada de ST, Substituição Tributária, que ela é paga... o fato gerador dela, o momento de pagamento é entre a emissão da nota fiscal e a entrega dos produtos. Foram R\$ 3 milhões pagos ao Estado do Rio de Janeiro, via ICMS, via ST, e, enfim.

O caminhão foi carregado e a venda seria concluída com a entrega dos testes. Porém, como eu acho que já foi amplamente divulgado na mídia, entre a saída dos produtos, na sexta-feira e a entrega dos produtos na segunda, é, estourou esse escândalo a respeito da Veigamed, o que me deu tempo suficiente de fazer o caminhão voltar, cancelar a venda e, inclusive, deixar à disposição do governo os valores que a Veigamed já haviam pagos para minha empresa, inclusive tendo um prejuízo, né, de relação de fluxo de caixa, pois, até o momento, eu ainda não recebi de volta os impostos pagos por essa venda que não foi efetivada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Os produtos que foram... eu vi que tem uma medida cautelar da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis, que bloqueou os valores que a Veigamed teria repassado por senhor, onze milhões e pouco de reais.

É... eu também tenho aqui, uma decisão de uma medida cautelar, de uma petição que vocês apresentaram nesse mesmo processo, pedindo a substituição da retenção dos equipamentos pela retenção desses valores, certo?

Esses EPIs, eles estão onde?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Só pra... pela ordem. Não são EPIs, né, são correlatos, é diferente, só pela ordem.

É, é, bom, existiu, antes do bloqueio por parte da Justiça dos valores da empresa, uma petição por parte da nossa empresa colocando os valores à disposição.

É, é, pra, acho que acredito que a melhor forma de responder essa pergunta seria criar um *timeline*, uma cronologia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ótimo, o senhor fique à vontade para nos ajudar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, perfeito.

Então, na quinta-feira, dia 1º... não sei se abril, tem 30 ou 31 dias, mas, enfim, um dia antes da sexta-feira, 1º de maio...

(O advogado fala fora do microfone: "Dia do Trabalhador.")



... 30 de abril. 30 de abril foi emitidas as notas, as cargas elas saíram com destino ao Rio de Janeiro. No dia 1º de maio eu fui convocado pelo Delegado Jeferson pra comparecer à Delegacia de Joinville, do Deic. Eu, pô, também tenho esposa grávida em casa, oito meses, fui até lá, num feriado, esposa brava, você pode imaginar: pô, porque tá indo lá na delegacia?

Aí, chego lá, me deparo com essa situação. Ele me fez as mesmas perguntas que você fez referente a pessoas que eu não conheço, que aparecem que são sócias da Veigamed e me explicou que eu havia feito negócios com uma empresa que, até o entendimento do Delegado e acredito que seja verdade, é uma empresa que estava fazendo negócios ilícitos.

Por conta disso, os valores que eu havia recebido dessa empresa, por mais que o meu negócio fosse um negócio totalmente lícito, a origem daqueles valores eram ilícitos. Por conta disso, o Delegado Jeferson, é, é, inclusive, até, registro os parabéns pra, pro trabalho dele, me explicou que seria muito melhor eu evitar com que essa venda fosse concluído, se ainda possível, e colocasse esses valores à disposição do governo.

Naquele mesmo momento, eu peguei meu celular, na frente do Delegado, liguei pra minha equipe, perguntei onde estava o caminhão, que eu tenho várias entregas, várias vendas, eu não tinha como saber. É, é, foi rastreado que o caminhão ainda estava em São Paulo com direção ao Rio de Janeiro para efetuar a entrega. Afinal de contas, os impostos estavam pagos, a nota fiscal está emitida, estava tudo certo. É, consegui fazer com que o caminhão voltasse e tive, inclusive, aí, um o entendimento do Delegado de que a melhor forma seria eu não falar nada com a Veigamed, porque a princípio eles iam fazer algum tipo de ação policial em relação a eles, e que se eles me contatassem, eu deveria apenas dizer que o caminhão está atrasado....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só me permite uma interrogação, Gustavo. Então, essa carga era destinada ao Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, era destinada ao Rio de Janeiro por onde as notas fiscais foram emitidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem informação se esse produto de alguma forma viria para Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Era para negócios feitos com o Rio de Janeiro, o senhor sabe disso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei. Eu venderia pra Veigamed e a Veigamed revenderia isso não sei pra onde, não tenho como saber isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, bom, então, é, só para confirmar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Posso só encerrar a linha de raciocínio, por favor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, é que nós somos... nós estamos investigando os negócios de Santa Catarina.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nós não estamos investigando os negócios do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas eu acho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Agora, é importante a gente saber o que que a Veigamed ia fazer com esses produtos, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Pois é, Deputado Ivan, eu acho prudente ele terminar o depoimento, justamente, porque ele está numa linha de raciocínio lógico de contar como é que estava acontecendo o bloqueio do recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é que de fato, nós temos todo o seu depoimento já procedido na Polícia Civil, tem o momento que o senhor falou que



suspendeu né, suspendeu imediatamente o interrogatório ele ligou pra sua empresa, sua empresas então falou com motorista, o motorista voltou pra Santa Catarina, voltou pra empresa e aqueles produtos ficaram bloqueados até que se conseguiu na Justiça substituir os produtos pelo bloqueio dos valores, não foi isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não, eu precisaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por favor, o senhor pode continuar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - ...complementar, porque tem um ponto importante que não está sendo levado em consideração, se o senhor puder me permitir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode continuar, por favor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Obrigado, desculpe, né?

Conseguimos fazer com que esses, esses equipamentos voltassem. Antes de qualquer bloqueio, antes de qualquer bloqueio em conta ou de pedido de bloqueio, já no dia seguinte, nós peticionamos um pedido de depósito, um pedido de conta judicial para depositar os valores. Num primeiro momento até pensamos em depositar os valores, menos a ST - afinal de contas, eu recebi onze milhões, mas três milhões eu paguei de ST, de impostos, devidamente tudo correto -, e ficamos dois dias pedindo pra Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Delegado, que viesse essa conta pra mim fazer um depósito judicial. É... plena a amizade, mesmo entendendo que eu teria dificuldade, depois, de recuperar os 3 milhões de imposto.

Porém, como a gente sabe que se trata de uma coisa bastante midiática, eu, eu tento imaginar que não foi por conta disso, mas em três processos diferentes, eu tive três bloqueios de conta, sucessivamente, inclusive ao mesmo tempo, na qual foi bloqueado um valor muito superior aos 11 milhões. Na qual eu preciso deixar registrado aqui, que eu fiquei, aí, duas semanas impossibilitado de fazer novos negócios, porque, pois eu tive um valor muito superior a 11 milhões bloqueado na minha conta.

Fato esse que meus advogados já me indicaram que, e peticionaram, inclusive que existe uma questão legal de abuso de poder, porque eu tive bloqueios vindo de Gaspar, tive bloqueio vindo do Ministério Público e tive bloqueio vindo de uma ação coletiva do Estado, que acredito que seja essa que começou a CPI, nas quais a minha empresa que fez um negócio legal, que se botou à disposição de devolver os valores e que pagou os impostos, teve não só o valor dos impostos, mas até três vezes o valor correto, bloqueado em conta até que, depois de muita briga, fosse liberado os valores até o limite de bloqueio de 11 milhões.

Isso é importante deixar claro.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Foi bastante esclarecedor. Nós não tínhamos as informações, tais quais elas estão sendo repassadas, Gustavo. Que enrascada, né?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é, hora errada, lugar errado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Que enrascada que o senhor se meteu aí. Fez o negócio licitamente e, infelizmente, com a empresa errada...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Tendo frustrado um negócio, como disse, lícito. E, depois disso, agiu corretamente, é bom que aqui a gente registre, no meio dessa negociação fraudulenta, vergonhosa para Santa Catarina, dessa



compra que o Estado fez, pagando por alguma coisa que não recebeu, o senhor fez exatamente o oposto.

Então, dessa negociação desastrosa que a Secretaria de Saúde do Estado fez, é o que a gente pode tirar de lição é aquilo que o senhor fez, como alguma coisa positiva que serve de exemplo, de como deve proceder, não apenas o homem público, mas também o privado. Parabéns pela sua atitude.

Esses recursos estão ainda depositados em juízo ou já foram devolvidos? O senhor tem conhecimento se foram devolvidos ao erário?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu vou ser muito sincero, eu me preocupo muito em vender e fazer negócios, não com essa parte jurídica, mas eu posso perguntar pro meu advogado que está aqui do lado, se esses valores estão em que...

(O advogado João Carlos Harger Junior manifesta-se fora do microfone que os valores já foram transferidos para o Estado.)

Já foram transferidos pro Estado. Eu sei que saiu da minha conta, agora, tecnicamente pra onde foi eu não sei. Acredito que tenha sido pra conta correta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - O.k.

Eu teria outros questionamentos, mas depois da forma clara como... para mim ficou. Nós não tínhamos essas informações, eu estou satisfeito.

E quero lhe cumprimentar pela sua lisura nesse processo, né, pela transparência também com que trata as coisas e pelo cuidado, que muitos não tiveram com os recursos públicos, que o senhor teve. Aliás, no seu caso não eram recursos públicos, eram recursos lícitamente auferidos, né, pela venda lícita, infelizmente para o destino errado, que é a Veigamed.

Eu estou satisfeito.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, quero comunicar aos membros desta Comissão que pedi à assessoria que entrasse em contato com o senhor Rafael Wekerlin que, talvez por falta de orientação jurídica, ainda não percebeu o fato de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem os mesmos poderes de uma instrução judicial, como qualquer outra. E o mesmo se nega, hoje, a entrar em contato com esta Comissão aqui, de forma remota, reclamando da troca da ordem daqueles que foram ouvidos.

Já tivemos aqui outras testemunhas que chegaram a esperar dez horas, sentados ali, na sala ao lado desta sala da Comissão. Comunicação para ele de que a próxima ouvida dele será de forma presencial, em data pré-marcada, e que nós também temos o poder de pedir que ele seja conduzido de forma coercitiva.

Portanto, peço à assessoria que entre em contato com ele, comunique esse fato para que ele possa evitar esse transtorno, pois toda uma estrutura foi montada aqui para que a Comissão funcionasse no dia de hoje e todos pudessem ter conhecimento da lisura de nossos trabalhos e do andamento deles também.

Então, tão logo haja uma resposta, eu peço à assessoria que nos comunique, se conseguiu contato via telefone com ele, para que ele possa se manifestar.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, Gustavo, que bom saber que tu és de Joinville e que agiu dessa forma. Parabéns.

Mas eu queria perguntar algumas coisinhas aqui. Primeiro, a fala do Relator com relação a saber se essa sua venda, né, o produto da sua venda que voltou do meio do caminho, é, que foi para a Veigamed, é que nós estávamos tentando saber, ou ver, se a Veigamed comprou os equipamentos os EPIs para tentar vender aqui, para o Estado de novo. Não



especificamente para o Estado, mas para outros Municípios aqui. Então, era só essa a ligação. Mas ficou claro que você vendeu e para quem eles iam vender não tem como fazer.

Mas eu queria saber o seguinte, nós tivemos aqui alguns depoentes que falaram inclusive que tinha um - como é que foi falado do é, é, do comercial... do aumento do preço...? - canibalismo comercial. Você, que trabalha com isso, percebeu que lá em março, abril, tinha um tal de canibalismo comercial, se referindo a altas de preços, a busca e essa negociação que tem tudo aí.

Você que trabalha nisso foi perceptível isso ou não?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, boa tarde, Kennedy, é um prazer estar conversando com o senhor, pessoa tão importante aqui da cidade, pena que é numa, numa condição, não é, Deputado...

Bom, Deputado, a gente, isso aqui não é uma aula de economia, mas a gente sabe que o preço é regido pelo mercado, trata-se de Lei da Oferta e da Procura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Hum, hum.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, eu sei também que existiu muita especulação... é, vieram, meu telefone era assim, coisa de mais de mil ligações por dia e, e, muita, muita especulação, pessoas é pedindo... e eu cheguei a receber um orçamento de um distribuidor dizendo que ele ia vender para o Acre sete milhões de unidades. Aí, eu fui no Google e descobri que no Acre tem setecentas mil pessoas. Então, assim, é, eu acho que a gente tem que dividir muito o que é especulativo e o que é real.

Quanto às altas de preço, o que é sabido é que existiu uma escassez absurda. Tanto que, quando fui sentar com o Delegado um Jeferson, pela primeira vez, é, até que fosse entendido o que estava acontecendo, eu falei pra ele: pô, Jeferson, você não tem de me chamar aqui e me tratar como bandido, você tem que me tratar igual herói. Porque enquanto muitos, muitas empresas não conseguem, muitos governos não conseguem importar seus testes pra Covid, uma empresa aqui de Joinville trouxe uma quantidade grande de testes e, em vez de ser tratado com todo respeito de que o empresário merece, por estar gerando aí receitas por Estado, emprego e tudo mais, ainda tá toda uma causa nobre que nem essa do Covid, e, pô, tô sendo aqui, agora, escrutinado por conta de algo que não deveria.

É, resumindo, o que eu posso dizer é que, sim, houve uma escassez de preço. Essa escassez de preço ela acaba sendo, é, vista nos... uma escassez de produto, né, acaba sendo refletido por uma lei de oferta e demanda, mas nada que fuja do razoável. Ao menos, as vendas feitas pela minha empresa, elas foram todas dentro de um patamar de valores razoável. Se fora disso existiu alguma coisa diferente, aí, acho que cabe à CPI investigar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigado, Gustavo.

É bom lembrar, até a gente já sabe, mais quem está acompanhando, muitas vezes não sabe, que a empresa Veigamed, Deputado Felipe, estava envolvida inclusive com a venda de EPIs, roubados no aeroporto de Guarulhos, para a Prefeitura de Guarulhos.

Então, eu vejo que, nesse processo todo, a empresa do Gustavo, é, foi uma dessas que, como ele diz, estava na hora errada, é, no momento errado, porque o cerne da questão, o bicho podre da questão, é essa Veigamed que enganou aqui, e que estava inclusive vendendo produtos furtados do aeroporto de uma carga que tinha vindo da China. Então só para ficar bem claro.

Eu fico satisfeito e parabeno novamente, Gustavo, você e o doutor, o Delegado... como é?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Delegado Jeferson, da Deic.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Delegado Jeferson, aí de Joinville, que tiveram essa estratégia, inclusive de te orientar, de você não entrar em contado com a Veigamed para não alertar eles da operação. Isso mostra a qualidade da nossa Polícia Civil aqui, em Santa Catarina, que está também atuando nesse processo.



Parabéns, muito obrigado pela sua demonstração de seriedade e cidadania.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero fazer um comentário rápido, baseado nisso que o Deputado Kennedy pediu e o Gustavo respondeu, sobre o aumento no preço dos produtos.

Ontem, foi feita uma denúncia aqui, sobre o comprimido dexametasona, que foi descoberto agora que ajuda os pacientes que estão na UTI com a Covid. Ele era vendido pelos laboratórios aos distribuidores de medicamento em Santa Catarina a menos de R\$ 2,00 e, de ontem pra cá, saiu a tabela nova, com R\$ 6,00 o comprimido, de menos de dois para seis.

Esse é o cartel dos que se aproveita da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente... Gustavo, a empresa Veigamed lhe fez o pagamento antecipado da mercadoria? [*Transcrição e revisão: taquigrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, é... por estratégia comercial, todas as vendas que a minha empresa realizou foram pagamentos antecipados, então isso não foge à regra. Eu posso, inclusive, enumerar aqui algumas outras instituições bastante conhecidas e de postura idônea, como o Hospital Albert Einstein ou os hospitais da Rede D'Or, do Rio de Janeiro, todos eles, independente de fama, condições de pagamento, é, todos fizeram o pagamento antecipado.

Essa foi uma estratégia comercial da minha empresa, devido aí às loucuras que a gente via no comércio, no mercado. E, enfim, isso é uma forma de evitar a especulação, que, afinal de contas, o meu telefone tocava e dizia: manda 1 milhão de testes aqui pra Minas que eu te pago semana que vem. Entendeu? Não dá pra saber quem é sério e que não é sério, então eu pedia os documentos da empresa, fazia uma análise via, eu, eu, eu, eu possuo na minha empresa, no corpo da minha empresa, um responsável técnico especialista em Anvisa, que ele analisava a documentação das empresas para quem a gente ia vender, inclusive analisou a documentação da Veigamed, percebeu que a Veigamed tinha autorização da Anvisa para comercializar esses produtos.

Por conta disso, não vimos nenhum problema em vender pra eles, quando eles tinham a documentação e fizeram o pagamento antecipado. Pra mim, era uma empresa igual à Einstein, igual à Rede D'Or. Simplesmente tinha o fato de que eu nunca tinha ouvido falar dessa empresa. Porém, até que se prove o contrário, acredito que todos são inocentes, né, eles agora a gente sabe que não, mas até então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

A partir da frustração do negócio para a Veigamed, como não chegou a mercadoria, ela tentou, de alguma forma, ser ressarcida dos valores que foram pagos?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não, num primeiro momento eles ligavam e eu não atendia o telefone, nesse meio tempo meus advogados começaram a procurar o Delegado Jeferson pra pedir, é, falar: oh, meu cliente está começando a ficar até com medo, né, afinal de contas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Se o negócio é lícito, eu não posso simplesmente não entregar e sumir, aí eu fiquei até com medo que ele viesse procurar a Polícia, ou alguma coisa assim, achando que eu tivesse feito algo errado, né? Então o



Delegado Jeferson, depois de três dias, ele fez uma declaração, é, do Deic dizendo que a empresa UltraMed havia sido, é, orientada a não seguir com a venda. Só três dias depois, quando os caras me ligavam de quinze em quinze minutos e eu não atendia, tudo o que eu fiz foi entrar em contato com eles através de WhatsApp, já para evitar a ligação, e eu mandei pra eles: segue documento recebido pelo Deic. Depois que eu fiz isso, eles sumiram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Então a empresa Veigamed...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não respondeu mais depois disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Tomou do próprio veneno.

O.k., Gustavo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Felipe Estevão, consulto se o Deputado Sopelsa deseja também fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quero fazer uma pergunta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu queria dar um bom-dia a todos, bom dia ao Gustavo.

Para ficar claro, porque não ficou claro pra mim. A tua empresa fez uma venda pra Veigamed de R\$ 11 milhões?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Perfeito, R\$ 11 milhões. Esses R\$ 11 milhões eram referentes a EPIs?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não, Deputado, eram referentes a cem mil testes de Covid. Só por ordem técnica, o teste de Covid não é considerado um EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eles não tinham comprado, no caso dessa compra, não tinha nada de respiradores?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Nada, a minha empresa, ela não comercializa respiradores, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Os 11 milhões que foram bloqueados eram referentes à venda de cinquenta mil kits de teste.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Isso, referente à venda de cem mil kits de teste, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Sim, cem mil kits de teste que a tua empresa fez pra Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - E esses 11 milhões estão bloqueados? E você tem aí um prejuízo - me desculpe por chamá-lo de você - e você tem aí um prejuízo dos impostos que você pagou e do frete, porque você estava mandando esses produtos até o Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Exatamente, Deputado, o frete chega a ser até irrelevante se considerar que foi pago 3 milhões de imposto, de ST. Mas sim, estou com esse prejuízo, espero que o governo do Rio de Janeiro devolva esse valor aos cofres da UltraMed, afinal de contas, pela legislação, eles teriam que fazê-lo. Mas a nossa legislação, incrivelmente, não dá um prazo pra que isso seja feito. Então, se não tem prazo, significa que eu vou ter que ficar esperando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, eu estou satisfeito. Eu acho que está esclarecido.



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão?

(O senhor Deputado Estadual Felipe Estevão gesticula com as mãos que falará após o Deputado Fabiano da Luz.)

Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero aproveitar. O senhor chegou a fazer negociação com outros Estados, direto para Estados?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só através de vendas pra outras empresas?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, foram muito precisas aqui todas as perguntas. Uma dúvida: a sua empresa teve esse prejuízo dos 3 milhões? O senhor pagou imposto. A Veigamed é o olho do furacão desse escândalo. Você teve essa venda de 11 milhões e você paga o imposto de 3 milhões. Esse ônus ficou com a sua empresa. Eu lamento, uma empresa de Joinville que se meteu num rolo desses e teve esse ônus. É isso? Só pra entender essa...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – É isso, Deputado, são 3 milhões que poderiam estar aí, rodando na economia, ser investido em outras coisas, mas estão lá nos cofres do governo do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, lamentar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Porque afinal de contas a ST é um imposto que é pago antecipadamente pro Estado de destino da mercadoria, então, ao Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, eu lamento muito, desejo boa sorte aí, a gente está aqui lutando em busca da verdade, bom ter a sua participação para que a gente possa estar esclarecido aqui nessa missão de descobrir a verdade sobre esse negócio.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Seu Gustavo, quero dizer ao senhor, que também a exemplo do Deputado Kennedy Nunes, muito orgulho que ser joinvilense, muito orgulho dos empresários da minha cidade, que levam de arrasto boa parte do Produto Interno Bruto de Santa Catarina. Então, parabeniza-los pelo comportamento que o empresariado tem - não só o joinvilense, mas de toda Santa Catarina - nesse momento de crise.

Lamentável que tenha colhido esse prejuízo da contribuição dos impostos, no valor de 3 milhões, tenho certeza que a sua defesa vai saber recorrer disso e tentar recuperar esses valores, o que seria justo.

Também quero dizer do seguinte: que não é numa péssima situação que nós estamos nos conhecendo, moro em Joinville mesmo, no bairro Guanabara, eu resido ali, é numa excelente situação que nós estamos nos conhecendo. Nesse momento, Deputado Kennedy Nunes, em que as pessoas estão vendo quem está fazendo alguma coisa por Santa Catarina, quem trabalha de forma honesta, quem tem um compromisso com o Estado em que reside.



Nós, o nosso compromisso de honrar cada voto recebido, voto de confiança recebido por nossos eleitores.

E os nossos empresários, da nossa cidade, têm esse compromisso que eles assumiram tempos atrás, quando deram os primeiros passos na abertura das suas empresas, de empregar catarinenses e de proporcionar uma vida digna às pessoas através do trabalho.

Quero agradecer pela presença do senhor aqui, digo que não foi numa ruim situação, foi numa boa, muitas vezes a gente precisa desses momentos difíceis para que a gente possa ser um pouco mais conhecido. E é no combate que o soldado é forte, nós estamos nos conhecendo durante uma luta. É um grande prazer conhecer o senhor e quero estender, em nome de toda a Comissão Parlamentar e dos demais Deputados, os nossos agradecimentos pela disponibilidade que o senhor nos atendeu e a prontidão que foi feito isso.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - Deputado Sargento Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Oi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sim.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - Pela ordem, só fazer um requerimento em nome do senhor Gustavo Steglich.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-Hum.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - É, pela boa ordem dos fatos, e até o que ficou claro no depoimento dele, e pra evitar eventuais, é, equívocos, nosso pleito, ele reside em retificar duas atas da Comissão, é, não sei se a gente faz isso via ofício ou se a gente pode deixar registrado neste momento, mas na reunião, a 6ª ata de reunião diz que o senhor Samuel de Brito Rodovalho, representante da CIMA, do Paraná, que é fornecedora de respiradores, ela está sendo acusada de negociar propina com Rafael e Gustavo Steglich. Eu acredito que tenha sido algum equívoco na ata, então a gente gostaria de fazer esse registro para que seja analisado esse pleito para que seja, ou retificado ou solicitado explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor pode fazer através de requerimento mesmo, que seja feita a devida alteração, por escrito, e já dou por acolhido o requerimento do senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas só para ficar claro, então, pra quem nos acompanha, é, o senhor Samuel de Brito Rodovalho não fez o pedido de comissão pro Gustavo, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Nunca falei com ele. Não conheço o Samuel.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Está O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mais uma vez, muito obrigado, senhores advogados e senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - Obrigado, Deputado.

(O senhor Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Peço à assessoria, se conseguiu contato com o Rafael, que possa colocá-lo já *online* pra gente fazer os questionamentos.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Estão reabertos os trabalhos.

(O depoente Rafael Ruschka Wekerlin conecta-se à videoconferência.)

Senhor Rafael, o senhor nos escuta bem?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 100%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 100%, 5/5 (ri)?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 5/5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Rafael, o senhor sabe por que foi convidado a comparecer aqui, nesta reunião, na tarde de hoje?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Deixa eu desligar todo o restante da minha Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, se não desligar os demais equipamentos dá um *delay* de tempo, um atraso na chegada do áudio e do vídeo. Aliás, do áudio.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

Está me ouvindo melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Certo. Acredito que devo ter sido chamado como testemunha aqui para depor por conta do caso dos respiradores. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. O senhor foi convidado a estar aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição duzentos respiradores pulmonares ao custo de R\$ 33 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrar ao senhor também que o senhor tem o direito de permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade dizendo: eu prefiro permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que os nossos taquígrafos possam fazer o registro, eu peço ao senhor que fale o seu nome completo, sua data de nascimento, sua profissão e o local onde reside.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Meu nome completo é Rafael Ruschka Wekerlin, é... minha data de nascimento é dia 23 de dezembro de dois mil... 1987, perdão. A... minha profissão é empresário e meu local de residência é Joinville, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está acompanhado de advogados, senhor Rafael?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá.

Passo a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado por colaborar conosco, obrigado também por esperar. Nós estamos enfrentando um grande dilema aqui em Santa Catarina, que é de identificar o que aconteceu, de verdade, com a compra desses respiradores. E tem uma participação, é, em conversas de WhatsApp do senhor com alguns elementos que já foram identificados como fraudadores ou que tentaram fraudar Santa Catarina neste processo dos respiradores, ou que foram induzidos, por algum motivo, a produzir essa fraude. Por isso, o depoimento o senhor pode nos ajudar muito.



O senhor surgiu nessa história toda quando a notícia de que alguém teria tentado extrair R\$ 3 milhões em comissão por ordem da realização desse negócio. Então, por isso que a gente precisa esclarecer algumas coisas com o senhor a respeito disso.

O senhor conhece alguém da Veigamed, o senhor tem relação com alguém da Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Assim como já respondemos pro Gaeco e pro Deic, não, não conhecemos ninguém da Veigamed, nunca nem tinha ouvido falar da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Fábio Guasti, o senhor tinha conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

Senhor Rafael, o senhor tomou conhecimento que Santa Catarina queria comprar respiradores? Se o senhor tomou esse conhecimento, quem foi que fez esse contato com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O nosso representante comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é o Samuel de Brito?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, o senhor Cauê Martins.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, muito bem. Então quem procurou o Cauê Martins, o senhor sabe?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, segundo relato do Cauê, é, foi um amigo dele, chamado Germano, que eu também nunca ouvi falar, nunca conversei, é, que o procurou falando que tinha essa, essa possibilidade de fornecer os equipamentos pro Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor tem esses equipamentos, o senhor vende esses equipamentos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, nós somos uma empresa de importação e exportação, então nós podemos adquirir qualquer tipo de equipamento e revender qualquer tipo de equipamento, então nós trabalhamos, justamente, na área de importação e exportação. Então, hoje nós importamos desde peças automotivas, equipamentos médicos, alimentícios e até agronegócio, fertilizantes, exportação de soja e assim por diante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, só para entender essa aproximação. O Cauê Martins, que é representante do senhor, surgiu com essa conversa de que Santa Catarina queria comprar respiradores.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Não para Santa Catarina, está, foi Santa Catarina e mais outros dois Estados, que não me foram abertos até a gente finalizar essa questão do, dos respiradores, Santa Catarina que iria definir o negócio, eles não me abriram quais eram os outros Estados. Mas eu lembro que eles tinham mais dois Estados, e então nas conversas de WhatsApp também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. Daí o Cauê, me desculpe, vou ter que perguntar de novo, porque eu acabei não anotando aqui.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sem Problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Cauê, ele disse quem procurou ele ou ele só tomou...como é que ele tomou conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Germano, amigo dele, chegou até ele com, com a, com o negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Germano falou pra ele de onde que vinha esse contato?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei, isso não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Germano é o Germano?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sabe o sobrenome dele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei o sobrenome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. O senhor sabe, depois dessa conversa, eu tenho aqui o WhatsApp do senhor, teve esse contato da proposta, depois teve uma conversa do senhor, em 2º lugar, com a empresa. Vocês criaram um grupo de WhatsApp e, logo depois, o senhor se dissolveu desse negócio.

O senhor poderia explicar esse grupo de WhatsApp, quem participou disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, explico sim, sem problemas. Foi o seguinte, a, nós, o Cauê chegou pra mim e falou que tinha essa proposta de compra de respiradores, é, que o fornecedor era diretor, ex-diretor da empresa que vendia os equipamentos na China, que era o senhor Samuel, e que o Samuel não fazia importação no Brasil, mas ele precisava de uma *trading* pra fazer a importação pro Brasil e revender pro governo de Santa Catarina.

A, eu falei que a gente faz isso, um procedimento comum, bem normal, é, quando não existe um importador no Brasil nós fazemos a parte da importação e a revenda no Brasil. A, o Cauê falou: então, tão legal, você aceita fazer? Eu falei: aceito, é um negócio como qualquer outro negócio que nós fazemos na nossa, na nossa empresa. Óbvio que vai passar toda a parte de *compliance*, se for aprovado a gente faz. Recebemos então as informações preliminares, eles pediram uma pré-proposta pra ver se, é, a nossa proposta ia se encaixar com o que eles pediam, é, eu fiz a pré-proposta, encaminhei a pré-proposta, inclusive pro governo do Estado, pra ver se a proposta condizia com o que governo estava procurando.

É, a pré-proposta foi aprovada, era aquilo mesmo que eles queriam, é, entretanto, é, conforme o Cauê e o Samuel tinham calculado, eles, eles acreditavam que o valor, é, de trinta e três milhões seria suficiente pra fazer a importação completa. E não era. Por quê? Porque eles achavam que o imposto, todos os impostos de importação, por conta do Covid, estavam, estavam suspensos, é, momentaneamente por conta da pandemia. Porém, não é assim, na importação incidem vários impostos, incide imposto de importação, IPI de importação, incide PIS importação, Cofins importação e ICMS importação, é, e todos esses impostos, de todos esses impostos até aquele momento, apenas o imposto de importação como estava, é, estava suspenso através de ato legal.

E, mais pra frente, até o momento da chegada dos respiradores, eles, eu fiquei sabendo, nem pesquisei mais também, porque a gente não quis se envolver nessa questão, é, mais fiquei sabendo também que o IPI teve um ato legal com dispensa de pagamentos de IPI para esse equipamento. Ah, porém ainda nós tivemos que pagar PIS importação, Cofins importação e ICMS importação e mais todos os impostos de venda para o Estado, incluindo o meu IRPJ e meu CSLL. E eles não tinham calculado isso dentro dessa margem de 33 milhões, porque me foi passado um valor fechado já direcionado para o governo. E o Samuel, que era o representante dos equipamentos, estava negociando direto com o governo.

Vocês estão conseguindo entender bem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí não deu certo o negócio e a Brazilian Trading Importadora, que é a sua empresa, se retirou do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, daí aconteceu o seguinte: eu mostrei pra eles: Oh, a conta que vocês fizeram, de 33 milhões, está errada. Se a gente vai pagar 26 milhões nos equipamentos na China e tem todos os impostos de importação, mais todos os impostos de venda, é, 33 milhões não é suficiente pra que eu, a gente consiga fazer essa venda, é, pro Estado, porque como a gente recebeu essa proposta de venda, eu e o Cauê, pode até procurar nas conversas de WhatsApp, a gente falou que não queria ter lucro nenhum com a operação. A Brazilian iria auxiliar o Estado, é, a fazer a importação dos equipamentos,



e mais, e ia ficar isso mais como um *marketing* para a empresa do que a gente ter algum tipo de lucro na operação, não tinha lucro nenhum na operação.

O Samuel ofereceu, se não me engano, 1,5% da comissão que ele ia ganhar da CIMA, ele ia ganhar 3% de comissão da CIMA, ofereceu 1,5% pra mim e pro Cauê, pra dividir entre os dois, e ele ia ficar com 1,5% de comissão, aqui no Brasil, da venda dele. Então esse, esse seria o negócio, esse seria o negócio dele, certo?

É, porém, essa comissão não, os 3% de 33 milhões ali não, não chega no valor, no valor de 3 milhões. O que aconteceu? É, eu falei pra ele: oh, Samuel, pra gente conseguir fazer essa operação, é, e vender pro governo do Estado, o valor correto dá 40, ponto alguma coisa, milhões, o valor correto para importar e revender para o Estado isso aí. Esse equipamento, acredito que o Estado deveria importar direto. Ele falou: não, o Estado não consegue importar, tá com problema pra importar, não, não sabem importar e não querem importar, eles querem comprar de alguém se importe.

Dáí eu falei: tá, então o valor é esse, 40 milhões. E aí começou uma discussão, me ligaram: como assim não vai dar para importar, já, já fez a pré-proposta, esse é o valor certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E quem ligou? Quem ligava para o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - Eles fizeram uma ligação em grupo, daí. Estava eu, é, o Samuel, o Cauê e o Germano na ligação, estávamos os 4. E aí começaram a discutir essa questão: mas por que que não vai dar, por que que não vai dar, por que que não vai dar? Tanto que eu já tinha falado isso antes pra eles e eles me pediram pra colocar ali na cotação "sem impostos". Eu não sei se vocês perceberam que depois do valor tá escrito "sem impostos", que é justamente por causa disso. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

E... passou-se isso no... fizemos a pré-proposta, nós (*ininteligível*) com "sem impostos", no outro dia é... o Samuel é... eu comecei a solicitar pro Samuel: eu preciso desse edital. É... o *compliance* na empresa exige que a gente veja o edital e que a gente é... leia o edital e entenda exatamente qual é a... a demanda do governo, é... o que que a gente precisa ter é... pra atender a demanda do governo e se tá tudo conforme o protocolo, se não tiver conforme o protocolo, a gente, infelizmente, vai ter que se retirar. E o Samuel falou: não, tá certo, é assim mesmo, a gente vai pegar o edital assim que tiver é... a gente... a gente... a gente vai te passar. Então eu, tranquilo, então, se vão me passar... Segundo eles ainda não tinha aberto a questão, eles só tavam com a questão de pré-negociação, e como é dispensa de licitação, é uma pré-negociação (*ininteligível*) comercial, eu pensei: deve existir com diversas outras empresas, não só a nossa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tinha nessa... O senhor lembra o que tinha nessa pré-proposta? Valor, prazo de entrega, tempo?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - É tudo isso, é. Escopo de serviço, valor, responsabilidades, cronograma, é... dados cadastrais, tinha... é, em suma era isso, dados cadastrais, e nós enviamos também todas as CNDs da empresa, todas as Certidões Negativas de Débito da empresa pro Samuel, pra que o Samuel enviasse pro pessoal do governo do Estado, que eles estavam exigindo as CNDs da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O valor... O senhor tem uma experiência em empresas de exportação...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - Bastante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nessa perspectiva que o senhor tenha, quanto tempo o senhor acreditaria, diante de tudo aquilo que aconteceu, epidemia, tudo isso, na expectativa de senhor quanto tempo levaria pra trazer os equipamentos da China pra cá?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ah, já trouxe carga da China pra cá em menos de dez dias, já trouxe carga da China pra cá em sete dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esses respiradores, basicamente, esse equipamento médico, porque uma coisa era contratar pra trazer uma caixa de plástico, qualquer outro produto, mas eu tô falando especificamente dos respiradores, diante da crise que tinha, não tinha avião, estava tudo parado...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, na verdade não é que não tinha avião, não tinha voo comercial, que é de onde vem a maior parte das cargas. É... mas existem os voos fretados, né, os voos *charters* que eles chamam, que nós conseguiríamos fazer contra... a contratação desse voo *charter* pra fazer a importação dos equipamentos para cá. Isso daí é... é... é bem tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Prazo. Quanto tempo, naquela época?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – De sete a dez dias. É igual, a gente ia contratar uma companhia aérea que ia lá buscar e em sete dias tava aqui.

Segundo o Samuel, os equipamentos estavam prontos, por isso que ele tinha dois, dois prazos de entrega. O Samuel passou pra gente que cem equipamentos já estavam prontos, no estoque da empresa, e cem seriam produzidos e seriam entregues um pouco mais pra frente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Samuel garantiu isso pra vocês?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento, era antecipado?... Eu tenho aqui que o Samuel disse que o pagamento era de 50% na entrada, 25% no embarque na China e 25% quando chegasse em Guarulhos. Vocês conversaram sobre isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Conversamos sobre isso, é... é... na importação, se você for parar pra analisar outros casos de importação que vocês devem ter tido no Estado, é... as empresas que prestam serviços de importação geralmente, e não só as empresas, os fornecedores exigem isso, pagamento 100% antecipado. É... então essa é uma prática muito comum no ramo de comércio exterior, nenhuma empresa vai fazer a liberação da carga se ela não receber o pagamento, certo? E a empresa que vai fazer a importação pro Estado ela não vai dispor o capital dela, o Estado vai demorar dois anos pra pagar ela, e ela vai ficar com 33 milhões de capital parado e o Estado não vai lhe pagar correção monetária em cima dessa demora do pagamento.

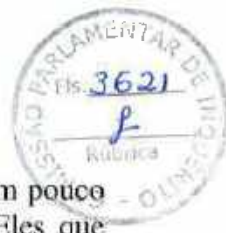
Então, todo processo de importação, quando tem que despender um capital muito alto, é... todos os casos que eu já vi, todos os casos que eu já vi, é... o Estado paga antecipado. É uma prática comum.

Eu tenho um exemplo inclusive na... é... na importação da pista de atletismo da Universidade Federal do Mato Grosso, que nós fizemos a importação, da Fundação Uniselva, que é a Fundação da UFMT, foi todo antecipado o pagamento também. E ocorreu 100%, é... processo bem tranquilo, também era uma dispensa de licitação, mesma coisa, ocorreu tudo 100%. Então se quiserem a gente (*ininteligível*) disponibiliza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse processo o senhor deu garantias para o Estado, deixou garantias para poder receber?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que mandar um ofício lá pro...



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Só que nesse processo foi um pouco diferente, eu fiz a parte logística do processo, eu não fiz a compra do material. Eles que fizeram a compra por eles mesmos, eles compraram direto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eles podem ter tido a garantia lá, né? Com o outro? Cobrado a garantia...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de outro e não do senhor.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso. Eles fizeram a compra diretamente do fornecedor na Itália, o fornecedor produziu a, a, as mercadorias requisitadas e nós fizemos todo o processo logístico, trazer de lá pra cá via marítima. Demorou um pouco mais, obviamente, porque o marítimo leva mais tempo, mas chegou a mercadoria aqui em Santa Catarina, fizemos a liberação e entregamos na UFMT sem problema nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para encerrar a minha parte, quero saber o seguinte: quando o senhor efetivamente saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. O que aconteceu? No próximo dia, depois que eu enviei a primeira proposta, a pré-proposta, no caso, ã... o Samuel veio de novo com aquela ideia: só teremos 33 milhões, é... a diferença vai ser de 26,5 milhões de compra e a gente vai cobrar 33 milhões do Estado, o custo logístico tem que tá tudo dentro disso e aí os impostos a gente cobra separado, não tem problema. Só que, quanto que vai dar de custo logístico, daí entrou mais uma questão, né, que é... o Samuel entrou com aquela ideia: pessoal, se eu baixar o valor da máquina, que é o que tá escrito na conversa de WhatsApp ali, se eu baixar o valor da máquina lá na origem, se eu conseguir um desconto com o fornecedor, é... a gente consegue pagar comissão de 3 milhões "delas", depois ele corrigiu, "dela"? Daí eu falei assim: como assim, comissão de 3 milhões? Ninguém tinha me falado disso, comissão de quem, que história é essa?

Só que isso tudo por telefone, em ligação, e... a ligação tava ruim, é... não funcionou direito aqui, eu falei: Samuel, preciso que você escreva, porque eu não tô entendendo. Aí ele foi lá e escreveu no WhatsApp aquilo que a gente tem ali, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ali o senhor saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – E aí eu falei: não, a gente não trabalha dessa forma, é... eu já não tô ganhando, não vou ganhar nada nesse processo e vou ter que pagar comissão de 3 milhões pra quem? E aí não quis nem saber quem que era, ali já... o *compliance* ali já tinha sido quebrado, não precisava passar por mais ninguém, pra mais diretoria da empresa, pra nada, porque já sabia que o *compliance* já estava quebrado ali.

Então, naquele momento (*ininteligível*) isso daí é furado, não atende o nosso *compliance* e sai do grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o governo, depois que o senhor apresentou a pré-proposta e tal, saiu do negócio, o governo não voltou a conversar com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não respondeu e-mail, nada, absolutamente nada?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nada, nada, absolutamente nada. Até achei estranho, mas... Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Os seus contatos com o Samuel... o senhor também fazia contato direto com a Secretaria da Saúde do Estado, com a Márcia? Nunca conversou com a Márcia?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nunca conversei com a Márcia. Só me pediram pra enviar o *e-mail*... tanto que eu enviei a pré-proposta pros *e-mails* que o Cauê me pediu pra enviar. Ó, o *e-mail* é do Fábio Gualsti (sic), SGA da Secretaria do Estado, ali, acredito que era a Saúde, do Fundo Estadual de Saúde, a... o Cauê tava em... acredito que o Cauê tava em cópia e tinha mais alguém em cópia... era o Samuel que tava em cópia. O Samuel tava em cópia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A proposta que o senhor encaminhou para o Samuel, ele reencaminhou para a Secretaria da Saúde aqui do Estado. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Mas é porque no *e-mail* que eu enviei à Secretaria da Saúde tava, tava copiado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na verdade, os questionamentos que eu havia preparado, o nosso Relator já fez.

É muito estranho, né, que a Veigamed tenha se utilizado, tenha copiado a sua proposta, usou de má-fé, usou o nome da sua empresa, e aí depois essa proposta, pra que fique bem claro, ela foi desentranhada do processo, foi retirada do processo e entrou a proposta da Veigamed, exatamente com os mesmos valores da sua proposta.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Tenho algumas considerações, posso fazer rapidinho?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Pois não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, ao final... Vai ter mais um Deputado que vai perguntar ao senhor e, ao final, vai ser estendido um tempo para que o senhor faça todas as considerações.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É só uma consideração sobre o cronograma. Mas é só uma consideração sobre a proposta, bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, certo. Pode continuar.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Acredito que esteja bem (ininteligível) pro momento.

Se você pegar a proposta que eles copiaram, eles utilizam inclusive é... eles utilizam toda a formatação, é toda igual a nossa, e se você for pra, pra parte dos valores, você vai ter no cabeçalho um número da aprovação, e esse número é um número sequencial do nosso sistema, B... se não me engano era BT00162/2020, ou seja, a proposta 169 de 2020 nós estávamos fazendo. Isso é um número sequencial do nosso RP, o nosso sistema interno de controle. E... eles não foram capazes nem de tirar o meu número de proposta do que ele copiaram. Mas a gente já tá tomando as providências legais com relação a isso, isso é... obviamente que a gente vai, vai buscar os nossos direitos, mas eles, eles foram descarados na cópia da proposta, completamente descarados.

Até eu acho que eles copiaram porque o padrão da proposta é bom, a formatação da proposta é boa. Então como... na Secretaria, não, o padrão dele foi aprovado, usa esse mesmo padrão aqui que eu acho que ser aprovado também. Acredito que tenha sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá o.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, muito obrigado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Rafael.



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia, Kennedy. Te conheço, já (ri). Eu ia na Assembleia de Deus da (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De Joinville, aí.

Rafa, deixa eu te perguntar uma coisa: ficou bem claro, com relação à seriedade da tua empresa, que entrou, e que entrou e com essa cópia que a Veigamed fez. Também você... eu só fiquei meio em dúvida quando você falou do *e-mail* que você encaminhou para a Secretaria, né, com cópia pro Samuel, pro Fábio, pro Cauê, e você mandou para a SGA e para o Fundo.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, não, só foi pra SGA que eu enviei, acredito que a SGA seja o Fundo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. A SGA... é que eu estou tentando... Porque na última reunião nós falamos aqui com a Débora Brum, que disse que houve uma troca de senha desse *e-mail* da SGA e que algumas... uma pasta que tinha todas essas propostas foi apagada.

A minha pergunta é a seguinte: o *e-mail* que você encaminhou pra SGA com essas cópias é o mesmo que a Veigamed copiou e mandou depois?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – A proposta é a mesma, igualzinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, então...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eles tiraram a minha logomarca, tiraram uma imagem de fundo que eu tinha, tiraram o meu nome de alguns lugares, trocaram os dados cadastrais, mas esqueceram de tirar meu nome de algumas partes da proposta, e é por isso que eu tô conversando com vocês aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, mas aí eu quero saber o seguinte: a SGA, a Secretaria lá, a Superintendência, deve ter o teu *e-mail*...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e deve ter esse outro *e-mail* da Veigamed, que é possível fazer um *checklist*. Então na verdade, sequer isso, quem tinha a responsabilidade, Deputado Felipe Estevão, de ficar verificando, não percebeu, né? Porque...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu acredito que não, Kennedy, eu acredito que não. Eu acredito que aconteceu foi o seguinte: como eu acabei de falar, como a minha proposta ela tinha sido apro... é... ela tinha sido, o modelo dela tinha sido pré-aprovado já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O que aconteceu? Ó, a gente tem uma proposta pré-aprovada, o modelo deles tá correto, o que a gente precisa pra... é... demonstrar e pra fechar essa DL, tá aqui nessa proposta. Então pra você não ter o trabalho todo de ter que fazer uma proposta diferente, pegue essa proposta, porque é muito urgente... eles tinham muita urgência, lembra que eles queriam pagar no dia 26 já isso, e... como é muito urgente, falou: ó, pega essa proposta, só troca os dados, coloca os teus dados e... tira o nome do cara daí e mande pro governo que a gente vai passar. Acredito... eu acredito que deva ter sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Quem é que falou isso que você disse agora: eles queriam pagar dia 26 já. Quem falou isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O Cauê falou, o Samuel falou, todos os dois que tinham... eu tinha contato ali, principal em cima disso, me falaram: não, é muito urgente, o Estado quer hoje esse negócio, quer pagar o mais rápido possível. Inclusive tem outra versão que tá nas conversas que eu investiguei (*ininteligível*) pros investigadores, é... uma das versões da proposta é que eles queriam que eu colocasse a conta, a nossa conta pra recebimento, só que essa proposta eu nunca enviei pra ninguém, porque quando a gente coloca a conta para recebimento e tal, eu assino, daí significa que há uma intenção de



proposta mesmo, que a proposta tá firme, e como a gente não fez nenhuma proposta firme pro Estado, porque a gente queria o edital primeiro, a gente não assinou e não enviou pro Estado nenhuma proposta firme com número de conta nem nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu perguntar uma outra coisa, Rafael. Você falou dia 26, que o pessoal dizia que o governo queria pagar dia 26.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse dia... Qual é o dia? Só por um temporal de tempo, quais foram esses dias... esse dia foi antes do dia 26, óbvio, né, mas foi o quê? Foi dia 13, 12, 15, 10? Qual o dia de março foi essa conversa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. É muito bom você ter perguntado isso, Kennedy, por quê? Porque tudo começou pra mim, para Brazilian e pra Rafael, no dia 25 de março; eu fiquei sabendo da compra dos respiradores no dia 25 de março, se não me engano sete horas da noite, eu tava trabalhando ainda e o Cauê me ligou e falou: ó, Rafael, preciso de uma proposta urgente, assim, assim, assado, com esse valor, pra esse tipo de coisa, é... são respiradores, é... são duzentos equipamento, já estamos falando com o importador, o exportador, perdão, exportadora representante da empresa na China, eles têm os equipamentos, tá tudo certo. Só me faz uma pré-proposta pra gente garantir que a gente vai participar do processo e me, me manda, e manda pra esses e-mails, na verdade, manda pra esse e-mail, é... SGA, Fábio, (ininteligível) pro Samuel e... pra garantir que a gente consegue entrar nesse, nesse processo.

Então eu fiz a pré-proposta, enviamos, é por isso que vocês têm a pré-proposta, mas a gente não fez uma proposta assinada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 25 de março. Eu enviei a proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E eles já falavam que o pagamento ia ser dia 26, ou seja, amanhã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Já falaram tudo no dia 25, sete horas da noite. Eu peguei a pré-proposta que eu tinha, tenho alguns modelos, peguei um modelo, peguei as informações que eles me deram, né, cronograma, tudo que eles me passaram e às nove e meia eu terminei essa proposta e enviei por e-mail. Demorei duas horas pra fazer a proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, vamos lá.

Dia 25 começou. Quando é que alguém te pediu a comissão?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 26, às duas horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 26, que foi quando pediu a comissão, e ali tu cortaste?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ali eu falei: não, isso daí não tem nada a ver com o que a gente faz, é completamente contra as nossas convicções, e... contra o *compliance* da empresa, a gente não trabalha dessa forma, infelizmente a gente vai declinar. Infelizmente, não, felizmente, né? Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu faço esse temporal, Rafael, Deputados e quem está nos acompanhando, porque eu... a gente tem que ficar bem ligado nas datas.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bem ligado nas datas.

Ele fala que dia 25, no final da tarde, ele foi contactado e falavam que no dia 26 haveria o pagamento. E nos dias 25 e 26 de março foram os dias que o Governador e o ex-Secretário Helton falaram na *live* dessa movimentação, que a Márcia falou aqui, inclusive com a minutagem da decupagem.



Então é importante a gente ter isso, porque reforça que a reverberação do ruído que estava tendo, desse conluio que estava tendo e que atingiu pessoas com o Rafael, como o Gustavo, que foram usados no processo, esse ruído aqui reverberou no ouvido do Governador.

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Por isso que ele não pode dizer que não sabia de nada. Porque se ele não soubesse de nada, ele não teria falado na live desse ruído todo que o Rafael tá colocando aqui, que ligaram pra ele no final da tarde, três, duas horas depois ele estava com a proposta... E foi nesse mesmo dia 25 que você enviou a proposta?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente, nove horas da noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no dia 26 volta a ligação, pede a comissão. Cobra lá, e quando... Relator, me refresca a memória, quando chegou a proposta da Veigamed para a Márcia, que ela falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 22 ou 23 ela já sabia que ia comprar da Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ai, meu Deus, cada vez fica mais complicado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só aproveitando, Kennedy.

Rafael, se você tivesse aceitado a propina, você acredita que seria o vencedor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei. Não tenho nem ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que não, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi usado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele foi usado. É assim, pega empresa séria pra certificar o rolo. É por isso que eu pedi aquele dia que veio aqui... é por isso que eu pedi aquele dia da compra de dólar, pra saber sobre essa questão, porque à vezes pega também uma empresa que não tem. Então... Sabe, é complicado.

Eu...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante, Kennedy, o que me surge à mente: se ela já sabia no dia 22 e 23 que iam comprar da Veigamed, a Veigamed já tinha enviado uma pré-proposta anterior. Concorde comigo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mandaram no WhatsApp dela, o Douglas mandou um prospecto, um folder da Veigamed. Dia 22.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não falou valores, não falou nada, nesse folder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não falou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, o que... o que aconteceu? A proposta deles deveria ser muito pior que a minha em questão de formatação. Porque eu falo de responsabilidade do cliente, eu falo de responsabilidade da *trading*, eu falo do escopo do projeto, e... Nós somos sérios, como vocês já devem ter percebido, nós somos sérios para fazer os nossos negócios, então eu, eu, eu, eu esmiuço muito bem a proposta.

É... e como eu tinha todas as informações necessárias pra esmiuçar, o que acontece é o seguinte: a Veigamed não deveria ter uma proposta muito boa, a Márcia já tava com uma proposta boa na mão, que era no caso a nossa, e falou: cara, você tem que fazer uma proposta pelo menos igual a essa. E como eles não tinham muito tempo, eles simplesmente copiaram a minha proposta.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Em momento nenhum eles falaram com você ou citaram Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum momento. Não tinha a mínima noção que eles existiam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Eu me dou por satisfeito.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, senhor Rafael. Obrigado pelas suas considerações e ajuda à CPI.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seguindo esse ritmo, até aproveitando a intervenção do Deputado Kennedy, eu vi que no seu depoimento houve uma avaliação de quando seria o momento ideal ou o momento para procurar o Ministério Público para fazer a denúncia, mas que você preferiu esperar – inclusive faz uma menção a um contato via Instagram ao Presidente Bolsonaro. O senhor poderia nos explicar mais ou menos essa sua iniciativa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Então, é... eu imaginei o seguinte: se eu denuncio agora essa questão, é... eu vou ter um problema de que eles podem parar tudo e não existir nada e eu vou tá denunciando uma coisa que não vai ter como ser investigado. Certo?

É... porém, poderia prevenir de não ter pago os 33 milhões. Concorde, isso daí é... Mas o que eu fiz? Eu es... fiz a postagem no Instagram do... postagem, não, mandei uma mensagem via *direct* do Instagram pro... pro Instagram do Bolsonaro, sabia que eles não iam ler, é... porém é... a gente esperou é... até começar a acontecer o burburinho que começou a acontecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor já tinha desistido nesse momento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Já tinha desistido, completamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve algum tipo de contato... A Márcia o senhor já falou que não conhecia, não teve contato, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Hum, hum. [*Transcrição e revisão: taquigrafa Siomara G. Videira*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve contato com o Douglas Borba?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Com o Helton?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não conheço ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Helton, o ex-Secretário de Saúde.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não conheço ninguém, nenhum deles. (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O André Motta, o Adjunto... o Leandro Barros chegou a lhe procurar?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não. As únicas pessoas que conversaram comigo a respeito do processo foram o Samuel e o Cauê. Eu não conv... conversei nem com o Germano, só com o Samuel e com o Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência tem um questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa tarde, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Você mencionou no início... vou chamar de você porque tu és bem mais jovem que eu, tá?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É, na fala... (ri) no início da tua fala você mencionou que, quando você fez todos os cálculos, o valor de 33 milhões não era suficiente naquele momento para comprar os duzentos respiradores. Foi isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas na (ininteligível) eu não consegui entender, mas se continuou fazendo a proposta dentro dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A proposta de 33 milhões, quando o senhor for observar nós enviamos a pré-proposta, tá escrito 33 milhões e do lado sem impostos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Você entregaria, mas sem os impostos. Se os impostos dessem mais 1 milhão ou 2 milhões, seria acrescido do valor dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá. E o pedido dos 3 milhões de comissão veio direto pra ti?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — O Samuel especificou pra gente no, na ligação em grupo e no grupo do WhatsApp diretamente pra, pra, pra mim e pro Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não tenho conhecimento se o Samuel já depôs ou não depôs, mas o Samuel tem de quem foi esse pedido? Você sabe disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu não sei, não sei, essa informação não passou por mim. Gostaria de saber, porque eu gostaria de, de, de dispor dessa informação e passar essa informação pra vocês, mas infelizmente isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Deputado Saretta (sic), me permite só uma intervenção nesse sentido da sua frase anterior, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, sim. Pode perguntar, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa, o Saretta é de Concórdia também, mas aqui é Sopelsa. Eu falei Saretta sem querer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não tem problema. É um bom Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo também. Nosso amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É um bom Deputado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo.



Senhor Rafael, o senhor fala em comissão “dela”, né, o senhor usou “dela” entre aspas, ou eu não sei se entendi errado. Poderia explicar melhor isso, esse “dela”?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, é, é o que tá escrito na conversa do What... do WhatsApp. O Samuel escreveu, é...: (*ininteligível*) se eu diminuir o valor da máquina, vai dar para pagar a comissão delas? Aí ele corrigiu o “delas” pra “dela”. É o que tá na conversa do WhatsApp ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não... aí não esmiuçou mais? Não aprofundou mais o tema?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, é porque eu também já... já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Descartou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Descartei completamente na hora a possibilidade, não quis saber quem que era também.

Deveria ter perguntado, mas... é... como se trata de dispensa de licitação de... negociação de Estado, eu vi que aquele negócio ali era muito sério, eu vi que ali tinha chuncho. Eu não, nem quis me envolver mais (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Deputado Sopelsa. Obrigado, Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado João, eu tenho aqui a conversa do WhatsApp a respeito disso. Se o senhor quiser que eu faça a leitura para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, solicito a pergunta para o senhor, continua?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não, muito obrigado. Eu estou satisfeito. Agradeço aí o Rafael.

Agora, precisa deixar registrado que nós teríamos que ouvir o Samuel para ver se o Samuel tem... eu não sei se o Samuel está sendo ouvido no Ministério Público. Mas seria importante, porque o Samuel é a pessoa que pode nos ajudar de onde veio esse pedido. É quase de obrigação que ele sabia, né? Era isso.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Todas as minhas perguntas sempre o nosso Relator e os Deputados, muito precisos, acabam formulando aqui, mas só uma dúvida que me resta. O senhor disse que esse valor apresentado de 33 milhões era livre de impostos, era isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente. Era valor só da compra das máquinas e toda a tributação incidente seria cobrada posteriormente, conforme a minha proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Alguém comentou de que forma o governo pretendia pagar esses impostos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, mas isso era uma coisa que iríamos negociar daí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Senhor Presidente, eu acredito como o senhor Samuel, né, nós solicitamos que ele esteja presencialmente, que acredito que foi o certo, então nós o ouviremos. Mas até verbalmente aqui eu solicito que a gente faça a intimação do Germano e do Cauê, depois eu oficializo esse documento e entrego em mãos à Presidência, mas deixo verbalizada aqui essa



solicitação para que a gente faça essa intimação até para entender melhor da parte do Cauê e do Germano.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Que bom. Tenho um voto aqui do meu colega João.

Era isso. Obrigado, Rafael. Também sou "assembleiano", fiquei feliz ali te ver falando sobre o *(ininteligível)*. Que Deus te abençoe aí, meu irmão, segue firme e forte. Obrigado pelo esclarecimento prestado aí para nós nessa missão aqui em busca da verdade.

Senhor Presidente, me dou aqui por satisfeito, lhe volto a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto o Relator se ele ainda tem mais algum questionamento a ser feito acerca ali do depoimento do senhor Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só queria... para quem está acompanhando a gente, eu sei que você tem o teor dessa informação, só queria... pra quem está... só acompanhando pela TV pra ter uma... para que as pessoas possam compreender: é o registro de WhatsApp da quinta-feira, dia 26 de março, desse grupo que vocês criaram, que diz o seguinte, o Samuel fala assim: Se eu baixar a máquina vai dar pra pagar a comissão delas, dela, de 3 m, milhões, pessoal? Me responda. Aí o senhor responde: Como assim? 3 milhões pra quem? Furada da minha parte esse negócio. 3 milhões, o senhor ri. Tô fora! Abraço.

Então esse é o registro que nós temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à excelência que mantenha a página aberta, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem como?

Então é só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só prova mais uma vez que os empresários de Joinville são sérios, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só colocar aí que tem muita gente séria em Santa Catarina, têm empresários em todas as partes do Estado muito sérios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas o que nós ouvimos hoje, né, o que nós ouvimos hoje (ri).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, mais uma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Glórias a Deus por isso, é Ele que faz a gente ser fiel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, Rafael...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não. Pela ordem o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só pra nós... de repente o Rafael consegue nos orientar e nos ajudar, como é que a gente faz para localizar... eu acredito que o Germano não tem contato, mas o Cauê, como faria pra localizar ele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Querem o celular dele? Já passo agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Depois eu acho que a assessoria então faz contato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A assessoria vai fazer contato com o senhor, o senhor repassa ali o número do Cauê.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Apesar de que ele também está no registro ali, né, no depoimento do Ministério Público.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está inclusa aí a chamada do senhor Samuel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — *(Ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Na verdade, Samuel é aquele cidadão lá cuja esposa está grávida, estava em casa, e depois tentou comunicar com a gente de dentro do gabinete dos seus advogados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É aquele que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí ele *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...nós íamos ouvir hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente estava ciente já dos compromissos que o senhor já tinha se empenhado para o dia de hoje, mas eu acredito que o senhor tenha visto agora a importância, né, de ter esperado mais esses minutos aí para poder conversar com a gente, e eu vou passar para os meus questionamentos.

Contando ali com PIS, ICMS, Cofins, IPI, etc., ia ter um acréscimo mais ou menos de R\$ 7 milhões, seria mais ou menos isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então de 33 nós iríamos pra 40 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria mais ou menos isso.

Então o senhor disse ali que no valor de 33 milhões não haveria lucro e, sim, uma forma de ajudar o Estado de Santa Catarina.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor estaria trabalhando praticamente de graça, seria isso ou não?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá.

Mesmo sabedor... e de... óbvio, né, eu acredito que muito dificilmente nós vamos descobrir, mas uma hora será descoberto quem fez essa ligação do senhor ali, não é cobrando uma comissão e, sim, cobrando uma propina no valor de R\$ 3 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A ligação quem fez foi o Samuel, mas quem pediu para ele a gente tem que descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que realmente descobrir quem foi essa pessoa, porque ele realmente não identificou ela. Mas eu



acredito que mais cedo ou tarde a Justiça, através de perícia, enfim, vai conseguir matar essa charada para gente aí.

Mas como alguém que é sabedor de que a empresa não teria o lucro pretendido... até porque no dia 22 – o que nós conversamos aqui quando foi discutida a compra e já foi dada certeza, o Deputado Kennedy Nunes trouxe ali, refrescou nossa memória – foi o dia da *live* em que já foi ventilada a possibilidade da compra dos respiradores. Lá, no Congresso, ainda não tinha sido votada a isenção em cima da importação para produtos para o combate ao Covid-19. O senhor entendeu o que eu quis dizer? Não tinha sido votada ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então não existia nem mesmo essa isenção que hoje nós temos. Foi votada... aliás, estava tramitando, mas não tinha sido votada ainda a isenção.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu acredito que a isenção do imposto de importação para os produtos do Covid ela foi anterior a isso, acho que foi anterior ao dia 22. Eu não tenho certeza agora, eu teria que pesquisar, mas acredito que ela tenha, tinha sido anterior. Acredito que no começo de março saiu essa isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Saiu essa isenção aí.

Voltando, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma vez que o senhor não teria lucro, uma vez que a negociação feita com o Samuel também estava sendo tratada em torno do valor de 33 milhões. Não é verdade?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E mesmo em cima... essa pessoa que ligou pro Samuel, enfim, e que o Samuel posteriormente ligou para o senhor, aí o senhor paralisou a conversa via telefone e continuaram via WhatsApp?

Primeiro estava numa ligação, aí foi parado?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — (Falha na transmissão da videoconferência) ligação era eu, o Samuel, o Germano e o Cauê. O Samuel explicando que a gente teria que pagar, é, os 3 milhões, não entendi muito bem, tava ruim a ligação, até o Cauê fala isso numa das nossas conversas, é... eu pedi pra ele escrever e ele escreveu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, uma vez que o senhor falou: Ah, não quero e tudo... o senhor não parou para pensar assim: mesmo sabedor, mesmo sabedor de que nós não teríamos lucro, né... eu acredito assim, mesmo não tendo lucro, mesmo fazendo um favor ao Estado de Santa Catarina, ao cidadão catarinense, de ajudar nesse processo da compra de forma muito voluntariosa e bondosa, enfim, quem ligou tinha absoluta certeza de que vocês não estavam auferindo lucro algum.

Por que essa pessoa cobraria 3 milhões de uma propina, que agora estão chamando de comissão, de alguém que não vai auferir lucro?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não sei. É, justamente por isso que nada mais fez sentido pra gente, né? Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também não faz sentido para a gente.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, esse tipo de negócio não... não, não prospera na nossa empresa, é completamente contra as nossas convicções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente vai disponibilizar para o senhor agora alguns minutos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só, só...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Antes de ele fazer, posso?...

Como é bom ter hoje em dia as gravações, né? A live do dia 26, Rafael foi procurado no dia 25, no final da tarde; ele mandou, no início da noite, a proposta para a SGA, falavam em pagamento dia 26.

Live do dia 26, pelo menos o áudio.

(Reproduz-se em áudio um trecho da live acontecida no dia 26 de março de 2020 com o senhor Governador, Carlos Moisés da Silva; o então Secretário de Estado da Saúde, Helton de Souza Zeferino; o então Chefe da Casa Civil, Douglas Borba; o Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; e a tradutora, conforme transcrito abaixo.)

“(…) Pergunta da NSC: o Ministério da Saúde vai centralizar a distribuição de respiradores e pode, inclusive, requisitar de um Estado para outro. Além disso, as empresas que fabricam equipamentos só podem vender para o Ministério. Quantos respiradores Santa Catarina tem e se isso acontecer, o Estado pode entrar na Justiça para ficar com os respiradores que já tem?”

Helton responde: “Bom, o Ministério da Saúde ele fez, na verdade, uma reserva de, de alguns equipamentos, alguns dos equipamentos não foram nem sequer entregues ainda. Então nós temos aí, como eu já disse, uma sinalização inicialmente de 540 leitos por parte do Ministério, aonde ele nos sinaliza que pode chegar a 2.400 leitos locados, que não estão disponíveis nesse momento ainda por conta justamente da demanda de mercado. É... o Ministério da Saúde também o fez, no que diz respeito a bloqueio de algumas produções. A justificativa é que... existia, é, um consumo exacerbado de Estados, inclusive, com fechamento de contratos de algumas Unidades da Federação, onde outras, é, requisitavam equipamentos, inclusive pagando, né, multas de rescisão contratual e ainda pagando a maior, justamente para garantir a questão dos ventiladores, especialmente. Isso faz com que nós tenhamos aí um mercado meio conturbado, especialmente o brasileiro.

O que nós estamos buscando enquanto Estado é, obviamente, buscar fornecedores que não são fornecedores nacionais...”

Ó...

“...o que tinha dentro do território nacional já foi praticamente consumido. Aquilo que está sendo produzido dentro do território nacional hoje está direcionado pro Ministério, e nós estamos buscando na China...”

Ó...

“...ou através de fornecedores que já fizeram a compra e têm disponibilizado, através de outros países...”

Ó...

“...pra que as nossas ofertas de respiradores elas possam ser alcançadas.

No momento nós estamos, então, como eu já disse, com 192 leitos ofertados pra Covid-19, desses 192, 89 deles são novos leitos...”

A pergunta era sobre respiradores.

“ou seja, com novos ventiladores, com novos monitores. Os outros cento... é... 113 são de leitos que foram bloqueados ou que nós fizemos aí a compra... compra, não, autorização de limite extrateto, e aí que (...)”.

Ou seja, fica bem claro, senhor Presidente, que no dia 26 eles sabiam do que estava acontecendo, e ele fala o seguinte, olha só: Nós estamos em contato com empresas da China e também com empresas que estão acostumadas a fazer esse procedimento de importação.

Isso mostra que o governo, e está aqui Helton ao lado do Governador, que está aqui, mostra que o governo estava sabendo e que o ruído todo que aconteceu com tudo isso, chegou, sim, ao governo.



Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, peço a vossa excelência que posteriormente encaminhe esse material de vídeo que o senhor possui ali, uma vez que ele foi utilizado aqui na CPI. Isso, encaminhar para o Leo para que ele possa ser anexado ao processo.

Só retornando, Rafael, para a conclusão mesmo aqui, na conversa do Samuel e do Cauê foi discutido: Olha, nós não teremos lucro. Nós não teremos lucro. Foi discutido que teria um acréscimo de 7 milhões de IPI, ICMS, Cofins, que chegaram a ir ali em torno de 15% o valor do IPI e que... porque está muito parecido, sabe, o prejuízo do Samuel com o valor pedido da comissão, da dita comissão. Não sei se o senhor entende o que eu quero dizer. Porque ele não é porcentagem de nada, ele não é 10% de 33, ele... uma comissão, geralmente, é o percentual de alguma coisa e, mesmo assim, sabedores, os três, foi discutido entre o trio ali, entre o Samuel, o Rafael e o senhor: Olha, nós não teremos lucro nenhum com isso. Foi discutido dessa forma assim? O senhor chegou a comentar com o Samuel:...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Samuel, nós não vamos ter lucro. Ó, Rafael, também não...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, o que me parece é o seguinte: o que me parece é que eles iam vender por 30 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais barato ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — ...porque o *(falha na gravação da transmissão)* o valor era 26 milhões e meio, acredito que eles queriam vender por 30 milhões, e... adicionaram 3 milhões. Pode ser... é, é uma, uma suposição, pode ser que seja isso, mas... mas não tenho mínima ideia. A comissão de 30 milhões, 10% dá 3 milhões que alguém pediu. Então é uma suposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É um número cabalístico esse aí, esses 33 milhões (rî).

Bom, enfim, senhor Rafael, o senhor tem cinco minutos se o senhor quiser dizer algo que possa colaborar com a CPI na compra dos respiradores. O senhor tem o tempo que achar necessário aí para poder falar assim: olha, eu tenho esse dado que eu acho importantíssimo, relevante, que seja dito. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A, eu só... algumas considerações com relação à metodologia de compra aí do governo do Estado. É... esse tipo de compra ele deve ser feito diretamente, é, com os representantes de compras do Estado com os fornecedores, isso não pode passar por intermediários, esse é o primeiro ponto eu tenho que considerar.

É... dizem que o Estado não tinha condições, não conseguia fechar câmbio, não tinha Radar, que é a autorização da Receita Federal para importar, isso aí o Estado em poucos dias se consegue se resolver e consegue se fazer. Então o procedimento de compra já tava errado.

É... se eu fosse, se eu tivesse na posição do Estado, eu mandaria uma comitiva minha pra China, pra essa empresa que ia vender o equipamento, pra ver o equipamento, vistoriar, ia gastar aí 10, 15 mil reais, perto de uma compra de R\$ 33 milhões, certo? Vê os equipamentos, os equipamentos estão autorizados, aprovados, aí, sim, eu faço o pagamento direto do Estado, contrato um despachante aduaneiro e faço a liberação de mercadoria aqui no Brasil, simples assim. Então essa é, na minha opinião, era como deveria ter sido feita a compra do equipamento e como deveria ser feito o procedimento de compras de importação do Estado, tá?

Outro ponto que eu acho importante a ser considerado é que... é, o pagamento antecipado é, é uma prática comum, só que... é... ele tem que haver garantias, né? Tem que haver algum tipo de garantia. Quando se vai pagar esse tipo de... de contrato, tem que ter



algum tipo de garantia, um contrato, um seguro-fiança, qualquer coisa que seja, né, pra garantir que o dinheiro ele não vai ser extraviado, não vai ser mal utilizado, né?

É... então esses são os dois pontos principais que eu tenho a considerar. É, todo o resto já é repetição do que eu já dei de depoimento no Gaeco, na DIC, aqui em Joinville. É... então acredito que é isso, é... foi um infortúnio aí, uma... uma falta de preparação do Estado pra realizar um procedimento de compra, principalmente, nessa época aí de pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, eu não considero um infortúnio, tá? Isso aí, ainda bem que tem pessoas honestas aí, que tem uma equipe toda trabalhando pra... talvez essa... essa pandemia ela tenha vindo justamente pra isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Melhorar esse *(falha na transmissão da videoconferência)*, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para revelar onde estão os erros, né, e o que está sendo feito de errado.

Agradeço muito o senhor, muito obrigado, e peço à assessoria que já pode desconectar a transmissão.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Obrigado.

(O senhor Rafael Ruschka Wekerlin desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os senhores Deputados se têm algo mais a acrescentar na reunião de hoje. Deputado-Relator? Demais Deputados?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só sobre a próxima reunião, de quinta-feira, não teremos depoentes, vai ser uma reunião interna e vamos começar às 9 da manhã, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Justamente isso, reunião na próxima quinta.

Quero comunicar a vossa excelência também que já está sendo comunicado ao seu Samuel [a oitiva] presencial, na terça-feira.

Antes de encerrar esta reunião, convoco a próxima para terça-feira, às 17 horas. Forte abraço. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhoras e senhores, muito boa-tarde, muito boa-tarde àqueles que nos acompanham pela TVAL, nos ouvem pela Rádio Digital Alesec, àqueles que acompanham seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e também àqueles que nos acompanham pelo canal da Alesec no YouTube.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Sargento Lima, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado João Amin, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Milton Hobus e, nos acompanhando de forma remota, o Deputado Moacir Sopelsa. Seja muitíssimo bem-vindo também, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Deputado Sargento Lima. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço, senhor.

Inicialmente coloco em discussão e votação as atas das 8ª e 9ª Reuniões Ordinárias encaminhadas aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas.

Passamos agora para as correspondências recebidas por esta Presidência.

Ofício nº 825, da Ordem dos Advogados do Brasil, que solicita que se dê ciência aos envolvidos que os advogados designados para acompanhar a instrução da CPI estão tendo acesso aos depoimentos através da Internet (Facebook e YouTube), sem prejuízo aos trabalhos.

Petição enviada pelos procuradores do senhor Leandro Adriano de Barros, informando o seu direito constitucional ao silêncio, bem como o de não comparecer para novos esclarecimentos.

Petição enviada pelos procuradores do senhor Samuel de Brito Rodovalho, informando a sua boa-fé e os fundamentos que o levaram a solicitar a oitiva por videoconferência, bem como informar que comparecerá presencialmente para prestar depoimento.



E, também, senhores Deputados, a petição e juntada de documentos, enviada pelos procuradores do senhor Gustavo Bissacotti Steglich, solicitando a retificação das atas da 4ª e 6ª Reuniões, para sanar equívoco apresentado.

Senhores, dando prosseguimento à pauta, passamos a discutir e a votar os requerimentos.

Requerimento de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando a convocação para a oitiva do senhor Cauê Lopes Martins, representante da empresa Brazilian International Business.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento extrapauta, recebido hoje, de autoria do Deputado João Amin.

(Passa a ler.)

“O Deputado que este subscreve, requer, em complemento ao Ofício nº 052/2020/CPI, já encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que possui como assunto ‘Relatório de Inteligência Financeira’, seja enviada a Ata desta Comissão Parlamentar de Inquérito em que o Requerimento para que fosse oficiado ao COAF foi aprovado, salientando-se as partes que tratam desta aprovação.” (Cópia fiel.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Requerimentos aprovados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem, o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Em função de fatos novos ocorridos, eu lhe passo uma proposição de requerimento e eu pediria que fosse colocada em votação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Depois, se precisar de explicação, eu posso explicar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Requerimento apresentado pelo Deputado.

(Passa a ler.)

“O Deputado que subscreve, com amparo na alínea a, do inc. III, do art. 136 do RIALESC (...), REQUER, que seja solicitado junto à Força Tarefa responsável pelo processo nº 5036517 – 06.2020.8.24.0023, que encaminhe à esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a transcrição na íntegra, e os anexos de todo o diálogo constante no grupo de whatsapp denominado ‘força tarefa’, composto por membros da SEA, SES, MP, TCE, CGE, PGE e CC, citado por várias testemunhas e investigados no respectivo processo.” (Cópia fiel.)

Em discussão.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, recebemos informações que existia esse grupo e acredito que nós temos que saber o que esse grupo falava, pois talvez possa nos trazer alguma informação nova. Por isso que a gente pede o acesso às informações desse grupo de WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ainda em discussão. (Pausa.)



Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o senhor Luiz Felipe Ferreira para depoimento.

(O depoente Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Muito boa-tarde, senhor Luiz.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Boa tarde, senhores advogados.

Senhor Luiz, o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte desta reunião hoje aqui?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu recebi uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está aqui para informar, para auxiliar e esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020 pela Secretaria do Estado de Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de duzentos respiradores pulmonares ao custo de R\$ 33 milhões.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esse é o motivo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer sob o crime de falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, tem o direito de ficar calado, de permanecer em silêncio em relação aos fatos revelados que possam incriminá-lo, devendo expressar tal direito quando entender que for bem, ou seja, se o senhor permanecer calado, o senhor fala: eu prefiro permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

(O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.)

Para que possamos fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade profissional, o local de nascimento e o seu endereço.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É Luiz Felipe Ferreira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Um pouquinho mais próximo ao microfone, por gentileza, senhor Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Luiz Felipe Ferreira, residência na Fernando José de Andrade, número 392, Sambaqui, é... professor universitário, atualmente ocupa a função de Controlador-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço para a assessoria posicionar um pouquinho melhor o microfone do...

(O advogado Rycharde Farah auxilia o depoente para arrumar o microfone.)

O senhor está acompanhado de advogado, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então peço aos senhores advogados também, até para registro das nossas taquígrafas, o nome completo, o número da OAB e a UF da OAB.

O SR. RYCHARDE FARAH — Boa tarde a todos.



O meu nome é Rycharde Farah, minha OAB é nº 10.032, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

O SR. RODOLFO MACEDO DO PRADO — Boa tarde a todos.

É Rodolfo Macedo do Prado, OAB/SC 41.647.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Deputado-Relator Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, senhor Luiz Ferreira, senhores advogados e quem nos acompanha, boa noite.

Eu, por acordo, vou passar a palavra ao Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu queria agradecer ao Deputado Ivan Naatz e ao Deputado Milton Hobus, que me permitem fazer a primeira pergunta. Logo após eu passo imediatamente a palavra ao Deputado Milton Hobus e aguardo a sequência para saber se a gente pode contribuir ainda mais ou não.

Então, boa noite, senhor Luiz Ferreira e seus advogados.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No dia... no nosso primeiro depoimento aqui o senhor, quando questionado, falou a seguinte frase: identificamos o roubo. Depois quis corrigir para ilícito. Aqui não é o momento de fazer nenhum juízo de valor, mas para mim não muda nada, ilícito e roubo para mim é a mesma coisa.

E no dia... outro fato surpreendente, e aí é onde eu quero me apegar nessa primeira oportunidade.

No dia 16/6, semana passada, o senhor prestou uma entrevista ao senhor Upiara Boschi que numa das perguntas o senhor Upiara perguntou: "O senhor prestou depoimento na CPI dos Respiradores. Como avalia o trabalho da CPI e seu depoimento?" O senhor respondeu: "Existe a investigação do Ministério Público de Santa Catarina, a da Polícia Civil e, na parte administrativa, a da CGE, uma investigação preliminar. Quando eu fui à CPI, não poderia adiantar o que está se passando nessas questões de investigação. Não podia apresentar nomes, indicar alguém como provável fraudador. Não poderia ir lá para especular. Acho que os Deputados criaram uma expectativa de que eu poderia esclarecer questões específicas e não tem como. Só o que acompanhei, e eu acompanhei como qualquer cidadão."

O senhor, hoje, tem alguma coisa a mais a contribuir? Porque pelo jeito, desde a sua primeira vinda aqui até a entrevista do Upiara, muita coisa deve ter sido investigada, estudada pela CGE...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tudo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...o senhor tem como hoje apontar o provável...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...fraudador, apresentar algum nome?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Â... a investigação preliminar ela tá em análise final, deve tá saindo até quinta-feira. Então enquanto essa análise preliminar não for assinada e disponibilizada aos órgãos, o que está ali, eu não posso adiantar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, o senhor ou tem que adiantar, ou tem que permanecer em silêncio como o próprio Aviso de Miranda do Deputado Sargento Lima colocou no começo. Não tem dessa, Luiz Ferreira, ou você vem aqui esclarecer, falar a verdade, ou diz: tenho o direito de permanecer calado.

Não pode é fazer os nove Deputados de palhaços e, principalmente, os catarinenses de bobos. O senhor tem que falar ou o senhor...

O SR. RYCHARDE FARAH — Senhor Presidente, senhor Presidente...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não pode me interromper. O senhor não pode me interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem...

O SR. RYCHARDE FARAH — Senhor Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Aqui não é uma banca de advogados e nem um júri.

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu só quero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não tem pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João, só um minuto. Senhor advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não tem pela ordem, não existe isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu já tive aqui entre outros...

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu acho que a gente pode conversar de um outro jeito.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Manda cortar o microfone.")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou, eu vou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, isso aí não pode *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que acontece, eu mando cortar o microfone ali.

O SR. RYCHARDE FARAH — Não, o senhor pode até mandar, mas eu só queria um pouquinho... ele é testemunha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É claro.

O SR. RYCHARDE FARAH — Pergunta e ele responde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É óbvio que eu vou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas ele fez a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas é isso o que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele acabou de fazer uma pergunta.

O SR. RYCHARDE FARAH — Tá, qual é a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor... não, eu não tenho que lhe responder. Quem tem que responder é o seu cliente.

O SR. RYCHARDE FARAH — Eu não entendi a pergunta.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se indignado fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A pergunta é para o cliente, não é para o senhor. Pode continuar, continua...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso aqui não é um júri.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Kennedy foi muito feliz no depoimento há duas semanas, nenhuma CPI tem advogado assim para ficar falando...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Você...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu estou fazendo uma pergunta...



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode refazer?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor vai continuar omitindo aqui?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não estou omitindo nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então quem é o fraudador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Está em apuração interna.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Até agora não apurou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Existe um grupo, uma comissão formada pra esse fim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não tem um nome para falar para nós? Um nome?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Enquanto a, a... a comissão interna não me apresentar o relatório final...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não viu a metade do caminho da sindicância?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É uma investigação independente. Eu montei uma comissão interna, uma comissão composta por três auditores e os auditores têm essa finalidade de me entregar um relatório final.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Numa CPI não pode se mentir nem omitir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não estou mentindo nem omitindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Está sendo omitido...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...fatos aqui que inviabilizam o trabalho dos Deputados.

(O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que não com a cabeça.)

O senhor está omitindo, e omitir e mentir para mim é a mesma coisa, que nem roubo e ilícito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que na...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que eu tenho, o que eu tenho de informação pra ser prestada tá aqui na minha mão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então realmente a culpa é dos Deputados na Reforma Administrativa, porque a CGE não serve para nada.

(O Presidente pede para o microfone ficar mais próximo do depoente.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu quero saber quem são os nomes que o senhor dá a entender na entrevista, que o senhor até agora não apresentou para a sociedade de Santa Catarina. O senhor é remunerado, que nem nós, Deputados, pelo povo catarinense que quer saber isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem são esses nomes? Quem é o fraudador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu já lhe passei que existe uma comissão interna designada pela minha pessoa como Controlador e essa comissão interna está me entregando o relatório final. No momento que eu receber o relatório final, automaticamente, todos os órgãos, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa vão ter conhecimento desse relatório. Enquanto o relatório final...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual é o prazo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quinta-feira.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quinta-feira, depois de amanhã?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Depois de amanhã. Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E até agora o senhor não leu o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não assinei o relatório final. Eu não recebi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa, Deputado Milton Hobus (*ininteligível*).

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...então eu não posso, eu não posso adiantar nada que ainda não finalizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu só fazer uma pergunta para ajudar o Deputado João Amin.

O senhor, nessa mesma entrevista, coloca a culpa na Márcia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. falha! Falha da Márcia, tá aqui (*aponta para os documentos*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Qual é a diferença de falha e culpa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível*.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Falha administrativa. A falha processual, a culpa, quem vai me definir a culpa é lá na frente, após o processo administrativo disciplinar. Nesse momento, eu tenho indícios de, então ela tem falha administrativa processual, é isso que ela tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Se ela vai ser culpada, quem vai me determinar, é, após a investigação preliminar, você tem um processo administrativo com direito ao contraditório e a partir dali se vai apurar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...os responsáveis. Antes disso, não tem como apurar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, professor, deixa eu só lhe dizer uma coisa: o Deputado João Amin lhe fez uma pergunta e o senhor disse que não viu o relatório.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que está sendo feito por auditores independentes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E como é que o senhor vai na imprensa e diz que já houve ou que coloca na... a falha, então, portanto, da Márcia, se o senhor não viu o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele... no início da entrevista eu falo como cidadão. Então é só olhar os autos do processo que você identifica as falhas processuais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas, assim, deixa eu dizer uma coisa, o senhor não é um cidadão comum. O senhor, hoje, é o Controlador-Geral do Estado, o senhor não pode chegar e dizer assim: eu vou falar como um cidadão. Infelizmente é como nós, nós não podemos falar como cidadão, a gente é Deputado (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). Quando o senhor diz: eu vou falar como cidadão, isso não cabe mais ao senhor a partir do momento que assume um lugar público, de tão importante serviço que é de controlar.



E daí o senhor vai à imprensa, coloca... fala só num nome, e eu não estou aqui para defender ninguém, mas eu estou aqui para saber (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). E daí o senhor disse para o Deputado João Amin que não leu o relatório, mas na imprensa, na sua fala como (*o Deputado Estadual Kennedy Nunes faz sinal de aspas*) cidadão, o senhor coloca como se já soubesse quem é o culpado. Porque quando eu li a sua entrevista, eu fiquei compreendendo, Deputado Milton, que a culpada era a Márcia, entendeu? Então por isso a preocupação do Deputado João Amin (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*).

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Hobus, eu gostaria que fizesse constar em ata também a declaração de que na próxima quinta-feira nós teremos o resultado da...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Investigação preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...das investigações.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, elaborada pela CGA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, colegas Deputados, doutor Felipe, cumprimentar também os advogados aqui, cumprimentar Sopelsa que está a distância em Concórdia e todos que nos acompanham.

Doutor Luiz Felipe, o senhor está aqui novamente porque algumas dúvidas ficaram depois do primeiro depoimento e por isso nós gostaríamos de vê-las esclarecidas (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). No seu primeiro depoimento, o senhor, salvo melhor juízo, o senhor afirmou aqui que o senhor ficou sabendo do procedimento da compra, do pagamento à vista dos respiradores, mais tarde do processo dos respiradores, né? Que o senhor não conhecia antes do fato ocorrido, é isso? É fato?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe fiz essa pergunta, porque nós temos a informação aqui que foi montado um grupo de WhatsApp com... envolvendo aí uma força-tarefa, que assim era chamado, que tinha integrantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da CGE, da Secretaria de Administração, da Saúde, da Procuradoria-Geral do Estado e da Casa Civil. O senhor confirma que tinha esse grupo, que trocavam mensagens?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não participava desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Alguém da CGE então?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque tinha alguém da CGE pelas transcrições das falas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone, a Simone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Correto. E o senhor não sabia o que a Simone tratava nesse grupo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ali era um grupo pra tratar toda a questão ao qual ele foi vinculado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone era uma pessoa... na hierarquia do senhor, o que ela representa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Simone...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Qual é a função dela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é a, qual é a, a, a, a... dependendo da data ela era diretora-geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dia 23 e 24 de março.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Diretora-geral de auditoria e tava substituindo... o Controlador Adjunto. Então ela era Controladora Adjunta, é... em substituição, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E ela não lhe relatou nada do que eles estavam...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...lá preocupados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Era uma subordinada sua?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que estava lá...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Estava lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...em nome da CGE...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para ajudar a resolver um grave problema.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu vou trazer aqui, para que todos saibam... por isso que estranha muito essa afirmação do doutor Luiz Felipe.

As conversas do grupo do WhatsApp, alguém diz assim: *(lê)* Como esses fornecedores não têm capital de giro – isso depois de uma sequência de falas lá, tirei só alguns trechos aqui – estão pedindo pagamento antecipado.

Porque tinha várias coisas de pagamento antecipado, né?

(O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.)

(Lê) Nós temos duas opções: aumentar o limite do cartão corporativo ou fazer um projeto de lei complementar para dar respaldo jurídico ao gestor.

Essa questão do cartão corporativo, o senhor sabe se alguma coisa foi comprada com o cartão corporativo do governo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não.

Dáí diz assim, doutor Luiz Felipe: *(lê)* Ah, o cartão só pra bens de consumo, cartão para material permanente não dá.

Então quer dizer, estavam tratando de alguma compra de equipamento que é material permanente, certo?

(Lê) A alternativa seria uma medida provisória - diz aqui na fala - é fato que alguma medida deve ser tomada, ouvir vocês para levar a decisão ao Secretário Tasca. Consulto os colegas da CGE e TCE.

Nesse grupo de conversa, por isso que eu pensei que o senhor fazia parte *(o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça)*, mas o senhor me disse que era a Simone.

(Lê) Por ser um valor alto, uma lei seria mais correto - aqui nas falas -, mas a decisão tem que ser tomada hoje, não há mais prazo pra uma lei. Por ser compra de alto valor, uma lei, como outros Estados fizeram, teria um conforto maior para o gestor, mas pela situação sem precedentes “a decisão precisa ser tomada hoje”, infelizmente não haverá



tempo hábil. No caso de ter algum problema por parte do fornecedor, caberia uma ação judicial.

Quer dizer, aqui no começo das falas eles dizem: Os fornecedores não têm capital de giro pra bancar, precisa que pague antecipado. Ao invés de se pedir as garantias, que é o normal em qualquer processo de licitação... não, mas se der algum problema cabe uma ação judicial. (Lê) Seria bom saber com a SES se esse fornecedor sempre foi um bom fornecedor.

Lembram as conversas... que depois foram chamadas as pessoas para dizer: fique calma, esse pessoal é bom, eles vão entregar... que vieram dizer aqui.

O senhor poderia nos dizer, doutor Luiz Felipe, quais os órgãos todos que faziam parte assim como a CGE? Se foram só esses que eu citei ou se tem mais alguns desse grupo da força-tarefa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer. Não sei lhe dizer, porque eu não participava desse grupo de força-tarefa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A Simone poderia informar isso para nós? O senhor pedindo para ela, o senhor como superior dela.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, posso, posso, posso informar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor poderia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...eu posso até pedir pra ela dar um *print* de todas as informações que tão lá e... entregar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...juntamente quinta-feira com as informações que virão da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, senhor Presidente, eu gostaria que constasse em ata...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso entregar até pessoalmente aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que o doutor Luiz Felipe se compromete a entregar para nós todos os integrantes desse grupo de WhatsApp e o *print* de todas essas conversas que eu... algumas delas eu li aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é o... o senhor poderia repetir qual é o nome do, do, do grupo que tá escrito lá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pra mim aqui veio como força-tarefa e os membros que participavam tinha gente da Administração, da Secretaria da Saúde, da Controladoria-Geral do Estado, que eu pensei que fosse o senhor, mas foi uma subordinada sua, da Procuradoria-Geral do Estado, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Eu não sei se tem mais alguém ou não...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, eu, eu... eu verifico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...talvez ela poderia esclarecer para nós se tem mais um integrante.

Isso seria importante, porque essas falas aqui nos deixam um pouco... diante de tudo que nós ouvimos aqui na CPI, por exemplo, do senhor que não sabia e tinha uma funcionária sua lá discutindo: como é que vamos proteger o gestor, porque temos que pagar antecipado uma compra de respiradores. Porque esse era o tema e isso fecha lá com a fala do Secretário Helton no dia 27 de março na *live* deles, está público.

O Secretário Helton veio aqui e disse que não sabia do pagamento antecipado, mas ele fazia parte desse grupo aqui ou será que ele também não fazia? Que tem algum subordinado lá, temos que descobrir isso (*o depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça*). Porque o fato é que todo mundo sabia disso, todo mundo, Secretários, CGE, PGE, Governador, todos sabiam e pagaram adiantado mesmo correndo o risco de o dinheiro sumir, porque não pediram nada de adiantado.



O senhor soube de um parecer do Tribunal de Contas, o parecer do Tribunal de Contas que orienta o Estado que não deveria comprar e fazer esse pagamento antecipado no caso dos respiradores? O senhor teve acesso a esse parecer do Tribunal de Contas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu... eu conheci a partir de uma... oitiva que ocorreu aqui que passou o número do processo, aí eu fui consultar sobre uma, uma... consulta que foi feito pela SES ao Tribunal de Contas sobre a questão do pagamento antecipado, que eu conheci *a posteriori*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o senhor, além desse parecer escrito, o senhor sabe se houve mais algum comunicado ao Governador, ao senhor, ao Secretário...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para que não fizesse o pagamento antecipado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse, esse comunicado eu busquei pelo SGPE, não foi direcionado à CGE, né? Eu queria entender o teor do documento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor pode me dizer o número do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não tenho aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que o senhor consultou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não tenho aqui. Posso até ver se caso de repente eu tenho ali. Foi num dos depoimentos aqui, eu tava assistindo, ela passou o número, eu anotei, consultei, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como qualquer cidadão, então, não como Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu consultei para entender o teor do processo que estava no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E o senhor não sabe o número que o senhor consultou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não recordo o número.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Esse documento não chegou formalmente à CGE então?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Era uma consulta do Secretário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sua?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, uma consulta do Secretário da Saúde ao TCE e a resposta veio ao Secretário da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, esse é um fato novo que muda todo o comportamento dos depoimentos que nós tivemos até aqui hoje. Porque todo mundo dizia que não sabia de nada e se o senhor, doutor Luiz Felipe, nos passar, já que era a Simone que representava, esse relatório para gente dos *prints* das conversas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e também confirmar os participantes. Nós temos outras formas de conseguir isso, mas nós ficaríamos muito agradecidos se o senhor assim o fizesse, porque como Controlador-Geral do Estado...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É um compromisso assumido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...o senhor teria que ter todo o interesse de que isso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...se elucidasse, uma vez que o senhor ficou omissa no processo lá desde o início mesmo tendo uma subordinada sua com um pepino desse tão grande na mão, tentando lá achar uma forma de fazer o negócio e não comprometer o gestor... e culminou com toda essa coisa ruim que a gente vê.

Eu estou satisfeito. Deputado Kennedy, gostaria de complementar?

Muito obrigado, doutor Luiz Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — MUITÍSSIMO obrigado, Deputado Milton.

Antes de passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado João Amin, gostaria que o senhor me ajudasse mesmo, qual era o nome da adjunta lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Simone Becker.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Simone.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que horas... que dia. Quinta-feira, que horas que fica pronto o relatório, senhor Luiz Ferreira?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Olha, eu tenho... é, o compromisso de finalizar a partir de amanhã e começar as entregas na... quinta-feira pela manhã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu já estou produzindo um relatório, um requerimento, vou fazer um requerimento formal para que a CPI tenha acesso a esse relatório...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Já, já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...já vou assinar (*ininteligível*) na sexta-feira.

O senhor... nesse grupo de WhatsApp estava o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pelo menos é o que a imprensa nos chama a atenção.

A sua subordinada então tinha o telefone do Governador? O senhor falou aqui na última vez, na CPI, que não tinha o telefone do Governador. O senhor já tem agora o telefone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Já tenho agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Estão se falando periodicamente?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quando há necessidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin.

Ainda por ordem de inscrição, Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Controlador, deixa eu fazer uma pergunta aqui para o senhor. Quando é que o senhor efetivamente ficou sabendo do processo? Eu digo o seguinte, porque isso para mim é muito importante, porque com relação ao Governador do Estado nós temos três, aliás, quatro datas agora, né, Deputado João Amin. Nós temos o Secretário Helton que disse que foi dia 15; nós temos a Márcia que diz que o Governador ficou sabendo no dia 27; nós temos o Secretário Douglas que diz que foi dia 22; e ontem o Governador disse que só soube no dia 20, então são quatro datas.

O senhor, quando que soube a primeira vez dessa questão? Quando chegou para o senhor a questão dos duzentos respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pela CGU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como foi esse contato da Controladoria-Geral da União? Como é que chegou para o senhor esse contato?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós temos um termo de cooperação técnica com a CGU. A CGU tá fazendo o monitoramento do Portal de Transparência, né? Aí identificou a questão dessa compra no valor de 33 milhões. Ele passou... querendo tirar mais informações a respeito do assunto. Ele abriu o processo, viu que o processo tinha algumas fragilidades, foi nesse momento que eu "printei" a... a mensagem que eu recebi do Orlando e passei para a Márcia. Daí a Márcia no dia 18, ela me mandou o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe o que me dá uma... eu tenho dificuldade de entender como que um processo desse... e o senhor Controlador-Geral diz que não sabia até o dia 18 e daí foi alertado por alguém de Brasília. O senhor não acha estranho isso? O Controlador-Geral não saber de nada, de uma compra de 33 milhões, sendo que a sua Adjunta estava num grupo, o Deputado Milton Hobus falou que estavam comentando desde o dia... já antes disso. O que o senhor sentiu na hora que passaram para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, a CGU é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o senhor falou da central lá de Brasília.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, CGU, Santa Catarina, regional de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, Controladoria-Geral da União.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Um órgão federal.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — De Brasília.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Com sede em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com sede em Santa Catarina.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas o senhor não se achou é... o senhor não viu que tinha alguma coisa errada na questão do seu papel? Não do seu papel, mas do papel da Controladoria-Geral do Estado em permitir que um órgão federal visse o problema antes de vocês? *(O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que não com a cabeça.)*

O senhor diz, na entrevista do Upiara, que como é uma dispensa de licitação *(o advogado Rycharde Farah fala com o depoente Luiz Felipe Ferreira)*, o senhor não consegue ver porque são 30 bilhões de orçamento e não é possível acompanhar tudo.

Aí o que eu vejo, Deputados e sociedade catarinense, é que um órgão do governo federal chama a atenção do Controlador-Geral, senhor Presidente, no dia 18 de abril. Então, portanto, veja bem, pelo Helton o Governador já sabia, mas até então o senhor não tinha o telefone do Governador. No dia 20 o Governador disse que ficou sabendo, então se formos acreditar no Governador, que eu já não creio, ele ficou sabendo dois dias depois, e o Douglas disse que foi no dia 22, e a Márcia... daí a gente vai nas lives e o Governador no dia 26 e 27 ele fala.

Eu faço essa pergunta, porque eu acho muito estranho um órgão que foi criado pelo governo atual ficar de fora do processo. Sabe o que eu estou achando? Se o senhor disser que não sabia, é ruim, porque o senhor é o Controlador-Geral. O senhor disse agora



para o Deputado Milton Hobus que quem estava participando, daquele telefonema ali, era a sua Adjunta. E fica muito complicado quando um fato, que é o maior escândalo de Santa Catarina... o senhor não ficar sabendo, então eu quero colocar aqui que para mim é muito complicado. Não só para eu entender, mas para gente conseguir compreender que realmente o senhor não estava sabendo das questões.

Mas deixa eu perguntar uma coisa, por que no dia que o Governador foi fazer a *live* dele no final da tarde e que ia anunciar a saída da Márcia, por que o senhor chamou no seu escritório, no bairro Trindade, a Márcia, deixou ela lá com a Adjunta e foi para *live* e deixou ela lá? Por que o senhor fez isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, na realidade quem pediu a... a reunião foi a própria Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela disse aqui que não, ela foi chamada pelo senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, ela que pediu a reunião. Tava a reunião agendada, aí que veio a reunião com o Governador. Quem solicitou foi a própria Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quanto tempo ela ficou lá no seu escritório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Acho que foi das 11h até meio dia, meio dia e meio, acredito que deve ter sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por que a Adjunta estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque a Adjunta estava me acompanhando na reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por que a Adjunta não acompanhou o senhor na *live*?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eram só os Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que o senhor não atendeu ela no escritório da CGE e foi no seu escritório particular?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a CGE estava fechada na época da pandemia. E não era nada relacionado a... a uma entrevista formal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não era nada?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não era uma oitiva, não era uma entrevista formal, apenas a Márcia queria conversar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Superintendente...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela pediu um apoio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Superintendente da Secretaria da Saúde, que estava responsável por toda a compra, pede uma conversa, segundo o senhor - ela diz que o senhor a chamou lá, mas eu vou pela sua versão - com o senhor e o senhor acha que não é nada oficial?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mesmo?

(O depoente Luiz Felipe Ferreira faz que sim com a cabeça.)

A superintendente da Secretaria da Saúde está numa pandemia, pede uma reunião para o Controlador-Geral e o Controlador vem aqui dizer que não achava que era... o que era? Era uma venda?... Porque eu não consigo entender, Presidente, sinceramente, como é que uma superintendente de uma Secretaria de Saúde, responsável por compras, liga para o... segundo a sua informação, ela diz que o senhor chamou ela, mas liga: Controlador, eu queria falar com senhor. Aí o senhor atende no escritório e diz aqui de novo que não achava que era nada oficial? Aí o senhor leva a sua Adjunta... e por que levou a Adjunta então, se



não era oficial? O senhor está vendo que não está colando isso? Você tem como refazer essa frase ou o senhor mantém essa posição? [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: Bruna Maria Scalco]

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mantenho a postura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Lembre-se que o senhor está sob juramento de falar a verdade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mantenho, mantenho a postura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor, mantém então que a Márcia ligou para o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...para falar sobre algo, aí, o senhor, porque a cede da SGE estava fechada, o senhor leva para o seu escritório particular, pensando não ser nada oficial, é isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E, daí, o senhor leva a Secretária Adjunta. Por que levou a Secretária Adjunta, se não tinha nada a ver com oficial? Consegue me responder?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela pediu pra conversar, foi essa a questão. Pra não ir sozinho, pra ter uma testemunha do que seria abordado, foi a Secretária Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas qual seria um outro assunto não oficial que o senhor precisaria de uma testemunha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não sei qual era o assunto que ela queria tratar! Foi logo após a exoneração!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Complicado! Complicado sabe por quê? Porque, eu não sei... eu tenho o senhor como uma pessoa extremamente inteligente pelo currículo que o senhor tem, mas quando o senhor vem pra cá, na frente dos Deputados... esquece nós aqui, Deputados. Aqui está a sociedade catarinense que paga o seu salário, um dos quatro salários, aliás, os quatro salários que o senhor recebe. Quando o senhor chega aqui e faz essa cara, como... não sei, desculpa, é como se o senhor estivesse gozando da cara do catarinense. Perdoa-me falar, mas eu sou obrigado a dizer isso, porque eu não consigo acreditar na sua inteligência, que uma supervisora, uma mulher que estava vivendo no olho do furacão e essa mulher que está vivendo no olho do furacão telefona para o senhor, o senhor leva no escritório, leva a Adjunta, aí diz: fica aí que o Governador me chamou para uma *live*. Aí vai para a *live* e fica lá. O senhor voltou no escritório depois?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Elas já haviam saído.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela falou alguma coisa para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A Márcia eu só encontrei na saída, eu saindo e a Márcia chegando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Está ficando mais complicado, está ficando mais complicado.

Deixe-me perguntar uma coisa para o senhor: o Tribunal de Contas, respondendo uma consulta do próprio governo sobre o papel da Controladoria- Geral do Estado e a Secretaria de Governança... o senhor teve acesso a esse parecer deles?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tive conhecimento do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O parecer não teve acesso?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, porque eu... eu... pedi acesso ao processo e eles disseram que CGE ia ser... é... citada pra fazer manifestação junto ao processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Posso ler um pedacinho do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Tribunal de Contas está fazendo estudos e já apurou o seguinte: que esse modelo de Controladoria-Geral do Estado e a Secretaria de Governança trouxe um retrocesso em relação ao que era feito pela Diretoria de Auditoria-Geral da Secretaria da Fazenda, ante esse governo inovar dessa forma. E o Tribunal de Contas ainda vai mais fundo: aponta a existência de indícios que demonstraram que a manutenção da Controladoria-Geral do Estado e da Secretaria Executiva de Integridade e Governança apresentam conflito, demonstrando-se ineficiente, palavra do Tribunal, e que vai de encontro com uma boa gestão pública. O senhor sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, foi a parte que eu tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sugere o Tribunal de Contas que a CGE seja incorporada ou que incorpore a Secretaria de Integração, ou seja, que essa parte de Integridade e Governança seja responsabilidade direta da CGE, porque o senhor falou na outra vez aqui que a SIG era o segundo escalão da Casa Civil, é isso, né? O senhor falou isso daqui.

Aí a gente vê que o seu trabalho da Controladoria-Geral e da SIG... realmente, quando eu lhe ouço aqui, que o senhor não sabe de nada e que ficou sabendo do assunto pelo órgão do governo federal que olhando... o senhor fala mesmo que olhando no Portal Transparência detectou a compra e ninguém da Controladoria-Geral do Estado olhou o Portal de Transparência e detectou essa conta! Foi preciso um órgão federal detectar e avisar o Controlador? Não tem ninguém olhando o Portal de Transparência lá, Controlador? Sim ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E ninguém viu isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso apresentar como a questão ocorreu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Claro, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, nós trabalhamos com trilhas de auditorias, e a trilha ele não me pe... ele não trabalha em cima de SGPE, e sim a partir do momento que eu tenho um empenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que não trabalha em cima do SGPE, se é o Sistema...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É o protocolo, é porque você... o SGPE, ele não formaliza em si; a operação na realidade ela se dá com um contrato e com empenho. Existem processos licitatórios...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o contrato e empenho são feitos onde, Controlador? O contrato e o empenho são feitos em qual sistema?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele tem cópia no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não. Ele é feito onde? Não é cópia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o contrato e o empenho são feitos no SGPE e vai cópia... Isso a Bruna (*sic*) falou aqui! Que ela só conseguiu fazer o pagamento, porque o empenho... a certificação da nota e o contrato foram feitos não SGPE. A minha pergunta é por que esta teoria de vocês não faz o



acompanhamento onde surge a compra, porque se vocês fizessem o acompanhamento no SGPE, poderiam saber, por exemplo, que tiveram partes desentranhadas do processo; vocês poderiam ter certeza, por exemplo, que houve o pedido do engenheiro elétrico da SES para que os intensivistas pudessem saber se o equipamento que ia ser trocado ou não, não veio o parecer, não apareceu.

Então, eu peço aqui, pelo amor de Deus, comece a verificar o SGPE, esse mesmo sistema que com qualquer um pode fazer desentranhamento, inclusive que a comunicação interna que autorizou o pagamento era uma autorização interna, uma comunicação interna do dia 20 de maio, sete ou oito dias depois que foi feito! O senhor não sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, assim, pelo amor de Deus, Controlador, muda essa sua aulinha teórica e vai ver o SGPE! É lá que está o problema! Nós trouxemos a Bruna (*sic*) aqui, a Bruna (*sic*) disse: eu só fui para o Sigef, porque tinha sido tudo feito no SGPE! Lembram da aula que nós tivemos aqui? Dois sistemas. Aí, a Márcia disse que no Sigef ela não tinha a senha desde 2017, e a Bruna (*sic*) disse: não, mas no Sigef eu não preciso da senha da Márcia, porque no SGPE tem... e agora o Controlador vem aqui, Deputado, dizer que não tem conhecimento disso? Controlador, pede para sair! Por favor! A Controladoria-Geral e a Secretaria de Governança estão fazendo mal para o Estado! E não sou só eu que está dizendo, é o Tribunal de Contas que dá o parecer, o Tribunal de Contas dizendo que houve um retrocesso. E essa sua parte teórica, aí, está fazendo mal!

Senhor Presidente, eu não vou mais falar, só depois, porque eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para deixar claro, complementando, Deputado Kennedy - se me permite, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que a Controladoria-Geral do Estado sabia desde antes da compra, porque a Simone representava o Controlador no grupo que estava tentando achar uma forma de proteger o gestor maior, que era o Governador, desse pagamento antecipado, de uma empresa que não tinha capital de giro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Confirma com aquela mensagem do Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que se tivesse problema, ajuizava uma ação depois para reaver o dinheiro... Tudo está aqui nesse grupo em que a Simone, que foi lá, não por conta própria, deve ter sido indicada pelo chefe dela, que está aqui conosco, o doutor Luiz Felipe, porque assim aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu queria pedir inclusive, Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... assim aconteceu. Então, esse desconhecimento, me perdoe, mas ele não cabe mais a ninguém do Estado aqui, falar do desconhecimento dessa compra, desse pagamento e querer botar a culpa no porteiro. Todo mundo sabia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite, uma coisa que o Deputado pediu hoje aqui, inclusão daquelas mensagens, eu gostaria de pedir ao procurador que quando ele encaminhasse as mensagens dessa senhora Adjunta, mandasse o número de telefone também para ver se checa com o telefone que está lá no grupo, o número de telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — No *print* das mensagens vai aparecer o número de cada telefone.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas daí vamos checar se é verdade a informação que ele traz, que era a Simone, porque neste momento eu não estou acreditando mais em ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só depois.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de passar a palavra à vossa excelência, Deputado Cobalchini, eu gostaria de perguntar ao Deputado Sopelsa se ele quer se inscrever, pois ele se encontra prejudicado pelo fato de estar de forma remota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Posso falar depois do Cobalchini, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.
Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, senhor Luiz Felipe, Controlador-Geral do Estado. Eu até não... Relator, não tenho um questionamento para fazer. Eu acho que os Deputados que aqui usaram da palavra, tanto o João Amin, o primeiro, o Milton Hobus, o Kennedy, foram muito bem, foram detalhistas.

Eu usaria aqui como convencimento, se um apagão... deu um apagão generalizado. O desconhecimento é uma coisa que chama... é muito flagrante, chama muito a atenção. Eu, aqui, tem dois termos que eu gostaria de mencionar aqui: um é a omissão, a omissão. O que é a omissão? Ato ou efeito de não mencionar algo ou alguém, de deixar de dizer, escrever ou fazer algo e, ainda, vou usar aqui prevaricação, faltar ao cumprimento do dever, por interesse ou má fé. Não há como ignorar que todo, todo o processo, do início ao fim, é eivado, Deputado Ivan, desses dois termos; eu diria que todos, sem exceção. Aqueles que no seu cargo de direção deixaram de fazer alguma coisa no exercício do seu dever, todos sem exceção, no mínimo, prevaricaram ou se omitiram.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, senhor Presidente, senhores Deputados, doutor Felipe.

Eu vejo, e eu digo isso com muita tristeza, porque não sei se o Deputado Kennedy tem razão em dizer que a Controladoria está fazendo mal para o Estado ou se é quem é responsável pela Controladoria que está fazendo mal para o Estado. Eu vejo no senhor, doutor Felipe, e parece-me que o senhor também é professor, eu lamento que o senhor exerça um cargo tão importante, que o Governador lhe tenha confiado posição importante como essa, e o senhor deixa o governo em uma situação dessa.

As suas respostas, a maneira que o senhor está se portando, eu sei que o senhor deve estar com mal-estar, mas o cargo que o senhor representa é um cargo de mais de sete milhões de catarinenses. Então, pelo menos, que o senhor seja um pouquinho mais... que o senhor tenha um pouquinho mais de sensibilidade em responder as perguntas que os Deputados lhe fazem. Nós somos pessoas públicas, recebemos o nosso salário do imposto que as pessoas pagam. O dinheiro não é dinheiro público, o dinheiro está nos cofres públicos, mas é dinheiro da sociedade que pagou seus impostos. E a situação que nós nos encontramos nessa questão dos respiradores demonstra que aqueles que tinham a responsabilidade de fazer a coisa corretamente se omitiram ou, pelo menos, estão se



omitindo, como o senhor. Não acredito que o senhor não tenha mais informações para nos passar se tivesse a boa vontade.

Era isso, senhor Presidente, eu não tenho nada mais a perguntar, porque acho que também não fará muita diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, muitíssimo obrigado.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-tarde, senhor Presidente, boa tarde aos nobres Deputados.

(O depoente fala com o advogado Rodolfo Macedo do Prado.)

Bom, todas as minhas perguntas acabam sendo dirimidas aqui, mas eu tenho um singelo questionamento.

Senhor Luiz Felipe, depois do seu depoimento aqui na CPI, no Gaeco, obviamente como Controlador-Geral do Estado deve ter se reportado ao Governador para tratar dos assuntos. Sim? Não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em que momento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, não entendi, senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Poderia refazer a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor, depois que deu os seus depoimentos, aqui na CPI, no Gaeco, o senhor deve ter conversado com o Governador, reportado a ele sobre os assuntos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não... depois quando o senhor aqui verbalizou que não tinha o contato do Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conversei com o Governador, mas não a respeito da CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tocou no assunto dos respiradores?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não falou com o Governador, depois que esteve aqui, sobre os respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem uma operação interna sendo verificada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não. O senhor falou com o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não falou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele não falou com o Governador, senhor Presidente, dos respiradores depois que saiu daqui? Para! Esse homem tinha que sair daqui preso! Está mentindo! Está mentindo! Não dá, Presidente!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou tentar ser o mais técnico aqui.

O senhor vendo a bomba estourar, Santa Catarina na imprensa nacional, membros do governo tendo que vir se explicar, explicar à Justiça, vocês não tiveram nenhum tipo de conversa, nada, não tocaram no assunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Só internamente na CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem. O senhor Juiz Elleston Lissandro, não sei se é assim que se pronuncia, está acompanhando esse



casoque agora sobe para uma segunda instância. Vocês tomaram alguma posição nesse sentido?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quem é esse, quem é esse senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu vou ler aqui: recentemente, decisão do Juiz Elleston Lissandro Canali, este declinou competência para o STJ, sob o argumento de que existem possibilidades de o Governador do Estado ter envolvimento sobre o caso aqui investigado. O senhor está acompanhando?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, saiu na mídia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — E qual foi a posição do senhor nesse... o senhor entende, na posição do seu cargo o senhor tem a competência de tomar alguma atitude. Nada foi feito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Perante o Governador, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Governador, então, está acima de Deus, de tudo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a Lei Complementar 741.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — E ali, a própria fala do Juiz ela não é conclusiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor entende que são acusações gravíssimas que o Governador faz parte, há provas, há os áudios e a Justiça entendeu que o Governador tem participação, sim, tanto é que manda para uma competência federal e, mesmo assim, os senhores não têm nenhuma ação com relação a isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Neste momento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Senhor Luiz Felipe, boa tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — O senhor tinha, como Controlador, o conhecimento que os Poderes repassaram recursos para o Estado enfrentar a pandemia no dia 22 de março?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tomei conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Pela imprensa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E também, o senhor teve conhecimento que no dia 28, veio para esta Casa um projeto do governo do Estado, para aprovar, não só o recebimento dos recursos, mas a dispensa nas licitações e com o parecer retroagindo a 22 de março?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Pela imprensa, também?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — É comum nas licitações a Controladoria não verificar a idoneidade das empresas?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A licitação em si, de acordo com o artigo 126, da Lei Complementar 741, todo o processo licitatório ele corre na responsabilidade do órgão. Então, nesse caso, seria a SES.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Então, não tinha nada a ver com o senhor também?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A responsabilidade de avaliação do fornecedor, né, a... a... fidedignidade da questão do fornecedor é o órgão quem faz a licitação, em atendimento a... às atribuições lá do o artigo 126, da Lei Complementar 741.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A CGE está subordinada diretamente ao Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o controle externo, sabia do processo, da intenção de compra que seria feito ou ele não fica sabendo das intenções de compra?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual é o controle externo que você... quem é o órgão de controle de externo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A CGE.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, o CGE é o controle interno. Então, o procedimento de compra ele não passa na CGE, existe a autonomia das Secretarias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Ela não faz nenhuma verificação, ela não avalia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, ela vai fazer os acompanhamentos de editais. Neste caso, a dispensa de licitação, ele não tem edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Tá.

E o senhor sabe quantos processos com dispensa de licitação foram feitos nesse período de pandemia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na Secretaria da Saúde, com relação ao período até meados de vinte... deixa eu ver aqui quando é que iniciamos (*folheia documentos*), até o momento de 28 de abril, deve ter mais ou menos aí uns 150 processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Até 28 de abril?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Lá dentro da Secretaria da Saúde, dispensa de licitação relacionada à Covid. Algo em torno disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado, é isso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Luiz Felipe, pela experiência que o senhor tem, pela formação catedrática que o senhor possui e, obviamente, pelo estudo que o senhor fez de caso, nós temos um problema que é crucial nesse processo, que é o pagamento antecipado sem a exigência da garantia. Acho que todo esse processo tem uma base, que é a falta da garantia, falta da exigência de garantia.

Eu li as entrevistas que o senhor deu, eu também reli o depoimento que o senhor deu aqui para a CPI e percebo que o senhor já compreendeu bem o que aconteceu nesse processo, a narrativa que o senhor faz, principalmente ao Upiara, é praticamente a narrativa que a CPI faz. Então, eu pergunto ao senhor, já que o senhor conhece profundamente passos deste processo, a quem competia, dentro desse processo, exigir a garantia para fazer o pagamento antecipado da compra dos respiradores?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Teria que ta... a... primeiro que teria que ter ficado bem explícito a questão do pagamento antecipado. Não é isso? Tem que ficar bem



explícito. Então, automaticamente, na instrução processual já teriam que ter nascido isso lá no apontamento do parecer jurídico e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha que ficou claro no processo que era pagamento antecipado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Se fosse pagamento antecipado, você não teria a necessidade de ter feito um recebimento na nota, uma certificação de nota. Se você faz uma certificação de nota, você está descaracterizando o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, mas isso não é só uma qualificação técnica, porque a qualificação técnica e a prática, ao meu ver, não muda! O fato é que o cara recebeu sem entregar o produto e recebeu antes. Então, é só uma nomenclatura.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não é só uma nomenclatura. Ou seja, é uma certificação que você estava recebendo um produto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A nota fiscal que ela certificou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela certificou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que a Márcia certificou a nota, portanto, não precisaria exigir a garantia, já que o produto estaria ali. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — No momento que você certifica a nota, você está dando entendimento que você recebeu o produto. Se é um pagamento antecipado, você não tem certificação de nota. É... em nenhum dos dois casos, né, mesmo ela ter certificado a nota, se posteriormente a pessoa que está à frente fazendo o pagamento, identifica que o produto não foi recebido e tem característica de pagamento antecipado, teria que ter a... teria que se ater às prerrogativas de atender ao normativo legal que seriam as garantias, tá? Não exige de ter sido feito a observância das garantias.

Ali você tem duas fragilidades, primeiro: se verifica que houve um ato, né, é... uma não conformidade, se atestou algo que não recebeu. Naquele momento, teria que ter sido comunicado o controle interno de SES, também em atenção ao artigo 126 da Lei Complementar 741, tá? Então, naquele momento que se identificou uma não conformidade processual ou, nos casos anteriores, né, a atenção inicial era controle interno da SES ou, automaticamente, a CGE, mas o passo principal é o controle interno da SES que deveria ter sido informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acredita que se não tivesse feito a certificação da nota fiscal, o pagamento não teria acontecido? Mesmo diante daquele quadro que a gente encontra no processo, que a proposta estava pagamento antecipado, houve uma conversa no telefone do Secretário com o fornecedor... Eu estou falando da realidade do processo, porque é importante para o relatório, para a gente construir o relatório. Então eu preciso que o senhor nos dê a opinião sobre com a experiência que o senhor tem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O pagamento anteci...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se essa nota não tivesse sido certificada, mas o quadro que se encontra dentro do procedimento ali, o pagamento teria acontecido de qualquer maneira!

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O pagamento antecipado ele não é uma irregularidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...desde que atenda às questões legais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, nós compreendemos, porque uma coisa é como eu digo, fazer um pagamento antecipado para a



Siemens, para a Philips, uma multinacional, mas não foi isso que aconteceu (*o depoente faz que sim com a cabeça*). O pagamento antecipado foi feito para uma empresa fundo de quintal, aí o senhor diz que foi certificada a nota e, portanto, não houve pagamento antecipado ou recebido o produto, mas no enredo que a gente tem desenhado, no livro que a gente está escrevendo aqui, havia um conhecimento de que o produto não estava presente. Então, eu pergunto de novo para o senhor: naquele enredo que o senhor leu, mesmo que a nota não tivesse sido certificada, o senhor acredita que o pagamento antecipado aconteceria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Da forma que a coisa está estruturada, acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor Relator, Deputado Ivan Naatz.

Consulto os senhores Deputados se mais alguém gostaria de fazer uma pergunta.
(Pausa)

Senhor Luiz, está sendo instaurado um procedimento interno de investigação.
Sim?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim. Está sendo finalizado. Instaurado já foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual o teor da portaria inaugural?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A apuração das irregularidades nessa contratação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Assim está descrito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu teria que ir... juntamente eu acompanho a portaria, não sei lhe dizer, mas o... o objeto é a verificação desse processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor também está sob investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual a função do senhor nesse procedimento de investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu instaurei o procedimento, eu nomeei, eu nomeei a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ah, o senhor foi o nomeador da comissão?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, isso.

(*O Deputado João Amin fala com o senhor Presidente fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pode fazer a pergunta, Deputado, pode ficar vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem forma a comissão?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu que formei a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Os membros...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem são as pessoas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, os membros! Sim, eu que indiquei os membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quais são as pessoas que foram?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah... agora...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também não se lembra?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não me recordo, não vou citar nenhum nome pra não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, mas são mais ou menos, duas pessoas, três pessoas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Três, três com o suplente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor não lembra dos três nomes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não lembro! São tantos documentos que nós assinamos dia a dia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Há quanto tempo está a comissão form...?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Deve tá há uns 45 dias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A comissão está funcionando há 45 dias e o senhor não sabe três nomes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não quero citar pra não apresentar nome equivocado, tá? Eu não recordo, com certeza, dos nomes. São auditores internos vinculados à CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, eu nem vou pedir para o senhor apresentar esses nomes para gente, até posteriormente a gente pede via outro... o senhor vai entregar o documento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu vou entregar o documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Facilita o nosso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, eu gostaria de perguntar como que a Simone foi parar nesse cargo que ela está ocupando agora? O senhor sabe como, não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ela é auditora interna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Auditora interna, mas o senhor lembra que o senhor falou assim, até tal data ela estava cumprindo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque o Vanderlei Pereira das Neves, ele tirou férias. A Simone ela era diretora da auditoria geral, então, ela estava acumulando os dois cargos: o cargo de Adjunta e o cargo de diretora da auditoria geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas essa função que o senhor ocupa hoje como Controlador é uma função relativamente nova. O senhor concorda comigo, ela não tem dez anos de existência, não é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Controladoria é um...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, é um órgão novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...órgão novo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está lá desde o início?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a Simone chegou junto com senhor?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque a Simone ela já é servidora de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, para a Controladoria onde o senhor hoje é o Controlador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para a Controladoria, como que ela foi parar lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque ela era a diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas alguém falou assim: vai lá, Simone. Ou o senhor falou: vem cá, Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade, quando foi da..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ou ela entrou porta adentro e (*ininteligível*) trabalhar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, quando se estruturou a CGE, entre as diretorias e gerências, ela foi convidada por mim e pelo Adjunto à época..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...para assumir o cargo de diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ela foi a convite do senhor, a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso. Essa que é a pergunta.

Quais os critérios que o senhor utilizou para chamar a Simone para trabalhar para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qualificação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qualificação técnica.

O senhor tem algum problema pessoal com a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ao contrário, não se pode perguntar, teria que perguntar para ela, se ela tem alguma coisa, alguma má querência ou alguma desconfiança ou ela não suscita no senhor algum tipo de pessoa que não se deve prestar confiança ao que ela faz?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se o senhor tivesse que avaliar a Simone de zero a dez, como funcionária pública, que nota o senhor dava para ela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dez?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pessoa de alta estima do senhor, para receber uma nota dez...

E ali pelos fatos trazidos desse grupo do WhatsApp, o força-tarefa, fatos esses levantados aqui pelo eminente Deputado Milton Hobus, isso é um fato novo. E o senhor disse que quem participava do grupo força-tarefa era a Simone?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Simone ela cumpria a função de Adjunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou tomar a liberdade aqui, como bem fez o Deputado Cobalchini, e explicar o que é um Adjunto, até porque essa função, estou vendo o Coronel ali, nós temos a função de um Adjunto e o Adjunto tem atribuições. Começa lá por: “unido ou próximo a, contíguo, junto ou pegado” e, no segundo ponto ali, “o que auxilia, auxiliar, assistente e assessor.”

A Simone assessorava o senhor, era a sua assistente, auxilia ainda e trabalhava no auxílio de todos os seus trabalhos. E ela estava dentro de um grupo que não era um grupo de paquera, não era um grupo de diversão, um grupo de pegação, era um grupo de trabalho essa força-tarefa, e os assuntos que estavam sendo discutidos dentro desse grupo faziam referência à necessidade de alguém da Controladoria estar nesse grupo, se não, não seria necessária a presença dela lá, por questões óbvias. E a auxiliar do senhor que é a pessoa que assiste, não comentou em momento algum com o senhor ou comentou com o senhor o conteúdo daquilo que era conversado nesse grupo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas ela não era de total confiança, nota dez do senhor, uma pessoa que é assistente de tua total confiança?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ela estava em um grupo de trabalho...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... que faz menção à Controladoria da qual o senhor é o Controlador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que ela mantinha em segredo do senhor aquilo que era conversado dentro daquele grupo ou não era um grupo de trabalho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Os assuntos que se foram... se fossem relevantes, ela taria... teria trazido à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, nesse grupo, a gente tem que entender que não tinha relevância nenhuma, não deveria nem mesmo existir?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que ela omitiria fatos de relevante importância que estavam contidos ali dentro, com o superior imediato dela, com o superior hierárquico... Um grupo de trabalho, ela era a sua assistente! O senhor se lembra de, pelo menos, um fato de que ela falou assim: olha, meu chefe, aqui no grupo estão falando que aconteceu isso, isso ou aquilo. O senhor se lembra de pelo menos uma situação dessa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A dinâmica era tão grande que você acaba não relembrando os fatos que eram tratados em grupo de WhatsApp. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisora: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Deputado Kennedy Nunes pediu um aparte, vou passar para ele... e para eu finalizar mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só queria entender aqui. Quando o Presidente perguntou para o senhor sobre se ela não passaria o fato relevante, o senhor respondeu o quê? Que não era um fato relevante isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, se fosse um fato relevante, ela teria me repassado. Eu não sei qual era o conteúdo das informações que estavam lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então o senhor diz que...



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Desconheço os conteúdos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Desculpa, Deputado Kennedy, eu li aqui as informações. As informações que estavam sendo discutidas pela Simone, representando a CGE, os outros Secretários, o Ministério Público, o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS -... a Casa Civil, a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde eram: precisamos comprar de uma empresa sem garantias, que não tem capital de giro para fornecer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que depois se der problema entra com uma ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS -... para fornecer, só que a lei não permite fazer pagamento antecipado, e nós precisamos dar a resposta para o Secretário Tasca, para o governador. Como é que nós vamos fazer isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Essa informação não é importante, controlador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ele não citou Veigamed, ele não citou respiradores...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não, não, não, não...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu não sei de que empresa ele está falando, de que contrato.

(Depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... uma, uma, uma informação em que esses membros dizem o seguinte: estamos para fazer uma compra, a empresa não tem capital de giro, precisamos fazer o pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Bem de capital, e o único que sabemos, naquela época, eram os respiradores para comprar, bem de capital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Exato.

Então, essa informação o senhor hoje, o senhor acha importante ou não, hoje?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ela é vaga. Eu preciso de informação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Como vaga, como vaga homem se está o Ministério Público, o Tribunal de contas, está todo mundo dizendo: Escuta, nós precisamos dar uma resposta para o Secretário de Administração, que ele está com um pepinão. Ele precisa hoje, por várias vezes, entre parênteses, precisa hoje a resposta de uma empresa que não tem capital de giro, tem que pagar antecipado e o senhor diz que não é importante? *(Deputado gesticula, enquanto fala, demonstrando indignação.)*

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Qual foi a manifestação do TCE, Ministério Público e todos os outros Entes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não, não, não estou perguntando TCE. Eu estou perguntando Controladoria-Geral? Deixa só eu lhe fazer uma pergunta. Essa Simone, o senhor disse que ela era Adjunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Hoje ela é Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ela é.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Nesse tempo aí, ela não foi, não era Adjunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Ela estava no exercício da função.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não, para lá...



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Estava substituindo o Adjunto que estava de férias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor disse para o Presidente, agora, aqui, que ela foi com o senhor junto para Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Foi ou não foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu chamei ela pra Controladoria. Quando a Controladoria iniciou ela era diretora-geral, com a saída do Secretário Adjunto, ela ocupou o cargo dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Perfeito. Quando é que ela foi para Adjunto? Quando é que ela assumiu Adjunto?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Acredito que deva ter sido final de maio, início, final de maio acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Agora?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Agora, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, a pessoa que participou de um grupo que não levou nada para o senhor ganhou o prêmio de ser Adjunta? *(O depoente fica olhando para o Deputado. Pausa.)* Responda-me, não me olhe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Por que o prêmio? Eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor me permite, Deputado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, na verdade a pergunta é essa aqui. O senhor falou que foi as características técnicas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que ela possui. O elevado grau de confiança...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... o elevado grau de confiança que eu tenho nessa pessoa...

Eu já estou aqui com o requerimento assinado para nós escutarmos a senhora Simone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho também senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu acredito que... como eu sempre faço, nós estamos trabalhando dessa forma, seu Luiz, a gente dá um determinado tempo para as considerações finais. Eu não vou dar para o senhor os quinze minutos, mas eu vou dar três minutos para o senhor fazer as considerações finais.

(O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Senhor Presidente, antes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Presidente, eu tenho uma... ele pode até falar nessa última intervenção dele, não precisa responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não precisa responder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Mas eu tenho uma afirmação, um questionamento a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fique à vontade.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Luiz Ferreira, o seu órgão, pelo menos é o que diz o Portal da Transparência, ele tem oitenta pessoas matriculadas - o senhor gere, é superior a oitenta pessoas -, e ele custa R\$ 1.538.750,78 por mês. Não sei se o Portal da Transparência está errado, mas foi com base no Portal da Transparência que busquei essa informação.

Há 45 dias existe um estudo, uma comissão trabalhando. O senhor vem pela segunda oportunidade na CPI, o senhor não sabe, ou não lembra, ou não quer nos falar. Os três servidores estão trabalhando... adiantar qualquer parte do relatório, importante para o acompanhamento da nossa investigação, porque o senhor vai assinar na próxima quinta-feira, daqui a dois dias. E o senhor, no primeiro encontro, falou que identificou roubo, identificamos o roubo, no momento em que eu estava falando e o Deputado Ivan o questionou também.

O senhor cita numa entrevista que tem fraudador, que tem... tem... não pode adiantar nome, mas tem fraudador, indicar alguém como provável fraudador. O senhor... o que o senhor gostaria de acrescentar aqui, que não falou no seu primeiro depoimento, que pode... para a ajudar num momento em que o próprio Ministério Público falou em duas frases... Vou terminar o meu questionamento, porque eu quero a sua contribuição. O senhor é qualificado, senhor, como falei, está num órgão com 80 pessoas, 80 ajudantes, 80 pessoas qualificadas que o ajudam, o senhor é superior a eles, custam mais de um milhão e meio por mês. O Ministério Público, na primeira etapa da investigação, falou em conluio criminoso de agentes públicos e privados. Na segunda etapa da Operação Oxigênio, falou-se na compra mais perversa da história de Santa Catarina.

E o senhor vem aqui, hoje, e disse que não sabe de nada, não conhece, não sabe o nome das pessoas, não tem nada, não está adiantando para nada, isso aqui hoje.

Faça valer a pena, por mais que o senhor não gosta dos nove Deputados, mas pela sociedade catarinense contribua com algo aqui, hoje, para investigação, para a função da CPI, contribua com algo nesse tempo final que o Deputado Lima vai dar. Contribua com algo! Porque o senhor ser arrogante conosco, não tem problema, a gente está aqui para isso. O senhor está sendo com sete milhões de pessoas. Contribua com algo! Faça, independente das atuais nove atribuições da Controladoria-Geral do Estado, eram trinta e cinco na reforma administrativa. Faça alguma coisa pela CPI, pelos respiradores para que esse escândalo possa ser esclarecido.

Use esse tempo que o Lima vai lhe dar, no final, e contribua com algo, porque senão vai ser o tempo que nunca mais volta para todos nós. Faça valer a pena isso aqui!

É um apelo que eu faço.

(O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhor Presidente, eu teria... antes de permitir que o senhor Luiz fale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem certeza que esse relatório já não foi concluído?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Não. O relatório, ele está para ser encaminhado à leitura final e para ser repassado, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu recebi mensagem aqui, no meu celular, de que o relatório já foi concluído na sexta-feira passada, que ele indicou quatro empresas como responsáveis, seis servidores para perda de cargo e função, e dois Secretários por crime de responsabilidade e improbidade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Olha, isso é muito sério que o senhor está dizendo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não sabe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Eu estou perguntado para o senhor isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Significa dizer que vazou uma informação que é sigilosa, que não poderia vazar dentro da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não foi mandado para ninguém esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Não foi mandado pra ninguém. Estou finalizando pra ser distribuído. É o que eu disse... com prazo pra quinta-feira. Agora, se essa informação está na rede, automaticamente isso tem que ser apurado, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (Ironiza.) É... tem que controlar a própria Controladoria...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Até porque é uma investigação preliminar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou dizer qual foi o relatório: quatro empresas foram indiciadas como responsáveis, a seis servidores foi sugerido o afastamento, e a dois Secretários foi indicado improbidade e peculato. Essa é a conclusão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor, aproveitando a informação trazida pelo Relator, Deputado Ivan Naatz, que recebeu essa informação, e fazendo coro ao Deputado João Amin, o senhor vai ter o tempo que achar necessário - como bem disse o Deputado João Amin – o que for para colaborar, que for para colaborar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá. Então vamos aqui.

Eu trouxe, como não veio a pergunta pertinente, enfim, três questões pontuais, né? Então nós teríamos o SES 37.070, o SES 42.320, ventiladores da Edera e o Mahatma Gandhi. É, então questões pontuais que começam lá na fragilidade processual.

Então, peças, peças importantes foram desentranhadas, orçamento dos autos sem identificação e assinatura do CNPJ, é, indícios de mesma grafia, endereço da empresa. Então questões que já foram eu acho amplamente divulgado, mas reforçando aqui: ausência de comprovação de negociação com fornecedor, processo com pagamento antecipado sem menção no processo ou minuta da dispensa de licitação - eu estou fazendo a leitura de um deles, né -, presença de somente um, é... orçamento ou proposta, né, no caso foi da Veigamed, sem assinatura e data delas, demais orçamentos de validade duvidosa, foram postados posteriormente, MMJS e a JE Comércio, proposta sem assinatura, ausência de justificativa na escolha do fornecedor, automaticamente não foi feita uma qualificação do fornecedor, pagamento antecipado sem a garantia de cautelas necessárias, parecer sem menção relativa ao pagamento antecipado, ordem de fornecimento emitida em menos de vinte quatro horas da abertura do processo, troca de objeto sem anuência da autoridade competente, objeto adquirido com parecer técnico que não atende à finalidade, entrega não realizado, nota fiscal certificada sem a comprovação objeto de entrega.

E com relação por que que de fato não cai, né, na trilha de auditoria, o SGPE, ele é PDF, é, automaticamente, nós não temos um sistema, hoje, capaz de fazer essa leitura, certo? E, e, e, no momento que você tem o empenho é onde você consegue cruzar e fazer as trilhas de auditoria.

O que que eu chamo atenção aqui? O tempo, né, mesmo que eu fosse passar uma trilha de auditoria, eu teria dezenove minutos pra pegar um desses pagamentos. Por que dezenove minutos? O empenho, um deles com a Fonte 100, ele foi assassinado as catorze e quarenta e três, e a segunda assinatura dezesseis e três. E esse pagamento foi feito às dezesseis e vinte dois do mesmo dia, tá?



Na segunda Fonte, o segundo empenho, ele foi feito dia 31, assinado a dezoito e trinta e seis, e dezenove e cinquenta e um, então, na virada. Automaticamente, depois da assinatura dele, foi no dia 1º, tá, às dezesseis e quarenta e três. Então, no momento que é feito o empenho, ele consegue ir para a trilha de auditoria, mesmo assim, eu teria dezenove minutos pra conseguir pegar, é, essa, essa, questão da, do pagamento.

Então houve uma, uma, uma coisa muito concomitante com relação a essa questão. Então, onde dificulta de fato o trabalho de verificação por parte da CGE. Feito?

Com relação à omissão não houve nenhuma omissão por parte da CGE, considerando que no dia 17 e no dia 18 onde se tomou conhecimento, todas as ações foram desencadeada pela CGE, não é isso? Então o que que eu tenho ali: instauração do processo de investigação, tá, isso ocorreu entre 26 a 30 de abril. Então, a comissão, eu falei 45 dias, mas ela foi instaurada, nesse período aqui, entre 26 a 30 de abril. Instauração do processo de investigação preliminar com nomeação da comissão de inquérito preliminar, representação à PGE, para que adote medidas cautelares judiciais e extrajudiciais contra a Veigamed para fins de resguardar o erário, envio da notícia de fato à DEIC, solicitação à Delegacia da Alfandega da Receita Federal sobre transações comerciais exteriores para verificar a questão das empresas relacionadas, solicitação à Delegacia da Receita Federal de informações acerca da empresa contratada, suas coligadas e controladas, realização conjunta com a Deic da coleta de depoimento de agentes públicos com a participação efetiva de contratação de ventiladores. Então essa realização conjunta de coleta de depoimento já foi com a comissão interna de investigação preliminar. Então eu não comi... eu não acompanhei, foi trabalho da comissão, e a vocação da sindicância investigativa instaurada pela SES para fins de apuração da responsabilidade de agentes públicos envolvidos no contrato de aquisição de ventiladores pulmonares.

Então, na fala se houve omissão ou prevaricação, é, fica claro que todos os atos é, alcance da CGE, no momento que tomou conhecimento da informação, eles foram é adotados.

(O depoente conversa com seu advogado Rodolfo Macedo Prado.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fico muito agradecido e solicito à...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E todas as informações pertinentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mil desculpas, pode prosseguir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ... e todas as informações pertinentes, né, a essa questão, fechando o relatório, serão encaminhadas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muitíssimo obrigado, senhor Luiz e senhores advogados.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor Luiz Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Obrigado.

(O senhor Luiz Felipe Ferreira, acompanhado de seus advogados, deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Suspendemos por cinco minutos a reunião.

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Senhores Deputados, dou por reaberta a reunião.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o senhor Samuel de Brito Rodovalho.

(O depoente Samuel de Brito Rodovalho adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, e senta-se no local indicado pela assessoria.)



O senhor fique à vontade senhor Samuel, sente na cadeira do centro.

Senhor Samuel, muito boa-noite. O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje aqui, nesta reunião?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Boa noite.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão sob pena de incorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu quero lembrar ao senhor também que tem o direito de permanecer calado, se não quiser responder uma pergunta, o senhor pode dizer, prefiro permanecer calado, mas só o silêncio não é indicativo de resposta. Então é necessário que o senhor se manifeste nessa situação.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Perfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Para que a gente possa fazer o registro, eu gostaria que o senhor se aproximasse bem do microfone, falasse o nome completo do senhor, local de trabalho, o seu endereço completo e a sua data de nascimento.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Bom, é, Samuel de Brito Rodovalho, é, nascido em 20/5/78, eu resido aqui, em Florianópolis, no bairro do Campeche. Tem que falar o endereço?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Rua da Capela, 487 - casa 25, e, e, minhas empresas ficam em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado de advogados.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então, eu vou pedir aos senhores doutores que falem o número da inscrição da OAB e a UF da OAB.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - Boa noite, senhor Presidente, cumprimentando a todos da Comissão.

Meu nome é Nilton João de Macedo Machado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil/seccional de Santa Catarina, sob o número 19.360.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

O SR. FELIPE XIMENES MALINVERNI - Boa noite, Presidente e demais membros da mesa. Eu me chamo Felipe Ximenes Malinverni, sou advogado, OAB/SC 26.426.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, doutor.

Passo a palavra ao Relator, senhor Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite, Samuel.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite doutor, boa noite, doutores.

É um prazer estar aqui, na presença do senhor. Sustentei muitas vezes, no Tribunal, na presença do seu advogado, como Desembargador, brilhantes Desembargador.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Obrigado pela oportunidade.



Bom, vamos começar pelo seguinte, eu precisava compreender mais ou menos o que o senhor faz.

Então, o senhor diz que tem empresa em São Paulo. Quantas empresas o senhor tem lá em São Paulo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Bom, Deputado, primeiramente, eu gostaria de pedir a palavra pra, ã, agradecer a oportunidade de estar falando aqui aos senhores. Dizer que eu estou à disposição, a qualquer momento, pra prestar meus depoimentos, pra tentar elucidar os fatos da, do fato ocorrido aqui, em Santa Catarina. Dizer que eu também estive é, de livre espontânea vontade também junto ao Ministério Público pra também prestar meus depoimentos e contribuir com bastante documentação, pra que esse fato realmente possa ser esclarecido, porque eu acredito que realmente a verdade vai vir à tona no momento certo, no momento oportuno.

E eu queria, se me for permitido também, é, aproveitando a pergunta sobre as minhas empresas, ã, já colocar uma ordem cronológica do porquê eu me envolvi nesse fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas eu queria, eu vou perguntar para o senhor, passo a passo. Nós vamos bater um papo aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Fico feliz que o senhor se coloca à disposição para ajudar a CPI, afinal de contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Deputado Ivan Naatz, se me permite.

Ao final vai ser conferido ao senhor alguns minutos para suas considerações finais. *[Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Perfeito, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, nós vamos só bater um papo para a gente compreender, mais ou menos, né...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ...passo a passo como as coisas aconteceram. Eu vou conversar um pouco com o senhor. Meus colegas Deputados, se entenderem que devam fazer alguma intervenção, fiquem à vontade para fazer a intervenção, até porque acho que a gente vai conversar todos sobre os mesmos fatos, as mesmas imagens.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, fiquem à vontade, senhores Deputados, para fazer a intervenção que os senhores acharem ser necessária no momento certo, no momento que vocês acharem que devem intervir.

Então vamos lá. Quantas empresas o senhor tem em São Paulo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Hoje, em São Paulo, eu tenho 2 empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - 2 empresas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Tenho uma indústria, chamadas GSM Nutrition, que é onde eu fabrico, é, suplementos, vitaminas, faço terceirização de produtos 100% para a iniciativa privada, não tenho nenhum contrato com órgão público nas minhas empresas nessa área de saúde. Tem uma linha de produtos que eu vendo também, pela Internet, produtos focados para imunidade. E o meu sócio da indústria tem também um laboratório farmacêutico, pequeno, onde a gente faz desenvolvimento e pesquisa de produtos, seja farmacêutico seja produtos inovadores. Então, a gente já atua no ramo da saúde já há bastante tempo, há mais de 12 anos, o grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quantos funcionários tem lá na empresa do senhor?



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Ao todo, nós temos uns 25 funcionários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor disse que não faz negócios com o governo do Estado, vende, compra?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Aqui não, nem em outros lugares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E em quais Estados o senhor faz?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não, nenhum outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então não tem *expertise* de fazer negócios com o Estado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Com a parte do Estado, licitações públicas, não, na verdade a minha experiência vem porque, é, um dos fatos que eu ia colocar, né, eu adquiri bastante experiência com comércio exterior, porque trabalhei por sete anos como representante do grupo CIMA. Nós vendíamos equipamentos pra laboratórios farmacêuticos, daí que eu me coloquei nessa situação de ser fornecedor desses equipamentos. Na área de saúde foi assim, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como o senhor tomou conhecimento de que o Estado queria comprar respiradores? Quando o senhor entrou nessa história?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Então, é, pela minha experiência de 7 anos junto à CIMA, e eu encerrei a minha parceria comercial com a CIMA em 2015, eu comecei aí, em 2015, construir o meu grupo empresarial. Quando começou a pandemia, eu fui a solicitado e começaram a me solicitarem, é, equipamentos da China, porque eu fui, durante 7 anos, representante, e fui, ia dois anos por ano, duas vezes ao ano para a China, é, trabalhar na CIMA porque tinha um escritório lá. Então eu tenho um conhecimento bastante apurado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quem?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - A CIMA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Especificamente?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - A CIMA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A CIMA que entrou em contato com o senhor?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não, não, não, outras distribuidoras, pessoas do ramo da saúde, sabiam que eu já trabalhei com a CIMA, então eles começaram a me pedir os equipamentos. Eu entrei em contato com o seu Mário Uchoa, e o Mário Uchoa, também na época a gente voltou a se falar, e o Mário Uchoa me comentou que a CIMA estava vendendo respiradores, também no México e outros países. A CIMA, uma empresa de relação com a China, de 25 anos, então ela também estava vendendo equipamentos ventiladores pra outros países. Ele, o que o senhor Mário Uchoa, que é o presidente mundial da CIMA, me comentou, que todas as fábricas de equipamentos de, ah, remédios, né, equipamentos para laboratórios farmacêuticos tinham mudado as suas produções e estavam fazendo, é, adaptações e vendas dos equipamentos ventiladores, que era hoje a demanda mundial desse equipamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, mas eu não entendi ainda.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Bom, e aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não entendi quem entrou em contato com o senhor.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO ~ Sim, aí, devido a minha experiência, é, eu fui, ah, comecei a receber propostas e pedidos de propostas, comecei a prospectar clientes, e aí eu fui contatado pelo seu César Braga. O senhor César Braga se colocou como um advogado do Rio de Janeiro e que, é, se mostrou uma pessoa muito influente, muito bem relacionado. Meu primeiro contato com ele, ele foi pedindo uma, uma, uma apresentação dos meus equipamentos, não é, porque ele tinha um grupo privado de uns hospitais que queriam comprar os equipamentos. Então, ele já se mostrou uma pessoa muito bem relacionada e a gente começou a tratar ali do assunto desses clientes privados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas Samuel, é que você não vende respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não, na verdade a CIMA, ela vende, né, eu não, eu trabalhei no...hoje eu trabalho com outros segmentos, mas eu detenho um conhecimento e a *expertise* comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então quem entrou em contato com senhor foi o senhor César Braga?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele pediu pro senhor pra ajudar a comprar respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não, na verdade o César Braga, é, ela tinha contatos em vários segmentos, dentre eles Santa Catarina, que ele me falou: existe uma oportunidade em Santa Catarina, queria saber se você tem condições de atender ali, Santa Catarina. Eu falei que sim, porque na época nós tínhamos, a CIMA tinha os equipamentos disponíveis pra, pra, pra efetuar as vendas, e aí nós começamos o trabalho.

E aí o César me solicitou, é, uma empresa pra fazer a venda diretamente para o governo, porque a CIMA e a minha posição sempre foi de representante comercial. Eu só represento grupos internacional, eu representava as fábricas, eu não represento as empresas brasileiras. Então, eu tinha o fornecimento do equipamento na China através da CIMA, eu só tinha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que assim, Samuel, você tem que ajudar os Deputados a compreender de verdade. Eu confesso que não estou entendendo muito bem. O senhor disse que não vendia respiradores, daí o senhor disse que o seu César Braga procurou o senhor. É isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor César Braga procurou o senhor através de quem? Quem ele disse: olha, o senhor disse que Santa Catarina está querendo comprar respiradores. O César Braga falou isso pro senhor?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Exatamente, a proposta e a oportunidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas por quê? Só porque o senhor trabalha na CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque o senhor tinha trabalhado na CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Exatamente, a CIMA estava vendendo respiradores nesse momento, eu acreditei ser uma boa oportunidade comercial, eu sou empresário, vi uma oportunidade de trabalhar com uma empresa que eu já fui o diretor no Brasil, já trabalhei com eles, sei da seriedade, então eu me predispus a vender os equipamentos da CIMA, por isso que eu entrei nesse negócio de ventiladores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, eu vou mostrar para o senhor uma figura com umas fotografias, para o senhor ajudar os Deputados aqui a saber



quem é quem. Vamos mostrar aqui, no telão. Por favor, só um minutinho que está preparando.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Vamos lá, tem essas fotografias aí. O primeiro quadro, de cima, o loiro com barba e com aparelho nos ouvidos. Conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É o Junior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Junior?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Junior o quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Junior Amandio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amandio. O que ele é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ele era meu amigo, ele é meu amigo, né, mas informal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu amigo informal?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O outro, do lado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é o Sandro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Sandro é, é um, um conhecido através do Junior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Sandro é um amigo do Junior?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Também vende equipamentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. E o de óculos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É o Márcio Mendonça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que faz o Márcio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Márcio é meu amigo, a gente tem alguns negócios privados juntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Márcio Mendonça.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Negócios vocês fazem. Que tipo de negócio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Em construção, incorporação de, de casas, o Márcio tem construtora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o outro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sou eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Desculpe, porque eu vi o senhor aqui, de máscara, e não consegui identificar. Essa imagem a Polícia Civil, a Deic, disse que os senhores estavam conversando sobre o rolo que deu na compra dos respiradores. O senhor sabe por que essa imagem foi parar lá no inquérito?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós falávamos bastante, na verdade nessa época nós estávamos até tentando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está bom, pode tirar. *(O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem projetada.)*



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...fazer algumas coisas de *kits* de respiradores com uma empresa de São Paulo. Nós não, nós chegamos a falar, rapidamente, sobre, sobre...eu cheguei a comentar com ele sobre o processo, mas não nos aprofundamos, assim...na época o Junior e o Sandro, a gente estava mais focado na questão dos res...dos *kits* de Covid com uma empresa de São Paulo. Então a gente estava tentando fazer negócios de outra, de outras coisas do *kit* de Covid. Isso foi...eu não lembro a data.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Germano Lincoln, o Germano. Quem é o Germano Lincoln?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Germano foi, é um amigo de longa data, que nós trabalhávamos juntos, a, em 2001, 2002, e nós nos retomamos aí a amizade agora, há um tempo, e ele que me trouxe a Brazilian Trading. Quando o César me pediu a oportunidade, me trouxe a oportunidade de Santa Catarina, eu precisava de uma *trading*, aí o Germano indicou o Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não tem *expertise* de venda de respiradores, o senhor disse que era o representante da CIMA.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Do equipamento ventilador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que tem representação na China, etc. Aí entra a Brazilian Trading. Por quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque eu não tinha uma empresa brasileira para efetuar a venda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor não usou a CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA não pode, ela tem, você tem que ter uma importadora do Brasil pra fazer todo o registro e os pedidos do registro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O Estado poderia comprar em nome dele, direto.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pois é, não me foi passado isso. Minha relação sempre foi com o César, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O Estado pode comprar de qualquer lugar do mundo. Não tem porque ele usar um atravessador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, a oportunidade me veio através do César, o César que me trouxe essa oportunidade, porque eu não tinha relação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar lá, no César.

Vocês criaram um grupo de WhatsApp, o Samuel, o Germano Lincoln e o Rafael.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vocês três criaram um grupo de WhatsApp?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para que vocês criaram esse grupo de WhatsApp?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Para a comunicação dessa proposta aqui para Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só pra isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Só pra isso. Eu não conhecia o Rafael, o Germano que me apresentou o Rafael. Então, o Germano colocou o Rafael no grupo pra que a gente pudesse agilizar ali as coisas e as informações. Estava tudo muito rápido, acontecendo tudo muito rápido.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nesse grupo de WhatsApp, no dia 26/03, após vocês enviarem a proposta da Brazilian Trading, ou alguém enviar desse grupo, a proposta da Brazilian Trading, vocês avisaram que essa proposta era errada, no grupo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que aconteceu aí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Então, eu suponho que, ah, houve uma, uma, um desencontro dos números, que o Rafael foi o responsável por enviar a proposta. Então, o Rafael fez a proposta diretamente pro e-mail indicado do seu César. O César que me indicou o e-mail, através do seu Fábio, e Rafael enviou e me colocou *in copy*. Eu suponho que, é, houve uma, uma, um erro do seu Rafael, porque na proposta da CIMA, que era a minha proposta original, estava US\$ 26,5 mil, e na proposta, é, do, do, do Rafael estava US\$ 33 mil. Acredito eu que foram dois valores diferenciados da proposta. A proposta foi feita em R\$ 165 mil um equipamento e o Rafael tinha colocado a proposta da CIMA. Acredito eu que seria isso, agora, eu não sei ao certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o César? Quem é o César? Para a gente entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - O César é um advogado do Rio de Janeiro que eu conheci nesse, uma semana antes, não tenho relação nenhuma com ele, nunca tive negócios com ele, não conhecia ele antes dessa, desse momento. É, se criavam muitos grupos de distribuidoras de saúde, de agentes comerciais. E me, quem me apresentou ele foi o seu Cacá, uma pessoa também que estava num grupo de WhatsApp e de distribuidores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O César Augustus?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Isso, César Augustus. E eu não conhecia ele antes, né, e a minha relação com ele começou por conta de que nós estávamos praticamente fechando a operação de, dos respiradores com o hospital em São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então assim, vocês estavam vendendo respiradores para Santa Catarina, com gente que vocês não conheciam, com grupos que se formavam no WhatsApp, com um advogado que você não sabia quem era, uma empresa que...é isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Essa foi uma demanda de uma emergência que estava acontecendo, né, era, era, era muitas empresas buscando equipamentos e poucos fornecedores. Muitos aventureiros, muitas pessoas que não tinham experiência nenhuma, é, fazerem intermediações, e eu tinha a experiência por ter sido 7 anos do grupo CIMA e vendido equipamentos. Eu não vendi respiradores, de fato, na época, mas eu vendi equipamentos. Eu trazia grandes equipamentos, equipamentos muito mais complexos do que ventiladores, é, pra fabricar remédio. Então, eu tinha *expertise* e confiava na CIMA.

Então, o César me viu como um fornecedor, e aí começou a abrir algumas portas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Com quem o senhor falava aqui no governo de Santa Catarina nessa negociação?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Eu não conversava com ninguém, só com o César. O César que tratava, diretamente, aqui, com alguma interlocução. Eu não tenho contato nenhum, não falava com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sabe com quem ele falava, o César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Com o Fábio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Fábio Guasti?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Isso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O representante da...

(O Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Brazilian Trading".)

...Brazilian Trading que esteve aqui conosco, ele é de Joinville, esteve aqui ele, o Rafael, e ele disse o seguinte: olha, eu apresentei uma proposta, eu vi a proposta de 33 milhões e vi que o negócio não ia dar. Por quê? Porque estava sem os impostos. E então eu não tinha como fazer o negócio por trinta e três milhões, porque eu não tinha como comprar o equipamento e pagar os impostos com esse valor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Hum, Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E ele saiu do negócio. Foi isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, na verdade o senhor Rafael pode ter se confundido aqui na CPI, porque ele tinha ciência, sim, que existia uma diferença da venda dos equipamentos de US\$ 26,5 mil que eu estava vendendo pra ele pra a venda do governo, que era o número de US\$ 33 mil por equipamento.

Então tinha, eu tinha feito os cálculos, eu fiz algumas simulações e sabia que existia uma, um, uma diferença pra pagamento dos impostos. Ele fala que não; mas, sim, se você olhar a proposta, a minha proposta do C35 era 6, era US\$ 26,5 mil a unidade, e a proposta que ele fez ao governo, de R\$ 165 mil, dá um valor de US\$ 33 mil, então tinha uma diferença de presença de 6,5 mil, para pagar os impostos, acredito eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Samuel, você disse aqui pra mim que não tinha experiência de vender esses equipamentos, você disse que não tinha *expertise*, que não era a sua empresa, que o senhor vendia era medicamentos e outras exportações. Então o senhor só apareceu pra vender os respiradores, de onde? Que negócio? Como é que o senhor ia comprar esses respiradores se o mundo inteiro estava procurando esses respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Deputado, é, mais uma vez, né, eu nunca vendi respirador, mas eu já vendi equipamentos, eu vendi equipamentos para laboratórios farmacêuticos. Então eu domino, sim, essa área de comércio exterior. Fui, por 7 anos eu trabalhei com comércio exterior. E a empresa que eu representava me procurou dizendo que tinha os respiradores. Então seja, se você trabalha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Qual, a CIMA?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - A CIMA, se você trabalha numa empresa por 7 anos, e ela te procura, 5, 6 anos depois, eu confio nos equipamentos da CIMA, a CIMA faz um trabalho de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas por que a CIMA não vendeu direto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Porque eles, eles acreditavam em mim, me conhecem. A CIMA não tem tantos relacionamentos no Brasil, A CIMA não...o Mário estava vendendo em vários países, ele hoje está presente em 20, 30 países, então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pois é, mas ela podia ter vendido direto o negócio, não precisava ter procurado o senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, realmente, mas eu, como empresário e já representante da empresa no passado, me vi uma boa oportunidade como empresário. Ou seja, eu estava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que assim, Samuel, vocês criaram - vou repetir o que o senhor falou há pouco - vocês criaram um grupo de WhatsApp, de pessoas desconhecidas que se apresentaram para vender equipamento, porque nós vamos chegar lá.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor continuou o negócio? Então o representante da Brazilian Trading saiu do negócio, o Rafael, não é? E vocês continuaram fazendo o negócio. É isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O que aconteceu? Então, ah, no dia 26, no dia 25, né, quando nós começamos a trabalhar o projeto de Santa Catarina, nós, ah, fizemos a proposta a pedido do César e com indicação do *e-mail* que o Fábio nos deu, o Rafael fez a proposta e no dia seguinte já começou a confusão do erro da, da proposta, que eu te confesso que eu não consigo também explicar ao certo, porque também o Rafael foi um dos agentes que fez a proposta. E nesse momento, ah, surgiu a parte da comissão, que foi a pedida da comissão pelo César. E aí o Rafael não concordou, por questões de *compliance*, pela empresa dele e ele não concordar. Então daí o César se irritou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Relator, só um minutinho. Posso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só deixa eu concluir.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, ah, no momento que o César e o Rafael, que o Rafael saiu para operação, o César me pediu novamente uma outra empresa e eu não indiquei. Eu falei: olha, eu não tenho nenhuma outra empresa para indicar, não tenho interesse em indicar, porque, ah, esse projeto, ele não tem margens, dá pra ver pelos números de que as margens são apertadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar um *slide* para o senhor, o *slide* 3. Para ajudar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa daí o senhor conhece, essa mensagem.

(Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor diz: se eu abaixar a máquina, aí vai dar pra pagar a comissão delas. É nisso que o senhor está entrando nesse detalhe?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na comissão do César, né, que tinha me pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, então o senhor pode concluir. E daí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, e aí o Rafael falou que não. Quando eu falo abaixar a máquina, é pedir pro seu Mário, que era o meu fornecedor, abaixar o preço da máquina, me dar desconto, que não foi possível também, porque ele me dizia que o aumento dos equipamentos se dava a cada dia, a cada minuto e hora, a demanda era muito grande. Então nós não evoluímos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Aí, está ali. O senhor falou: se eu abaixar a máquina, vai dar pra pagar a comissão delas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, ali foi um erro de digitação, era dele, era do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dela, de três milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o César que tinha me pedido a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O César?



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Augustus, ele que me pediu a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que receberia essa comissão?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque ele era um agente comercial. Depois, pelo, pelo processo, né, que a gente, eu tive conhecimento de que a comissão era pro senhor Fábio, e o fato se concretizou, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Preciso convir que é difícil a gente compreender isso. Um negócio de trinta e três milhões feito por WhatsApp, com pessoas que não se conhecem, por empresas que não têm *expertise*. A gente não consegue compreender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, foi uma dinâmica atípica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe, não tem relação, não dá pra entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, Deputado, se o senhor me permite, vossa excelência, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, pode tirar. (*O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta.*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Os primeiros agentes desse negócio eram pessoas capacitadas. O senhor Rafael tem uma *trading* muito gabaritada pra fazer esse negócio, o César...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ele saiu fora. Por que que vocês continuaram com ele saindo fora?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, é, o meu interesse em continuar é porque eu era o fornecedor, eu queria ser o fornecedor do negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor era o fornecedor, o seu produto estava onde?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na China, tínhamos em estoque.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então por que não chegou aqui esse produto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Porque a partir do dia 27 o senhor Mário Uchoa me informou que a China fez embargo de todos os equipamentos e proibiu as indústrias da China pra vender pra, pro Brasil. E naquele momento todos os equipamentos tinham que ir pros Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 27 de março?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – 27, um dia depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De março.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E aí nós ficamos, no final de semana, e o seu Mário tentando o final de semana inteiro trabalhar, é, pra continuar ainda tentando ainda reverter uma situação e tentar um, um, um ou outro equipamento, mas não foi possível.

Eu gostaria de citar que nesse período também eu estava em fechamento com duas grandes empresas do Brasil, que atestaram a qualidade do meu equipamento e chegamos a emitir *invoice*, cheguei a emitir ordem de pagamento, e que, ah, entre sexta-feira, dia 27 e dia 30, tive que pedir o cancelamento dessas *invoice*, né, por desses grandes grupos, dois grandes grupos, um dos maiores grupos hospitalar do Brasil, que estava também comprando. E nós emitimos uma carta oficial do grupo pra que, é, eles não efetuassem um, o pagamento.

Então, a dinâmica de compra era muito grande, de venda.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para quem o senhor emitiu ordem para não pagar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Pro Hospital Albert Einstein e para uma empresa do Rio de Janeiro, chamada RTS, que eram os clientes que nós já estávamos em fechamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E Santa Catarina?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Santa Catarina não, porque eu não tinha, diretamente, o contato, era só, sempre a minha conexão era com o César, sempre, sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vou mostrar pro senhor a imagem 2. Dia 26, a imagem 2.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Não dá pra ver, a imagem é uma reprodução, eu vou ler para o senhor aqui. No grupo de WhatsApp, o senhor escreveu no dia 23/03.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - César, CTB, que é o sobrenome dele: vou avisar que não vamos mais atender, eu vou mandar o governo responsabilizar a empresa do seu amigo. Que amigo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, na verdade, Deputado, é... vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode me chamar de Deputado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Deputado. Deputado, aqui é o seguinte: é, aqui você vê uma cópia em um encaminhamento da mensagem do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Ele falando, não eu falando. Eu copieie e coleie a mensagem dele, por isso que está, à frente, César CTB, não é o meu nome ali falando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então tá, então é o César falando.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É a mensagem dele. Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Depois, é, uma das coisas que eu gostaria de falar, exatamente sobre a cronologia dos fatos daqui, porque eu tenho que isso é muito importante pra me, pra mostrar com quem eu falava. Nesse momento eu estava falando com o Germano, não era um grupo, era só eu e o Germano. Eu colocando Germano a par de, de algumas informações. Aqui não era grupo, aqui era só eu e o Germano.

Então, eu coloquei uma mensagem do César quando o trabalho, o projeto do Rafael, a proposta do Rafael já não deu certo, aí o César coloca isso no, aqui pra mim, e eu reencaminho pro Germano. Falei: aí, Germano, o César está irritadíssimo com o fato, porque o Rafael declinou, é, ele está dizendo que tem que dar explicação pro grupo, né? Como ele era sempre o agente, é, do contato, eu não, eu não tinha contato público com ninguém, não conheço o Secretário, não falo com eles, não tinha nenhum acesso, eu repliquei para o Germano.

Então, ah, o contexto da mensagem é o César dizendo: olha, temos que avisar, que eu faço, eu tenho que avisar o governo e tal que o negócio não deu certo com o Rafael, já tinha feito a proposta. E na sequência você vê eu encaminhando, mais uma vez, as mensagens...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, pode tirar. (O senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta.)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...do César, o segundo slide, onde o César já fala: tens que fazer uma nova proposta. Então, o César, a nova proposta, que foi feita pelo César, aí eu já não participei, eu só participei da primeira proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, no dia 26/03, ainda no dia 26/03, às 15h35, o senhor encaminha uma mensagem pro Samuel, com o C30, não é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, que é a continuação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E depois.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, eu encaminho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a dificuldade.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí ele diz...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, eu encaminho a mensagem do César para o Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, qual é a dificuldade? Aí ele diz: resolvido.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que é resolvido?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Para fazer uma outra proposta, de uma outra empresa, não a do Rafael mais, porque aqui o imbróglcio era exatamente a proposta do Rafael, que não foi, que foi declinada. Se você ver aqui, você vê a cronologia da minha conversa com o Germano, é eu encaminhando as mensagens do César irritado, dizendo que, é, vai ter que fazer uma outra proposta, está resolvido. Na que ele me pediu pra manter os equipamentos, se a CIMA poderia continuar mantendo os equipamentos, eu falei que sim. Até então, nós tínhamos equipamentos, que isso foi no dia 26.

Então seja, mostra a minha, o que eu encaminhava do César para o seu Germano, não a minha, não o meu relato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, por que o senhor continuou trabalhando, tratando desse assunto com o Germano, se o senhor não tinha os produtos e não tinha a empresa? Por que o senhor continua tratando disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da verdade, eu vim a saber que eu não tinha os equipamentos, de fato, de fato, no dia 30 quando o seu Mario, é, dia 27 começou as, os burburinhos da China, as informações, mas como eu tinha 3 clientes engatilhados, dois, né, e mais Santa Catarina com o César, eu vim a ter a informação sacramentada, e foi quando eu comecei a disparar os e-mails, tanto pro Hospital tanto pra RTS e pro César só no dia 30. Então, até então eu tinha os equipamentos, a CIMA tinha os equipamentos.

E depois que nós perdemos os equipamentos, de fato, eu comecei a me afastar do processo. E o Germano tinha um contato da Haier, que é uma empresa muito grande. Então, o César estava desesperado porque ele queria equipamentos, eles queriam cumprir o contrato. Aí...o interesse deles era cumprir o contrato, eu entendia isso, mas eu já não era o agente principal, eu já não estava diretamente no negócio. Então, eu coloquei o Germano e o Germano começou já a tratar, tanto que eu acredito que existia grupo de WhatsApp entre Germano, o presidente da empresa, da outra empresa, e eu já não, não participava mais.

A partir do dia 30, eu já comecei a me distanciar do processo. Então seja, eu já não tinha mais o equipamento da CIMA e deixei o Germano, tinha os equipamentos da Haier, entendeu? Claro, o Germano tinha interesse de vender, tinha uma expectativa de uma comissão da Haier, através do seu Thomas, mas não se concretizou também a Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O slide 4, a imagem 4.



(Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Daf essa conversa aí: os caras podiam ter vendido para o Einstein. Burro, sabe, não tem jogo de cintura. Fechamos 300 máquinas pro hospital privado. Depois, o item 4.1, a imagem 4.1. Sem nada de rolo, ou seja, vendeu por Einstein sem nada de rolo, deve ser isso que o senhor está se referindo? Que rolo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu acredito...não sei, Deputado, eu não consegui ler.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode voltar ali na 4.1.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

A primeira imagem diz o seguinte o Samuel, você: sem nada de rolo, dia 26/03. Aí depois, no dia 26/03, às 23 e um pouquinho pra frente: na de Santa Catarina poderíamos ter empatado. A nossa ganhamos, e ganhamos pra caramba, né? Está escrito caralho aqui, mas eu não vou usar essa palavra. *(risos.)* Depois: entende, o jogo é bruto.

A que o senhor se referia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o momento era muito difícil, né, de vendas de equipamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É o que está escrito aqui, né.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor tem a dizer dessa conversa?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom, eu gostaria de entender o contexto dela, sabe Deputado. Olhando só ela, friamente, eu não sei pra quem eu mandei, pra, pra, como foi. Sem o contexto realmente eu não consigo até entender. Geralmente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque que o senhor disse aqui: na de Santa Catarina poderíamos ter empatado e nessa ganhamos pra ca...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o do hospital, da RTS. Os outros dois privados eu tinha muita margem, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa conversa aqui é toda com o Germano, o senhor fez toda essa conversa com o Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então. Então a gente poderia ter, realmente, empatado aqui em Santa Catarina e ganhado nas outras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode tirar *(o senhor Relator pede à assessoria que retire a imagem exposta).*

O rolo que deu na aquisição é esse que o senhor se refere? Que rolo é esse?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, não me recordo, pode ser, não entendo assim, ver, de fato, não consegui entender a cronologia, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era a comissão que o senhor ia ganhar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A CIMA me pagaria até 12%.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 12?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – 12, poderia ser mais, poderia ser menos, depende.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor vendeu equipamentos para algum outro lugar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nenhum efetivado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E esses respiradoras que o senhor diz que está aqui na conversa do Einstein?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, esse como eu te falei, no dia 30 nós tivemos que emitir uma carta pra eles dizendo que nós não tínhamos mais os



equipamentos, pra que eles não efetuassem o pagamento e tal, e aí o negócio foi desfeito. Como nós emitimos também para Santa Catarina, é, como eu tenho o e-mail pro César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que eu ouvi o senhor, atentamente, e agora eu quero mostrar pro senhor a imagem 7.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Na imagem 7, que está aí, o senhor pergunta para o Pedro, dono da Veigamed, se ele já recebeu o valor, provavelmente o valor. Aí o senhor faz uma pergunta. E aí o senhor pergunta de novo: e o valor de Santa Catarina? Se ele recebeu o valor de Santa Catarina. O senhor disse que sabia que não tinha mais os equipamentos, que os equipamentos não seriam entregues, mas no dia 30 o senhor perguntou sobre o dinheiro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, o César continuou a operação, né, e o Germano estava tentando vender os equipamentos da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vender sem ter?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Não, a Haier, o Germano estava tentando vender, depois que o, que eu introduzi o Germano a Haier tentou continuar a operação, né, mas também não se, não se...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Concretizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas o senhor disse que não tinha contato com a outra empresa, que não sabe nada.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - É, daí é o Germano, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas o senhor está perguntando lá sobre o Pedro, e o Pedro é o dono da Veigamed.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Pode ser, porque o Germano também queria saber se eles já tinham recebido, pra comprar os equipamentos da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas o senhor sabia que o equipamento não estava, não tinha como entregar.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - O da Haier, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhores, fiquem à vontade. Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Só complementando aqui esse raciocínio, porque o senhor disse que depois do dia 27 não tinha mais nenhuma...o senhor saiu fora do negócio, mas aí tem essas mensagens aí. E essa mensagem que o senhor confirmou lá no seu depoimento, que o senhor afirma que os contatos políticos governamentais seriam de competência do César e do Fábio, porém no dia 2 de abril, às 12h13, em conversa com o Germano o senhor afirma: estamos agora na linha com o Governador (o advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente). O que o senhor quer dizer com isso, dia 2 de abril, dia do pagamento?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO - Então, Deputado, é, sobre a questão da, da minha, do meu acompanhamento, de fato, o César me acompanhava em algumas situações porque ele buscava ainda os equipamentos, a substituição dos equipamentos com a Haier, né, com o, e a empresa do Germano, que também não veio a se concretizar.

Então, até este momento, sim, eu recebia uma informação, ou outra, e repassava pro Germano pra tentar é, é, é, acompanhar ali algumas coisas. E, ah, mais uma vez sobre essa menção que fala do Governador, é, eu tinha conversado com o César, o Germano me colocou uma pressão dizendo: olha, a Haier não vai segurar mais os equipamentos, não teremos mais os equipamentos pra, pra fazer se não efetuarem o pagamento.

Eu entrei em contato com o César e aí o César me disse que eles estavam falando com o governo. E eu fiz uma suposição, é, errada, equivocada e sem fundamento e disse que eles estavam na linha com o Governador, mas eu queria me referir ao governo, é porque eu



não tenho contato com o Governador, não tive ligação com ele, não conhecia o Secretário da Saúde, não conheço nenhum agente público, de fato, da Secretaria, nunca tive contato nenhum com o Governador, diretamente ou indiretamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor mora no Campeche, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor conhece a Márcia Regina Pauli?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não conhece o Vanderlei Vanderlino Vidal?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nunca teve contato com eles?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu Samuel, eu vou mostrar pro senhor uma imagem pro senhor se recordar, olha só. O *slide 5*.

(Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.)

O senhor manda essa mensagem, dizendo o seguinte: amanhã paga o governo de Santa Catarina, no dia 29/03. Depois, a imagem 6: só temos, só temos que amanhã, nossa comissão. O senhor cobra uma comissão, dia 31. Aí depois o senhor diz o seguinte: tudo está com o César, dia 31. O senhor cobra a sua comissão de um negócio que o senhor não fez.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É pro Germano, né, se saísse o negócio da Haier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse Germano, todos esses negócios são com o Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, se saísse o negócio da Haier, né, porque o resto tudo estava com o César, não tinha comissão do César.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor sabia que o governo ia pagar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César me monitorava que estava em andamento, né, como eu falei. Porque eles queriam comprar os equipamentos. Eu tinha uma pressão do Germano pra receber, pra pagar a Haier, pra pagar a China. É sempre em conversa com o Germano, que tinha lá o fornecedor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que o senhor está cobrando uma comissão num produto que o senhor disse que não ia entregar.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A Haier, até então, tinha o produto para entregar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas onde que está esse produto?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Estava na China. A Haier tinha, inclusive o Germano sempre confirmou isso, é, o da CIMA que não veio a se concretizar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe qual é a empresa em que o Pedro é advogado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sabe?



Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Samuel, boa noite; boa noite ao senhor, doutor Nilton Macedo Machado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Deputado Milton já abordou a questão do dia 2 de abril, são três mensagens que fazem menção ao Governador. A do dia 26 de março o senhor iniciou a conversa com o Germano sobre o processo de compra dos respiradores, e nessa conversa o senhor encaminhou uma mensagem que diz: o que eu faço com o Governador me ligando? *[Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que o senhor quis dizer com isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Essa mensagem é, mais uma vez... é uma mensagem repassada do César, se você ver aqui, é um... tem um forward aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...que é uma mensagem que o César me colocou. Se você pegar a cronologia das conversas, ela vem bem antes um pouco aonde eu “printo” a conversa do César, onde ele coloca ali (lê documento): vou avisar que não temos... é... que não mais nos atende, e tal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, tudo o que eu tinha era um repasse, né? O que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o César ou alguma outra pessoa lhe informou que estava sofrendo pressão por parte do governo do Estado pra montar a proposta, pra montar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não... Como assim, montar? Não entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Montar a proposta dos respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ah, não, sim, o César me pressionava, é... na verdade o César sempre pressionava pra que as coisas saíssem e eu, nesse momento aqui, foi bem a saída do... do... do Rafael e a entrada da Veigamed, que é uma empresa que o César trouxe pro negócio.

Então ele fez a proposta, ele e o Fábio... e... eles que continuaram ali nessa proposta. De fato eu não estou copiado no e-mail da Veigamed, eu não participei da proposta deles diretamente pra... pra... pra Secretaria, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Objetivamente, o que o senhor sabe sobre a participação do Governador de Santa Catarina na compra dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, acredito eu que ele não... não tem ciência. Nunca me foi falado do nome dele, eu não tenho contato com eles...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...o César sempre me colocou que era o Fábio que fazia a situação, que fazia a intermediação junto ao governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor já falou que não conhecia alguns integrantes do governo, mas eu vou fazer algumas perguntas pro senhor só pra confirmar realmente.



A Márcia o senhor não conhece?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Helton Zeferino, o Secretário da Saúde?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O André Motta?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Que era Adjunto e agora é Secretário?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Leandro Barros?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Douglas Borba?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não. Nunca tive com nenhum deles, nunca conversei, nunca falei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O seu relacionamento com o Rafael, qual é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nenhum. Conheci ele é na... no dia do negócio pelo Germano. Que já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor procurou?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pelo Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...a empresa do Rafael?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pelo Germano. O Germano que me apresentou o Rafael. O Germano é um amigo de vinte anos, então confio bastante e... tínhamos uma relação de negócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E por que 26,5 milhões se a compra na China ia ser de 16?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o C35 na Chi... da CIMA custava 26,500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – 26,500?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso. O C30, 18 mil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

E o senhor... já explicou aqui para os Deputados que o senhor tem muito conhecimento dessa área médica, já vendeu aparelhos muito mais complexos, o senhor em algum momento foi questionado, teve conhecimento de que os equipamentos não caberiam para as nossas UTIs e, sim, para... principalmente para ambulância, essa questão técnica dos equipamentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, os equipamentos de CIMA é... eu me certifiquei da qualidade deles. Agora... E os equipamentos da Haier também o Germano me passou as especificações, agora o que foi adquirido eu não conheço, não tenho acesso, não participei da compra, não conheço a *trading* que trouxe os equipamentos nem conheço o fornecedor da China também que vendeu. De fato, depois da... do distanciamento do Germano e da Haier, aí realmente eu me afastei do processo e... e o César tocou direto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, eu já mencionei aqui desde o Governador a diversos outros servidores do governo do Estado, né? O senhor não teve contato com nenhum servidor do governo do Estado?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Nesse processo, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhum lhe procurou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas o senhor sabe que, obviamente bem assessorado de advogado como o senhor está, que o senhor praticamente é o responsável pelo encaminhamento do nome do Governador ao STJ?

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, se ausenta do recinto por um breve momento.)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, olhando o contexto, né, as duas vezes que aparece o áudio, são áudios encaminhados pelo César pra mim e ali se menciona o Governador. E a última menção, sim, uma menção minha, equivocada, né, de uma informação que eu recebi do César, mas eu não tenho como estar ou falar com ele, porque eu não tinha o contato, nunca falei, não o conheço pessoalmente, não conheço nenhum... nenhum se... nem o Borba, nenhum agente que poderia me aproximar dele. Nunca estive com ele, nunca conversei, não tenho negócios aqui em Santa Catarina com nada público. Então eu não teria por que ter relação com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso, Vice-Presidente Cobalchini, já que o Deputado Sargento Lima não está na mesa.

Eu, por mim, me dou por satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu o peguei desprevenido. Se quiser eu faço mais uma pergunta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – (Ri.) Eu já risquei um monte de perguntas que eu havia preparado. Mas...

Samuel... quero cumprimentar o doutor Nilton...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Igualmente o... perdoe-me, eu não consigo lembrar o seu nome, mas, enfim, os dois advogados.

Eu, por curiosidade, verifiquei a página da Internet da empresa CIMA e o único ventilador era de transporte, o único ventilador que aparecia no site era o modelo SDH 3000-C.

A empresa também comercializa respiradores para atendimento em UTI?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. Os modelos C30 e C35 é... eram modelos invasivos, na... tinha o modelo não invasivo e o invasivo pra UTL. A categoria deles começava a partir do PIP, né, que é uma nomenclatura de você ter o PIP 30... a partir do PIP 20, se ele é invasivo o PIP 20 acima ele serviria pra... pra UTL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade, Deputado, se o senhor me permite, a CIMA ela não trabalha diretamente com os ventiladores, tá, ela trabalha com equipamentos farmacêuticos, mas nesse momento de pandemia, todas as fábricas na China mudaram as suas produções e faziam... e começaram a produzir equipamentos, porque eles não tinham mais uma demanda de equipamentos normais, e a China é muito comum você ter um fabricante de um equipamento que distribui pra várias outras indústrias pra colocar marca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A minha pergunta é em função de que o Estado buscava um outro tipo e adquiriu um outro tipo, que é o C35.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas no site da empresa não consta esse equipamento, consta apenas o modelo SDH 3000-C, que serve apenas para transporte e não para os leitos de UTL.



Então há aí, no *site* da empresa, uma falha grave, porque estava oferecendo esse produto pra venda, não o outro que efetivamente o Estado estava buscando adquirir, em que o senhor era o representante da empresa aqui em Santa Catarina.

É... Aqui são tantos nomes, né?

Como se deu o contato... O senhor falou do César, depois veio o Rafael, daí tem o Germano, tem o Fábio. Como é que isso foi assim, tão rápido, pra que todas essas pessoas pudessem conversar, efetivar um negócio por um determinado valor, definir comissões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, Deputado, as compras é... em vários lugares do Brasil estavam fei... sendo feitas de forma emergencial e de forma muito dinâmica devido à... à... à questão da oferta e da procura. Então você tinha poucos fabricantes na China, poucos equipamentos e uma demanda absurda de ventiladores no Brasil, como já era noticiado.

É... eu busquei uma empresa é... sólida, que era a Brazilian Trading, né, através do seu Germano, e dali a gente tinha prazo, de acordo com o que o César me falava, pra que nós fizéssemos o, o, a proposta, né?

Eu só queria responder a primeira pergunta é... de que a CIMA ela me passava que tinha os equipamentos e estavam em estoque, até o dia 27, 28 e 30, que se confirmou que não, que foi feito todos os embargos, como a gente tem uma carta que foi até colocada e eu anexei também ao processo junto do Ministério Público, a carta que eu é... enviei para o Albert Einstein. Eu, como empresário, Deputado, nunca faria um mo... um movimento errado com um grupo tão sólido e tão importante como do Hospital Albert Einstein, eu me queimaria com todos os... os *players* de distribuidoras de saúde no Brasil.

Então, ou seja, a empresa que eu representava, a CIMA, é uma empresa de 25 anos de... de... de mercado com a China, ela é uma das maiores empresas do México, né, e tem hoje uma das acionis... um dos acionistas da China, da CIMA, é uma empresa chamada Thofilon (??), que é uma das maiores da China. Então eu não tô falando com uma empresa pequena, e eles me passaram que tinham os equipamentos. E como eu tinha uma relação de confiança, eu simplesmente confiei.

Realmente, eu não fui no *site* buscar se eles tinham a informação, porque eu já tive uma relação comercial, eu não simplesmente liguei pra uma pessoa que eu não conheço e pedi ventiladores. Não, eu trabalhei com o presidente da empresa, que foi o meu chefe por sete anos. Então eu ia pra CL... eu fui pra China, conheço a certificadora deles em Xangai, uma empresa muito séria, já trabalha com muitos equipamentos, né? Só no Brasil nós chegamos a vender mais de cinquenta grandes equipamentos pra grandes laboratórios. Então, ou seja, é uma empresa consolidada.

Eu nunca imaginaria, e acho que não seria do feito do seu Mário, que tem uma empresa sólida de 25 anos, me... me vender um equipamento que não existiria nem na... Tanto que a prova disso é que quando começou as... as... os embargos, imediatamente nós paramos o processo do hospital que estava iminente de pagamento, das emissões das *invoices*, e emiti nas cartas falando: se até vocês pagarem, nós devolveremos o dinheiro.

Então, a CIMA sempre se mostrou muito correta e com a emissão da carta de que ela retornaria o dinheiro se houvesse o pagamento. Agora não posso falar isso pelas outras empresas que eu não conheço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Desses nomes todos, o César foi aquele que fez o contato consigo e imagino que o César deva ter deferido também a sua comissão nesse negócio. Vocês...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu iria receber da CIMA, não iria receber do César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não era do César?



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Eu iria receber da CIMA. Até porque eu não recebi nada desse processo, eu disponibilizei no meu depoimento no Ministério Público, abri todos os sigilos fiscais e bancários, tanto da minha pessoa física e de todas as minhas empresas, e desde o dia 1º de abril eu não recebi nenhum valor referente a esse processo. De fato, quando a Haier acabou, o César deu prosseguimento e eu não... não tive mais conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o Fábio Guasti, quando entrou no...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Fábio eu co... eu tive um contato no primeiro processo, só lá no dia 26, quando ele passava os e-mails pra que a gente... pra que o Rafael mandasse a... a proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A partir desse momento, o senhor se retira da negociação e o César também?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade... Não, na verdade o César continua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César continua.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu me retiro como fornecedor da CIMA e eu apresento o Germano, que continua com a Haier, e eu mantive um pouco... uma relação ainda pra entender. Mas depois a Haier (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o senhor entrou por causa do César? Foi ele que fez o contato consigo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então ele continua e o senhor sai?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade eu não tinha mais equipamento pra vender, né? Depois que... pelas duas tentativas, CIMA e Haier, não deu certo, e aí eu... de fato ali foi realmente a minha saída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esses respiradores que os senhores pretendiam importar através da Brazilian Trading, eles estavam disponíveis para pronta-entrega?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Com unidades estava disponível pra... pra dia 1º e depois tinha mais com unidades pro dia 15 de abril, saída da China.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Os duzentos?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Duzentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Pra pronta-entrega?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o pagamento também se daria de forma antecipada?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Na CIMA o pagamento seria 50, 25... 50% antecipado, 25 no embarque e 25 na entrega, aqui em... é... em Guarulhos. Esse era o modelo da CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu extraí praticamente tudo do depoimento no Ministério Público e também da peça do próprio Ministério Público da... da denúncia do Ministério Público.

Eu vou repetir essa questão porque a julgo muito importante, porque como foi dito aqui, houve... o processo não mais tramita aqui, mas foi declinada a competência para o STJ. E tem algumas questões aqui que elas são fundamentais.



Na mensagem de WhatsApp o senhor fala: a comissão delas. Depois corrige: dela. Dela não é dele, delas... Então há aqui uma dúvida muito grande, até porque "dela" se trata muito aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, eu tive conhecimento da comissão através do César, né? O César que tinha... que pediu a comissão e o Germano pode confirmar isso e o (*ininteligível*) Rafael, o Rafael também sabia que foi um pedido do César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E se o Germano foi quem lhe contatou, já não haveria um entendimento prévio em relação à comissão de cada um? Por que apenas nesse momento se trataria da comissão do... do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, foi a pedido, foi a pedido do César, né? Até então não tinha isso, no dia anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O Rafael...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E até então, nós não... o César é um agente comercial igual a mim, ao Germano, estávamos ali tentando... era entre empresas, né, entre agentes comerciais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O Rafael, na semana passada, quando esteve aqui, ele disse que a sua comissão era de 3%, comissão dele, Rafael, e que não haveria lucro na operação, e que o senhor daria 1,5% e que ele ficaria com 1,5%. O senhor confirma isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, isso não procede. Eu nunca combinei com ele comissão da parte dele. Se o Germano confir... pediu, era pra parte do Germano com eles, porque eu sempre recebi da CIMA. Se eu vendesse os equipamentos, eu ia ganhar da CIMA, né? O Germano tinha me comentado que teria... que ele ganharia uma parte deles, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É complicado aqui, Deputado Milton.

Nessa ocasião, o senhor Rafael Wekerlin, não concordando com o pagamento de comissão, se retirou do grupo, o que inviabilizou a importação. Depois dessa conversa de WhatsApp, o que o senhor César e Fábio trataram?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sobre... a mudança da... da proposta, né? De outra empresa, que aí o César que ficou responsável por trazer... por... por trazer outra empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas vocês conversaram de aproveitar a proposta do...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não... É, na verdade o César me pe... pediu pra que eu mantivesse a proposta da CIMA se ele arrumasse uma outra empresa. Então ele que foi atrás.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César e o Fábio, porque daí...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade eu nunca tinha contato com o Fábio, eu tinha contato com o César, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o que o Rafael faria, passou a ser o contato com o Fábio? O Fábio passou a ser... assumia...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas não comigo, eu não tive contato com o Fábio, eu só tive contato com o César, tanto que foi o César que formatou a proposta e que ele que deu continuidade, eu não participei da proposta da Veigamed. Eu só forneci...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor disse agora que o César pediu pro senhor manter a proposta da CIMA.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da CIMA, isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas a CIMA o senhor já tinha dito que dia 27 ela já comunicou que não tinha mais os equipamentos porque a China...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso foi tudo no dia 26. Isso ainda é de 26, essa conversa do Fábio... do César. Não é dia 27, foi tudo dia 26. E a gente confirmou de fato que a CIMA não teria os equipamentos no dia 30, né? Começou a... a... essa inconstância no dia 27, final de tar... meados de... meio-dia, uma hora, e se confirmou no dia 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que dia 31 o senhor estava cobrando a sua comissão. O que o senhor fez pra receber comissão, pra cobrar?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não se... na, na verdade eu não tava cobrando comissão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas está escrito aqui no WhatsApp que o senhor tá cobrando comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – A gente perguntou, eu ga... eu ia ganhar do sed... do... do Germano, né, se vendisse a Haier. E a minha conversa no contexto era com o Germano, né, a gente era... agentes comerciais, os dois juntos. E nós temos outros negócios, a gente tinha outras frentes, a gente tinha negócios também em outros lugares, a gente tentava fazer outros negócios, né?

É como eu te falei, Deputado, eu preciso de olhar o contexto do negócio, porque o Germano é meu parceiro comercial, a gente tratava de negócios e comissões de... de... em diversas áreas. Às vezes... Germano me apresentou um grupo que queria álcool em gel, a gente tava tentando vender pra uma distribuidora, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas esse era o negócio principal, né?

Quando o senhor teve... O senhor já fez menção aqui que o senhor teve ciência que os respiradores não estavam mais disponíveis. Em que data foi isso? Pode repetir?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Começou no dia 27 à tarde e se confirmou realmente no dia 30, quando a gente começou a enviar as cartas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E aí o senhor comunicou os interessados?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o senhor continuou participando da compra quando entrou no negócio a Veigamed?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade eu assessorava o Germano, a pedido do Germano, que tinha uns equipamentos da Haier, também pra tentar vender os equipamentos da Haier, mas... que... fato que não se concretizou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Aqui tem um... Vou ler um depoimento seu: no dia 26, aí no período da tarde, o César se movimentou e, enfim, trouxe a Veigamed. Aí foi o meu primeiro contato. Fiz uma proposta para eles e passei pro César, e daí não participei mais de nenhum processo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da Veigamed, não, né? Do processo da Veigamed pra frente.

Eu participava sempre nesse momento, ativamente, como representante da CIMA e depois, eventualmente, com o Germano. Mas não do processo da empresa com o órgão público, a isso eu não participava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mais um trecho aqui que está na peça da denúncia do MP, muito interessante. Consta que no dia 30/3 o



senhor informa Fábio e César que não tinha mais os respiradores disponíveis e César pede para o senhor comunicá-lo apenas no dia 1º/4.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso, pediu um *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Por que isso? Porque o dia 1º/4 seria feito o pagamento, você já de antemão sabia.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, Deputado, e eu gostaria de... de complementar que no meu depoimento junto ao Ministério Público eu encaminhei os *e-mails* e fiz questão de levar essas provas de que a cro... cronologia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É muito interessante que o senhor tenha feito esse contato anterior e que o César pede pra oficializar apenas no dia 1º. Se o senhor tivesse informado naquela data oficialmente, teria sido desfeito o negócio aqui e não haveria o pagamento. Essa informação teria chegado aqui. O senhor tem ciência disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, que eu avisei no dia 30, né? Mas eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Avisou que...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...também não tinha condições de... eu não, não participava da operação direto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas ele pediu para que o senhor informasse, essa informação oficial devesse ser apenas no dia 1º.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Certo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Confirma?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, eu tenho... foi o *e-mail* que eu enviei pra ele no dia 1º.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor avisou, como já disse, o Hospital Albert Einstein e Santa Catarina não teve a informação que o Hospital Albert Einstein teve, por uma...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...por atender um pedido do César...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu não estava negociando direto com o Estado, né? Eu não era responsável nem representante da empresa que tinha feito o contrato com o Estado. Eu simplesmente era o representante do fornecedor do equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor tem ciência hoje de que essa data, que não aconteceu em relação ao hospital, o hospital soube no mesmo dia que o senhor avisou, dia 30, e o César, embora sabendo que fosse no... no dia 30 ele pediu que o senhor oficializasse apenas dia 31 pra deixar que fluísse a negociação aqui e que houvesse o pagamento.

Seu celular, apreendido, trazia algumas mensagens, o que ocasionou, como disse, que a competência do caso fosse declinada ao STJ. O senhor fala pro Germano no dia 26/3: mandaram a proposta errada... Eu vou repetir aqui porque eu considero muito importante: vamos perder o negócio, estão... (não vou repetir, ler esse termo aqui), já assina a proposta nova, o que eu faço com o Governador me ligando?

O senhor estava sendo cobrado por quem do governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... essa mensagem é do César que me encaminhou, né, que ele que tinha a relação do governo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Era o César quem falava...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...com o Governador?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não sei. Ele que me encaminhou aquela mensagem ali e eu reencaminhei pro Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É que, na verdade, houve esse envio dessa investigação ao STJ em função dessas conversas, atribuídas ao senhor.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o que eu li no relatório, Deputado, aqui, é... tem mais uma menção do áudio também, mas sempre a cronologia daqui mostra eu repassando as mensagens do César, entendeu? Então... tanto que uma das mensagens eu fiz o *print* daqui, da... da cobrança do César mostrando que era ele que tinha relação no governo e não eu. Sempre ficava no momento das propostas, no momento ali da... da questão da venda, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Aqui tem um outro diálogo: ei, César, boa noite, tudo bem? É, aconteceu algum problema no processo dos duzentos respiradores, cara, porque até hoje, depois do almoço, eu recebi uma mensagem que tava tudo certo, o Governador já tinha liberado o processo de aquisição e já tinha mandado pra Secretaria da Fazenda para solicitar os dados da conta para fazer o depósito.

Aqui é uma coisa muito precisa. *(O depoente faz que sim com a cabeça.)*

Alguém tinha essas informações que lhes estão sendo atribuídas. Quem tinha essas informações?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu recebi a mensagem do César, né? Tanto que aqui diz: ei, César. Essa mensagem foi endereçada a ele, né? E eu não conhecia, não sei o áudio, não conhecia a voz e o César me disse que era o Secretário de Saúde, que se confirmou que era um Secretário de Saúde de uma outra cidade, né, mas, enfim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Daí eu tentei já falar com o Fábio duas vezes, ele me mandou que está ocupado. Daí eu tô querendo saber, deu algum problema, tá tudo certo?

Mais uma, a última que eu vou fazer, que eu também considero importante. No dia 2/4 o Germano lhe cobra sobre os respiradores, na verdade sobre o pagamento, o Germano cobra sobre o pagamento, e o senhor diz pro Germano: tamo atrás, estamos agora na linha com o Governador.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Então, Deputado, é como eu falei aqui mais cedo, né, o César me monitorou que eles estavam em contato com o governo, como veio aqui a... no processo o Fábio fazendo a... cobranças, enfim, lá, e eu de forma equivocada eu supus que... a... que eles estavam falando com o Governador e não com o governo. Então aqui tem um... um grande erro meu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas por que o senhor julga que foi equivocada essa sua posição? Baseado em quê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, porque eu não tava falando com o Governador e eu coloquei como...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, mas o senhor julgou que era com o Governador e agora o senhor tá dizendo que o senhor se equivocou, que era...



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Alguém do governo, né? Acreditavo eu... acreditado... acredito eu que era alguém do governo, e eu, por uma questão de suposição, equívoco coloquei que era com o Governador, mas eu não tava em linha com o Governador, até porque eu não tenho o contato, não conheço. Então, foi uma questão até pra... realmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quem lhe passou essa informação?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César, que estavam em contato com o governo pra receber o recurso pra... porque o Germano me pressionava com os equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas é o senhor que diz: tamo atrás.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, mas por... mas uma menção ao César...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...do pagamento, não foi o César que lhe falou.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, mas eu liguei pro César porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estamos agora... O senhor continua falando aqui, estamos agora na linha com o Governador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... esse aqui, Deputado, realmente foi uma... um equívoco meu, uma suposição que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor já sabia que não tinham mais os respiradores, por que continuaram cobrando por alguma coisa que não seria entregue?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, o César me fa... me comentava que eles conseguiram a... de acordo com o Fábio, é... que a Secretaria aceitasse a troca dos equipamentos devido à pandemia,...

Eu te confesso que eu não tinha acesso à Secretaria diretamente com as pessoas pra poder tentar ou entender... É um grande erro meu, talvez eu deveria ter entrado nesse processo e ter falado, mas como que eu ia chegar e me apresentar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor mora aqui em Florianópolis...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, eu ia me apresentar pra Secretaria, né, chegar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O César mora no Rio de Janeiro, a Veigamed é do Rio de Janeiro, o senhor continua aqui, o senhor tá aqui hoje *(o depoente faz que sim com a cabeça)*, o senhor poderia ter evitado que esse negócio acontecesse. O senhor tem mais vínculo com o Estado, está aqui há dez anos, parece-me...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. É mais de doze anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor não pensou em nenhum momento em proteger o Estado nesse negócio de R\$ 33 milhões que foram pagos de forma indevida, antecipado, sem que hoje... Nós não estaríamos aqui hoje...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor tivesse dito oficialmente no dia 1º que não tinha os respiradores, eles não teriam sido pagos e nada disso estaria acontecendo. O senhor tem ciência disso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu comuniquei o César, né, Deputado, só não... eu não tinha o acesso com o Secretário ou com essas pessoas pra poder



eu mesmo denunciá-los ou... Eu era uma posição de representante comercial, fazia a proposta e ficava ali numa relação com o Germano.

Eu te confesso que, realmente, poderia ter feito algo, mas eu não, não sabia como fazer, né, porque eu não part.... não era a empresa, né, e pra mim o César me comentava que eles iam entregar os equipamentos, como ele falou que... que eles tavam comprando da Haier, enfim. Nunca imaginei, hipótese nenhuma, estaria metido num negócio fraudulento, que se tivesse o intenção de lesar o Estado, sem dúvida nenhuma, nunca fiz isso. Me coloquei à disposição aí pra vender os ventiladores pra tentar ajudar nesse momento, por ter conhecimento, *expertise*, na área do comércio exterior, e me meti numa enrascada, tô sendo aí vasculhado, a minha vida, as minhas empresas. Se você pega o meu histórico, eu não tenho processo criminal nenhum, nunca vendi a governo nenhum, fui atraído pra esse processo e tô aí sofrendo as dores e penas de... de um negócio que eu não ganhei nada, eu não recebi nada, sabe? É muito complicado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Samuel, dentro da sua fala... Desculpe, Deputado Cobalchini, só pra pegar o mesmo gancho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor disse aqui que o senhor teve a notícia, através da CIMA, de que a China parou todas as possibilidades de venda pro Brasil, que eles tinham que direcionar tudo para os Estados Unidos.

A China não é uma empresa...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não é a CIMA, a China é um país, então o senhor sabia que não viria equipamento de Haier, de CIMA, de ninguém.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, Deputado, na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E o senhor contribuiu pra essa gente que estava acertado *(o Deputado Milton Hobus gesticula com as mãos o sinal de aspas)* pra enganar o Estado, quando além de o senhor saber tudo isso, talvez na ganância do senhor ganhar a sua comissão, o senhor postergou um dia pra oficializar uma informação pro seu... César...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...pro seu Fábio Guasti, porque eles, naqueles dias, iam receber um dinheiro de algo que o senhor sabia que da China não iria mais sair. Essa é a informação que a sua empresa, que é uma empresa séria, como o senhor diz, lhe passou.

Então o senhor, no mínimo, foi conivente com esses lesa-pátria, que no afã de querer todo mundo ficar rico em cima de uma pandemia, né, aí todo mundo fez tudo errado. O senhor contribuiu pra isso. O senhor tem ciência disso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor tava cobrando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor contribuiu pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor tava cobrando comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor ficou conversando com o Germano, o senhor ficou conversando até o dia 2 interessado no dinheiro, na comissão e tudo o mais, e o senhor sabia que da China não vinha mais equipamento.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, Deputado, é...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Das suas conversas todas aqui...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu, eu, eu tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...a gente tira isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...consciência da CIMA, que ela não ia entregar, é, e a informação que eu tinha do Germano, da Haier, é que a Haier era uma empresa muito grande, inclusive estatal, e que ela tinha prerrogativas de vender esses equipamentos. Essa era a informação que eu tive.

Se eu soubesse que eles estavam tramando uma, um golpe ou tramando uma falcatura, eu nunca me envolveria, sem dúvida nenhuma. Os senhores podem ver o meu histórico de vida como empresário, levantar a minhas empresas, levantar o meu histórico como pessoa. Acredito que eu me envolvi num processo errado, assumo isso, e... mas em momento nenhum eu olhei esse negócio como... a... oportunidade de me dar bem ou lesar o Estado, até porque eu moro em Santa Catarina, vou ser tachado por ter me envolvido nesse processo, minha família está sofrendo, então sem dúvida nenhuma eu não tenho interesse nenhum de ser chamado de... de... participe... participe dessa quadrilha, né?

A informação que eu tinha era que eles iam entregar os equipamentos e o Germano, por uma pessoa que eu também conheço, me comentou que a Haier realmente tinha esses equipamentos. Então é... eu te confesso que eu confiei, agora, depois, né, é... acredito que o César nunca em nenhum momento falou que não iria entregar, sabe, eles sempre falaram que iriam entregar. E as minhas comissões, de fato, viriam com a CIMA, né? Então é... e depois, se executasse a Haier, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem contratos com a CIMA? O senhor firmou um contrato no papel?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu já tive do passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, dessa compra?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, essa não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pra ter direito a sua comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós não efetuamos, né? Se tivéssemos efetuado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Verbal, um contrato de... o senhor disse que ia ganhar 12%.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Tem um *e-mail*, tem um *e-mail*, que é onde eu mando pro seu Mário e aonde a gente oficializa a comissão. Tem um *e-mail*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse *e-mail* está no processo...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – No computador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...que o senhor entregou pra Justiça?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, eu entreg... está lá dentro... está no meu computador que foi apreendido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... eu quero ver se consigo entender aqui algumas coisas. O senhor falou que o senhor ia ganhar 12% da CIMA.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, até, até, né?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Até 12%.

Sabe quanto o César ia ganhar nessa venda? Até porque é um processo normal de representação comercial.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, se o César, se efetuasse o pagamento pela CIMA, né, se a CIMA vendesse os equipamentos, o César e o Cacá, que me apresentaram, cada um teria 2% de comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doze?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dos... Dois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dois?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dois. Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então seria dois mais dois.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nós estamos falando aqui de 16%...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na ver... na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mais ou menos...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade é... a comissão ela não é fixa, tá, porque nós tínhamos muitas variáveis nesse processo. Se o frete aéreo aumentasse, se a parte do... da, da, da... se a parte do... dos equipamentos que ficassem em estoque nos aeroportos, então, ou seja, a gente estipulou um teto, eu e a CIMA, mas a gente não tinha um fixo, né? Mas o César, sim. Na verdade eu tiraria dos 12, né, não aumentaria, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, tá, tiraria dos 12.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu estou perguntando isso? Deixe só eu entender a cronologia do tempo.

O negócio com a CIMA não deu mais certo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí você cobra uma comissão do César, depois? Que comissão seria essa?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, do Germano, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Por favor, fale mais próximo do microfone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, o.k.

Eu estou perguntando aqui, Deputado Sopelsa, que não deu certo o negócio da CIMES... CIMAS, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da CIMA e daí, depois, você cobra uma comissão do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Da Haier, né? Se sa... da Haier pro Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, do Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não é do César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daí é a comissão do Germano.

Agora tem uma coisa que eu não consegui compreender ainda. O Rafael, que nós conversamos aqui, disse que você chegou pedindo pra ele fazer um orçamento de duzentos



respiradores, 33 milhões. Aí o Rafael te responde... Depois da mensagem que você manda pra ele dizendo assim: se eu baixar os respiradores, você pode pagar os 3 milhões pra elas? Daí depois você corrige: pra ela? Aí ele diz assim: eu já não tô ganhando nada com isso, não vou pagar. E sai fora. *(O depoente faz que sim com a cabeça.)*

Tem uma coisa que eu não consigo entender: quem é que chegou com esse valor, duzentos respiradores, 33 milhões? *[Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]*

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Na verdade esse valor era uma composição do custo do produto, que era 26.500...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem fez essa composição, foi você?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – E o Rafael junto, nós dois juntos fizemos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Isso que eu quero entender.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então você e o Rafael fizeram isso lá...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, exatamente. A proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas ele disse que você já chegou com o valor, 200 milhões... ah, duzentos respiradores por 33 milhões. A informação que a gente tem aqui é que você já chegou com esse valor: duzentos respiradores, 33 milhões. Você chegou com esse valor ou vocês dois compuseram isso daí?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós fizemos algumas simulações, eu e ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas, é... eu fiz algumas simulações e ao meu entender o custo do produto, que era de 26.500, se acrescentamos, acrescentamos mais o imposto, porque Santa Catarina, a *trading* dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí ele diz que se faria chegar a 41 milhões.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Pois é, mas aí eu... temos que perguntar pra ele então, porque a proposta dele foi de 33 milhões, que é US\$ 33 mil cada equipamento. Tem uma diferença de US\$ 33 mil pra US\$26.500, que era o custo que a CIMA passava.

Pra mim, essa operação fecha exatamente por isso, porque ela é US\$ 26.500 o equipamento, a unidade, e foi vendido a 33 mil. Então temos aí 6 milhões e... temos aí US\$ 6.500 por unidade, que pra mim era o suficiente pra se pagar os impostos, porque esse preço da CIMA era CIF, era colocado em Guarulhos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Você chegou pro Rafael e disse que o valor era US\$ 26.500 cada respirador?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, na proposta tem isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. E ele colocou 33 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que quero chegar nisso daqui? Pra ver se eu consigo... tem um alinhavo aí que não entra ainda no buraquinho da agulha do alinhavo, que é a questão do valor. Onde?... Que dia foi esse? Dia 25, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 25 que você falou.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, nós falamos... começamos a tratar dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, o senhor que tem aí o processo na mão, o senhor tem como me lembrar... eu não consigo lembrar, é tanta coisa na minha cabeça, já estou bem mais velho do que o senhor, Relator, daí a minha... eu acho que eu estou ouvindo tanta gente aqui dizer que se esquece, que eu comecei a me esquecer de algumas coisas, principalmente do outro depoimento. Mas qual foi o dia que a Márcia falou que fizeram aquele leilão em viva-voz que o Secretário Helton confirmou aqui, dizendo que chegou o valor... me ajuda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De 169 para R\$ 165 mil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 169 chegou pela Veigamed e fechou por R\$165 mil. Que dia que foi, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 22/3.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22? Engraçado isso, né? Dia 22 surgiu o valor dos 33 milhões, dia 22. O senhor me disse que o senhor passou pro Rafael dia 25 o valor e que foi fechado em 33 milhões. Depois a Veigamed pega essa proposta do Rafael, copia e manda, como se fosse dela, pelos também 33 milhões. Esse é o alinhavo que eu ainda não consegui fechar, porque os 33 milhões, a ser verdade, apareceu esse valor na reunião do dia 22. Dia 22 o senhor já tinha algum contato com o pessoal aqui de Santa Catarina?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando que o senhor foi procurado pela primeira vez para...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sobre esse tema, dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Antes disso não foi nada?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Antes disso eu não, não tenho conhecimento de nada. Antes disso eu só tratava da... do assunto do Einstein e da RTS, que eu estava já mais evoluído.

Eu nem conhecia a Veigamed antes disso, do... antes do... do processo começar com o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor falou agora aqui que, quando saiu fora, parece que a Veigamed procurou o senhor, o Fábio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor nunca falou com o Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Uma vez, no começo, quando ele passou o e-mail pra... pro Rafael passar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que dia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – No dia 25.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o senhor só ficou três dias no processo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Diretamente, como fornecedor da CIMA, praticamente até o dia 30, né? Que é que eu comecei a avisar o César e mandei o e-mail dia 1º.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando o Fábio falou pro senhor da proposta?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Fábio nunca me falou, quem me falou foi o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O César, quando o César falou pro senhor, que dia foi? Dia 25?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Dia 25 (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o César falou em 33 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós começamos... o preço do equipamento era 25. Então, o preço se compõe a partir do preço, né?...

(*O advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque tem gente acompanhando, tem gente acompanhando, que não... a minha preocupação é lá. Quando... o preço do equipamento é US\$ 25 mil, que o senhor tá falando...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Seis... 26.500, era o preço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26.500...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso daí em reais dá quanto, mais ou menos? Me ajuda lá, Felipe, você que tá com a... coloca lá, 26.500 vezes... tá 5,00 hoje? Tá...

(*O Deputado Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Era menos que R\$ 5,00."*)

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Era 5 na época.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cinco. Então coloca lá 5, 26.500... vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – São 132.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 132.500. Olha só, R\$132.500, quando chega a proposta... aliás, ele tem o equipamento por R\$132.500. No dia 25 ele tem a 132, no dia 22 o Secretário fecha, no viva-voz pra dar... aquele negócio de transparência, tal, tal, chega lá... e daí fecharam em 165 mil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mil reais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 165. Já tem aí quanto já de percentual, meu colega Deputado Milton, empresário, qual é o percentual desse valor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – 24,5%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 24,5%. Já tem um aumento de 24, que é o dobro da comissão que poderia chegar - não estou fazendo relação, estou falando aqui. Do preço que o senhor tinha, que poderia ganhar 12%, e desses 12% iria tirar até 4, se fizesse o negócio, no dia 25, dia 25, três dias antes, o governo fecha com a Veigamed, Presidente, por 24% mais caro. Aí a Veigamed fechou dia 22, 33 milhões, no dia 25 aciona alguém pra falar com ele pra procurar alguma coisa, ele faz o processo, procura o Rafael, o Rafael passa de 26.500 para trinta e?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Três.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – US\$ 33 mil, US\$ 33 mil, que fecha os 33 milhões, o 165. Presta atenção, fecha o 165 mil. Que daí a Veigamed pega a proposta do Rafael, faz a cópia, envia para a Superintendência, e eles pegam essa cópia enfiam no processo e daí vem lá: preciso de mais dois orçamentos. Eles enfiam dois orçamentos e fazem o processo de compra.

Lembramos que, pelo Rafael e pela mensagem, o senhor diz o seguinte: dia 26 vão fazer o pagamento. Confere? O governo.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, é a informação que o César me passava, mas não me parecia... nada... nada inteligente ou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, mas eu vou mostrar...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO –...ou factível, porque não se paga... não se ganha um processo num dia, o pouco do meu conhecimento em coisas públicas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pois é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...não se ganha o processo num dia e se paga no outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas é que aqui em Santa Catarina as coisas não são inteligentes com esse governo. Sabe por quê? Porque no mesmo dia que o senhor, com a sua *expertise* tem, pra saber assim: poxa, não dá, não vai dar como trazer o equipamento pra entregar depois. Essa inteligência comercial, que é racional, aqui não funciona, porque no dia 26 o Governador vai na televisão, ao lado do Helton, e pergunta assim: Helton, como estão os respiradores? O Helton fala o seguinte: nós estamos em contato com empresas de grande *expertise* para trazer respiradores da China, e pagando valores acima, três vezes valor acima do mercado.

Essa palavra do Governador e do Helton, o Secretário, me faz entender que aquilo que passaram pro senhor no dia 25, que faria o pagamento dia 26, era verdade. Por quê? Porque o Governador e o Helton confirmam na *live*, e passados alguns dias se efetua o processo.

Por que eu fiz essa procura, Deputado Felipe? Sabe por quê? Porque é muito importante a gente saber... tinha uma coisa que não estava conseguindo chegar pra mim, que era essa ligação da onde surgiram 33 milhões, de onde surgiram 33 milhões, porque 33 milhões veio a ponto de negociar. Agora, que dia 22 fecharam em 33 milhões, dia 25 oferece 24% mais barato e no dia 1º faz o pagamento no valor que foi fechado dia 22, Deputado... é muito complicado, Cobalchini.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, se o senhor me permite um aparte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Claro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É... eu vejo claramente que eu fui usado pra fazer uma proposta, junto com o Rafael, olhando isso. Eu desconheço esse processo do dia 22, tô tendo acesso a isso agora.

Agora, eu queria só te colocar que a proposta do Rafael não foi de 26.500, foi US\$ 33 mil por equipamento, tanto que a proposta do Rafael foi de R\$ 165 mil. Se você dividir isso por cinco, da US\$ 33 mil, e no meu entendimento esse sempre foi... os impostos incidentes para a, a, essa operação aqui, porque o Rafael tem uma *trading* em Santa Catarina que tem isenção de alguns, de alguns tributos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como é que você tem como provar que você ofereceu pro Rafael por 26.500 e ele passou a 33? Tem *e-mail* disso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Tem *e-mail*, claro, eu fiz... Na verdade não era nem eu que fo... que formatava as propostas, era a CIMA, era o presidente da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, tem esse *e-mail*, Relator?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Esse *e-mail* está no processo do Rafael, tá no processo do pedido... da proposta do Rafael. Entenda, Deputado, por isso que eu falo, existe uma... inconsistência. Quando o Rafael fala que a proposta dele é de 33



milhões mais os impostos, eu discordo. Por quê? Porque na proposta dele tem o preço que a CIMA ia vender pra ele, que ele colocou na proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26.500.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...de 26.500, e a proposta em Real era R\$ 165 mil por unidade, que dá US\$ 33 mil. Então tinha aí um *spread* de 6.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que são os 165 mil fechados dia 22.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Exatamente, era os 165 mil que... mas isso pra mim era... e bate exatamente com... o IPI tava isento, bate com o Cofins, bate com a isenção do ICMS do Rafael. Bate exatamente com... estimadamente 7 milhões que o Rafael teria que pagar aqui de imposto se ele tivesse o equipamento CIF colocado em Guarulhos, que ele não teria... ele não teria frete, não teria armazenagem, não teria nada.

Então quando ele fala que ele teria aproximadamente 7 milhões de imposto, bate exatamente com isso. Por isso que eu não entendo quando ele fala: não, minha proposta era de 26. Não, a proposta dele foi de 33.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que tu não mandaste pro Estado, no dia 30, dizer que não tinha mais equipamento e tu fizeste o que o César pediu, pra avisar só dia 1º?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Olha, Deputado, eu... achei que o César ia vender os equipamentos, eu não acreditava que toda essa confusão ia tá acontecendo. No fundo eu achava que eles iam cumprir, né?

Falhei e assumo a minha falha em relação a isso. Peço desculpa aí a todos e a... inclusive ao Estado de Santa Catarina, porque eu... meu filho nasceu aqui eu... respeito muito e não queria nunca, em nenhum momento, desrespeitar o Estado. É... a cidade que eu escolhi... deveria ter feito isso, mas não fiz porque o César sempre me confirmou que iria vender os equipamentos, e o Germano tinha ainda me dado a esperança de que a Haier ia colocar, né? Então estou aí... arrolado nesse processo exatamente por não ter feito isso, deveria ter feito.

(O advogado Nilton João de Macedo Machado fala com o depoente.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivaan Naatz) – Na verdade, Deputado Kennedy, todo mundo vendeu o que não tinha pra entregar. Eles só se preocuparam em vender o negócio, entregar o produto todo mundo sabia que não ia ter, pelo que a gente nota, né?

(O senhor Deputado Estadual Felipe Estevão manifesta-se fora do microfone: "E receber".)

E receber. Vender e receber. Entregar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E essa dúvida, Deputado-Relator, essa dúvida o próprio grupo Covid-19, que o Deputado Milton Hobus trouxe hoje, que estava lá o Ministério Público, todo mundo lá, a força-tarefa, essa dúvida a própria força-tarefa tinha, porque colocaram lá: tem uma empresa querendo vender, não tem capital de giro, precisa pagamento antecipado. E depois coloca lá: se der errado, entramos com ação judicial. Ou seja, estava na cara que isso daí era uma loteria. O problema é que se desse certo a loteria, quem seriam os ganhadores?

A Justiça de Santa Catarina hoje cancelou ou negou o pedido dos quatro que estão presos, a provisória dos quatro que estão presos, inclusive esse César que está preso. Ainda bem, porque pelo menos a gente começa a ver essa questão até ser apurada.

Eu me dou por satisfeito, senhor Presidente... mas deixa eu só fazer mais uma pergunta, Samuel, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Samuel, O César... esse César, que era esse amigo de muito tempo teu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não. O Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não esse... o... Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César... tinha conhecido há uma semana só.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E foi o Germano que te apresentou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Rafael... Não, o César quem me apresentou foi uma outra pessoa chamada Cacá, que também tava em grupos de distribuidoras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse Cacá que vai vir aqui? Quem é que pediu?

(Os Deputados-membros manifestam-se fora do microfone. Inaudível.)

Cauê. É o Cauê?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Cauê. Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É o Cauê? Não, é outro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, é outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse Cacá, quem é esse Cacá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É um amigo de... que eu tenho... um conhecido de Brasília me apresentou ele, que tava num grupo de distribuidores. Eu participava de grupos de distribuidoras de... que estavam buscando aí também equipamentos e tal. Foi tudo muito rápido, assim, um que apresenta o outro e que fez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, pra encerrar, eu fiquei, Relator, até muito decepcionado por ver ali a foto e saber que você tem ligação com é... não por conta da pessoa, né, nada contra, nem o conheço, o Amandio, que é o novo Secretário da Casa Civil, não por ele, mas pelo fato de... poxa, de novo a Casa Civil é arrolada e lembrada na CPL. Porque primeiro foi pelo Douglas e agora a gente vem conversar e o Relator mostra ali a foto de uma amizade. Claro, você mora aqui, é possível, mas espero que... principalmente essa sua negação com relação à mensagem que você colocou ali da questão do Governador, não seja um pedido do amigo pra livrar o Governador.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nem... sem dúvida que não, Deputado. Eu não conheço o Governador, não tive nenhuma relação com ele. Se vocês verem aí na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque se você tivesse ligado pro Governador eu ia dizer que tu eras uma pessoa especial, porque nem o Controlador tinha o telefone dele. Se você tivesse o telefone do Governador, eu ia dizer que olha, você seria uma pessoa especial.

Mas, obrigado pelas respostas. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor me permite, só pra não perder o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Total liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa empresa Haier, quem é essa empresa que a gente não...



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É uma empresa que o Germano conhecia da China, né? É uma empresa muito grande, é uma empresa que vende linha branca, geladeiras, ar-condicionado, e eles estavam vendendo também respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E esse Amandio Júnior da foto... Eu queria mostrar a foto, eu não entendi muito bem quem são aquelas pessoas. Desculpa, com todo o respeito que tenho aos Deputados aí, só pra... podia mostrar novamente a foto ali?

(Utiliza imagem projetada para auxiliar nos questionamentos.)

Esse Júnior Amandio aqui, quem ele é? O que ele é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Hoje, Secretário da Casa Civil, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – ...na época do processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conversava com o Secretário da Casa Civil...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ele não era no momento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas hoje ele é.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas eu não tenho contato com ele há muito tempo já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas o senhor... sabe o que o Ministério Público está dizendo? Que o senhor conversava com o Secretário da Casa Civil sobre o problema da compra dos respiradores.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Ah, mas isso não procede.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas está aqui. Senhores Deputados, isso é gravíssimo! É gravíssimo! *(Folheia documentos.)* Até queria esperar... desculpa, Deputado... Deputados, a gente está sendo acompanhado, até queria deixar isso pro final, mas está todo mundo me mandando.

Está aqui, ó, o senhor conversava sobre esse rolo. O senhor conversava... aqui ó *(mostra documento ao depoente)*, aqui o Secretário da Casa Civil, ó, está no seu grupo de WhatsApp. Sabe o que eles estavam conversando aqui? Sobre o problema dos respiradores. O Secretário da Casa Civil, Deputado Kennedy.

(O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Aqui o Secretário da Casa Civil conversando com um indiciado num grupo de WhatsApp por mensagem. Mas isso aqui é muito grave!

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Essa data... tem que o senhor ver a data disso, né, ele não era Secretário ainda quando a gente conversava sobre outros assuntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não importa. Está aqui. O senhor está conversando com o Secretário da Casa Civil. Eu tenho aqui a data. A data do dia 17 de junho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Mas nós era... nós somos amigos informais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas meu amigo, é 17 de junho. O senhor está conversando com o Secretário da Casa Civil sobre o rolo da compra dos respiradores *(mostra imagem ao depoente)* em que o senhor é indiciado, a Polícia Civil está perseguindo o senhor. O senhor sabe disso, né?

Ai o senhor está conversando com o Secretário, perguntando, Deputado, como é que vai fazer. Não sou eu que trouxe essa imagem aqui, Deputado Felipe. Quem faz isso



aqui, quem traz essa imagem aqui é o Ministério Público de Santa Catarina, vocês estão conversando como vão fazer o negócio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nós nunca conversamos sobre fazer esse negócio, eu nunca falei isso aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu não sei o que vocês estão conversando. Obviamente não está escrito aqui na imagem, Deputado Kennedy.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nunca falei. Nunca falei, não conversei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não está escrito na imagem, mas você está conversando num vídeo com o Secretário da Casa Civil. Isso aí é gravíssimo.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nós nunca conversamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Nesses momentos estávamos falando de outros assuntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amigo... contra... não tem argumento. Isso aqui é grave.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só... Relator, deixa eu falar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa pra mim foi, assim, a bomba do dia. Quando o senhor falou da data, eu pensei que era anterior a ele ser Secretário, anterior à nomeação dele. Quando vem dizer aqui que é dia 17 de junho, nós estamos falando do quê?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da semana passada...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso não procede, eu não falei com ele semana passada, dia 17 de junho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, ele falou, ele falou. Que dia que ele...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não. Eu falei com ele há dois meses atrás, a minha última... foi nessa... uma conversa com ele há dois meses atrás.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que data que é essa foto aí, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está escrito assim: Imagem 15: colagem extraída do Cellebrite... porque ele apagou todas as mensagens. É importante que Santa Catarina saiba, que todas as mensagens que a gente tem aqui ele apagou, foram recuperadas pela perícia (*o depoente fala com o advogado Felipe Ximenes de Melo Malinverni*). E essa imagem aqui está escrito assim: colagem extraída do Cellebrite, que é um programa de recuperação, referente a bate-papos disponível de Samuel de Brito Rodovalho, acessado no dia 17 de junho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Acessada, mas não foi nessa data que a gente falou. Sem dúvida que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa questão da data teria que verificar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é irrelevante, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, a questão da data é importante a gente ver para ter a cronologia dos fatos, mas não tira, pelo menos na minha percepção, a minha frustração, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós estamos aqui, Deputado Kennedy, investigando o negócio, e o Secretário da Casa Civil, o braço do Governador, está conversando com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Exato, é essa a minha frustração hoje aqui, Samuel. Nunca te vi, nunca falei contigo, não... mas assim, a minha frustração é exatamente essa imagem. Essa imagem me deixa numa condição... que assim, o que eu poderia ter de tendência de saber que você não teve nenhum contato com o governo, frustra. Igual eu perguntei antes aqui pro Controlador-Geral se ele teve, depois do depoimento dele, uma fala com o Governador sobre o assunto... sobre o assunto, não, sobre a CPL, mas sobre o assunto ele disse que nunca teve.

Então assim, pra mim... concordo que, acessado é dia 17, então pode ser que seja lá atrás, né, mas eu aqui não posso...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, era. Eu não tive contato nenhum com ele depois que ele assumiu. Na época ele não era nada, ele não era Secretário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas mesmo assim... mesmo... não, ele não era nada, não, ele era, nessa época, o Adjunto do Douglas. Aí pode ficar pior ainda.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, não era também. Não, ele não tinha cargo nenhum, quando eu conheci ele, o (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas ele não era o Adjunto do Douglas? Do... do... aliás, do Lucas Esmeraldino, ele era o...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não nessa... agora que eu conheci ele, a... agora não, ele foi acho que ano passado, mas essa hora, agora não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas mesmo assim eu... eu fico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui tem, aqui (*falha na gravação*) o seguinte, Deputado, só pra clarear.

No dia 28/4/2020, ou seja, na data da divulgação da notícia do *site* Intercept, eles voltam a conversar. Germano manda um *link* da notícia e ele, Cauê, Júnior e o Secretário conversam. Então como a gente pode acreditar na informação dele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi no dia 24?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, dia 28/4.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daí confirma que ele disse...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O Cauê não conhece o Germano, o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem como a gente acreditar na informação que o senhor deu agora, de que o Governador não sabia, que o Governador não participou, que o Governador não... não tem nenhuma relação, porque o senhor tem uma relação direta com o Chefe da Casa Civil. Então tudo o que o senhor fala agora... eu vi aqui, eu vi aqui agora na notícia, o Deputado me mostrou, outros Deputados me mostraram, que os *sites* de notícia dizem que ele nega a participação do Governador. Só que pra mim essa informação não tem nenhum crédito, pela relação que ele tem com o Secretário da Casa Civil, que é o defensor do Governador.

É isso, Deputado Kennedy, que eu quero deixar registrado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, e o problema é... o problema é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para que não saia para a imprensa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Exato...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...uma informação que não tem crédito, que a CPI não pode dar crédito a essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa antecipar assim a minha... mas acontece que a imprensa está levando uma informação que não tem crédito.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – O senhor me permite um aparte como defensor, para esclarecimento da verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fica à vontade, senhor.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – É... ao início o Samuel prestou compromisso de falar a verdade, a gente sabe disso, e depois foi dito que ele podia calar-se, se isso fosse indiciado ou não, não sei qual é a posição então que ele está aqui na CPI.

Mas de qualquer forma, em relação a essa questão, é, é... pelo que eu sei, é público e notório, eu posso dizer isso... é público e notório, pelo que eu sei, que o senhor Amandio, que eu não conheço, tomou posse como Secretário da Casa Civil depois do Secretário Douglas cair, e ele está dizendo que não fala com o Amandio há tempo.

Então nós não podemos daí presumir que ele possa afirmar que o Governador tenha conhecimento ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor, é...

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Não, eu digo pra não colocar na palavra dele e não colocá-lo... é, isso é transmitido pelo YouTube, nós fazemos a... como uma exposição pública de uma coisa que ele não está afirmando.

Era somente isso, só pra complementar, doutor Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que o senhor foi Magistrado muito tempo e sabe que os Magistrados fazem as suas conclusões, né, e é livre do julgador fazer a sua conclusão.

Mas é isso, Deputado Kennedy. Muito obrigado. Desculpa intervir, mas achei extremamente interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor concluiu, Deputado Kennedy?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, conclui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

Parabenizo aqui o trabalho dos nobres colegas Parlamentares, que sempre muito comprometidos em busca da verdade têm desenvolvido um grande trabalho, e como eu sempre venho aqui mais na reta final, restam poucas dúvidas, mas realmente é algo gritante essa informação que a gente estava aqui buscando entender.

Senhor Samuel, durante aqui o depoimento o senhor disse que não conhece o Governador, não conhece ninguém no governo, noutra parte o senhor disse que nunca vendeu, que nunca teve nesse... no segmento, mas como é que o senhor caiu nessa compra dos respiradores? Assim, subitamente, descobriu que tinha essa vocação? Como é que isso aconteceu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, como eu falei, é... eu tinha o acesso aos equipamentos da CIMA na China, e, é... vários grupos, distribuidoras e agentes comerciais me procuraram pra... sabendo que eu... entendo de comércio exterior, enfim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas aí dentre eles o governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – O César, né, não o governo, o César. Minha conexão sempre foi com o César, né, o César que me colocou com tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não teve contato com nenhum integrante do governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Em momento algum, Secretários?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, nesse processo, não, só o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A sua conversa com o Amandio?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, isso foi antes, a gente é amigo, a gente conversou de outras coisas, a gente falava de, de, projeto privado de... de um kit de... de Covid, mas nada em relacionado a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O senhor insiste, né, só pra eu recapitular e ligar os fatos aqui. Tem essas mensagens que o senhor apagou, não queria que vissem, né, mas ó... tipo: como é que eu faço com o Governador, é... o Governador tá me ligando. Isso foi um equívoco?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, na verdade, como eu te falei, essa mensagem foi uma re...uma remensagem que eu reenviei do César para o Germano e... aonde o César coloca essa informação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Esse aqui na linha com o Governador também... não é culpa sua?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Esse foi uma questão minha de suposição, foi um equívoco, que eu coloquei pro Germano. Como eu falei, eu não tenho o telefone dele, eu não coloquei... O César me colocou que estava a par junto do governo, né, que estava conversando com o governo, e isso se concretiza com o Fábio, falando com a Márcia e tal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi.

Até a gente... de início, quando o senhor começa a falar que foi equívoco, eu penso que... é difícil muitos equívocos assim. É estranho, né, é bem estranho, muitos equívocos, e aí de repente... o senhor poderia estar blefando, de repente, pra ter a confiabilidade e consumir logo esse negócio. Mas, enfim, o senhor diz que não.

O que complica demais é que de repente... o alto escalão do governo, quando cai o Chefe da Casa Civil... você nomeia pra Chefe da Casa Civil alguém que você tem muita confiança, alguém que realmente está ligado direto à Casa da Agronômica, em quem tem plena e total confiança, e aí... com certeza, é um segundo Governador, né, o Chefe da Casa Civil, daí de repente... você aparece num *print* de tela, aquilo ali é um *print* certamente um deles deve ter "printado", o Samuel "printou" a tela pra dizer que conversava ali com o Amandio, com os contatos diretos.

Daí o senhor apagou e a investigação recupera esse *print* da tela, e aí o senhor aparece ligado ao governo, com quem tem a confiança do governo, a caneta poderosa, e todas as Secretarias estão subjugadas ali à Casa Civil, ele tem tremenda influência, é um segundo Governador, e o senhor aparece num *print* de tela conversando com o Chefe da Casa Civil. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Deputado, como eu informei, ã... nós... eu fui apresentado ao Júnior pelo Márcio, que é um amigo, né, e nós não fechamos nenhum negócio, nunca falamos de negócios, ele não era Secretário na época, quando nós



estávamos falando. E no momento... não conversei com ele, é... em momento, é... que ele tomou posse da Casa Civil, não tive contato nenhum com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Você tem informação... pois não, Deputado Kennedy, tem liberdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado Felipe, só deixa eu fazer uma coisa aqui.

O senhor falou que o senhor estava conversando... falava antes com o Amandio antes dele ser Secretário da Casa Civil. O senhor disse agora que o senhor estava conversando com ele pensando em fazer kits pra Covid, é isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, um projeto privado de um amigo de São Paulo que tinha um... um... um... uma ideia, mas também não prosperou, também não foi pra frente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Onde entrava o Amandio nisso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o Amandio... o Amandio também tinha... tinha... tinha uma *expertise* de negócios e era um negócio focado de privado pra privado. Então a gente tava tentando fazer alguma coisa privado, né, não tinha nenhuma relação com o governo, porque ele não tinha ainda assumido nada, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu fico preocupado, porque parece que o Governador, Deputado Felipe, tirou o Douglas, que era o representante comercial do governo e colocou um outro que parece que também gosta de fazer negócios, né?

Obrigado, desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O que complica mais ainda, né, Deputado Kennedy. Eu não vou entrar aqui a fundo, a gente está aqui só pra ter as informações e ligar os fatos, mas, né, hoje o atual Chefe da Casa Civil tem os seus negócios, toca os seus...

Enfim, só pra ser sucinto, acho que a gente deve pensar daqui a pouco seriamente em pedir o afastamento do senhor Chefe da Casa Civil com todas essas informações, são reveladoras e são gravíssimas, são gravíssimas, né? Não tinha ligação com o governo, mas aparece num *print* de tela e...

Senhor Samuel, ainda vou lhe fazer mais uma pergunta. Há informações que o senhor Amandio, na investigação, ele quebra o celular, ele destrói o celular. O que o senhor acha que ele tentava esconder quando ele destrói esse celular dele pra que a Justiça não tivesse acesso, o senhor tem alguma noção? O que ele queria esconder? Por que ele quebra esse celular, segundo essas informações?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe nada também.

Bom, Presidente, não é fácil aqui, a gente tem uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só mais uma pergunta, e nada melhor do que a gente estar sendo acompanhado pelos catarinenses e muita gente dando informações.

Tem como colocar aquela foto de novo, da reunião lá com... da chamada por telefone, lá, tem como colocar? Eu só queria checar uma informação agora... Como é o nome desse rapaz que está no lado do Amandio, ali?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sandro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sandro. O Sandro trabalhava com o Amandio na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. E ainda continua trabalhando no governo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele ainda continua trabalhando no governo.

É mais uma ligação, não relacionada a esse fato, mas infelizmente mostra que pessoas ligadas ao governo estão nessa posição ali. Ali tem o Secretário da Casa Civil atual, que na época não era, e o senhor do lado ali, o Sandro, que hoje ainda participa do governo.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, ainda vou fazer um questionamento aqui.

Há relatos que o senhor também quebrou seu celular quando a investigação chegou no senhor. Isso procede?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, meu celular já estava quebrado já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Acidente?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – É, faz tempo já, não tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não foi... tentativa de esconder algo nesse celular...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...porque esses *prints* estavam apagados, o senhor apaga as conversas, o seu celular é quebrado...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, na verdade eu não apaguei todas, né, eu apaguei umas que eu não achava relevante, outras eu deixei, tanto que tem a conversa com o seu Mário, conversa com o Germano. Na verdade eu busquei memória no meu telefone, que o meu telefone caiu já tinha algum tempo, eu tava tentando recolocar ele em um outro *chip*, e aí eu fui apagando conversas que não... pra mim não tinha mais relevância. Nunca imaginaria que eu estaria sentado aqui hoje prestando depoimento numa posição de investigado, então fui apagando as coisas menos relevantes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas as informações é que esse telefone estava quebrado, quebrado, como se tivesse tentado destruir aquelas provas, aquilo que estava ali, memória...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, o meu ele tava quebrado mas funcionava, eu tava tentando é traz... é mudar de aparelho mesmo, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi.

Bom, senhor Presidente, são esses os questionamentos. E eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, muitíssimo obrigado.

Deputado Fabiano da Luz (*o senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz acena negativamente com a cabeça*).

Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Algum questionamento a ser feito, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito bem, muito obrigado. Boa noite a todos.

Samuel, você é amigo do Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Germano é teu amigo de longa data, isso?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O César você não conhecia antes desse episódio do negócio dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ou você o conhecia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, não. Não o conhecia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não conhecia.

O Rafael, você o conhecia antes dos...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...dos contatos sobre a venda dos respiradores?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Não, também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Também não.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Conheci através do Germano...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Também não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Foi uma indicação do Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Passou a conhecer através do Germano.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu estou te perguntando isso porque na quinta-feira passada nós ouvimos o Rafael. O Rafael, num primeiro momento, nos disse – e aí salvo se eu estou equivocado, né, os anos podem também trair a minha memória – que o preço de 33 milhões pela venda dos duzentos respiradores não cabiam os impostos e outras despesas que teriam. É isso, 33 milhões? E que a proposta dele era 33 milhões fora os impostos? [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso, a proposta dele foi 33...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Isso.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, na verdade, como eu falei, a proposta dele continha o preço do equipamento de 26,500, mais é... acredito eu os impostos, porque ele chegou a 33 mil dólares, né? Então, tinha uma diferença aí. Mas ele relatou que era 33 sem impostos, né, que tinha um acréscimo de 7 milhões de impostos

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas chegaria a R\$ 33 milhões os duzentos respiradores, mas na proposta que você estaria conversando com o Rafael, o que seria, ou o que foi apresentado para o governo, estaria fora os impostos, ainda?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Na verdade o Rafael fez a proposta com 33 milhões, certo? Pra mim já tinha ali os impostos. Ele fala que não. Eu entendo que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para ti o entendimento é que nos 33 milhões estavam os impostos, e ele nos disse na quinta-feira que estavam fora os impostos e outras despesas. Vamos lá.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, se você pega os 26 milhõ... 26,500 menos os 33 mil dólares, você tem uma margem aí que pra mim seriam os impostos, 6.500 dólares por unidade.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá bom.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muitas coisas que se pediam para o Rafael ele dizia que tinha que pedir pra você. Me desculpe aí te chamar de você, tá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não te conheço, mas o senhor, tá?

Em uma das coisas que ele disse que nós devíamos perguntar ao senhor é a questão dos 3 milhões, os 3 milhões que seriam comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que ela teria, que seria para ela, seria para ela. Agora o senhor nos diz que você repassou para ele mensagem do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mensagem do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O pedido de comissão sempre foi pelo César, que depois veio se confirmar que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Foi o César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio ganhou, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O Fábio ganhou. Como é a história do Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, eu não sei... nos autos do processo, ã, foi constatado que o Fábio tinha recebido uma comissão pela empresa dele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O Fábio tinha pedido uma comissão...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...pro César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o César pediu uma comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Onde é que entra o Fábio? O Fábio estava vendendo, estava junto com o grupo (*ininteligível*).

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio era o interlocu... o Fábio, ao meu ver e entender aqui, ele era o interlocutor junto com o César junto à Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas por que a mensagem é para ela e não para ele?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, foi um erro de digitação, Deputado. Não foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Erro de digitação.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá bom.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não foi pra ela, até porque eu não conheço ela, não conheço essa Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E você chegou...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu não conheço ninguém...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...a propor para o Rafael?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É que tá aqui no processo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Como? Eu comecei a falar antes de você concluir. É isso? Você tinha concluído?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, desculpa, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto se o senhor concluiu?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Já, já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Já tinha concluído.

Os 3 milhões, você está dizendo que era para o Fábio?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Pro César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para o Fábio, né?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — César.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É tanto nome que a gente vai esquecendo, vou anotar aqui.

Você chegou a propor para o César que você reduziria a tua comissão para facilitar esses 3 milhões? Você teria feito essa proposta pro César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Na verdade eu ia... O César era um agente comercial como eu, que tinha me trazido a oportunidade, é... e eu pleiteei junto à CIMA um desconto dos equipamentos, mas o que não aconteceu pelo alto valor aí dos equipamentos. Então é... não aconteceu isso, o desconto para esse pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas essa negociação que você tentou fazer com a CIMA para melhorar o preço, era pra pagar esses 3 milhões?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O César, pra tentar pagar o, a comissão do César, mas que não aconteceu, né? O de fato não ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Bem, eu acho assim, sabe... eu vou encerrar.

Nós ouvimos, eu não tenho a lembrança agora, mas eu acho que já foram... me ajudem aí, Deputados, quantos depoimentos nós já tivemos ao longo da CPI, 12, 15, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É próximo de uma dúzia de depoimentos já.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Presidente, quantos depoimentos o senhor tem assim?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De cabeça, uma dúzia de depoimentos praticamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Contando com a acareação, uma dúzia de depoimentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Uma dúzia. Em nenhum, em nenhum, eu obtive uma resposta que é: isso daqui é o fulano de tal, isso aqui é o beltrano, isso aqui fui eu que assumi, isso aqui fui eu que fiz, isso aqui, esse negócio eu tratei com o fulano de tal.

Vocês estão notando que sempre tem um terceiro, qualquer um dos depoentes que vem. O Rafael dizia que tinha que perguntar para o Samuel; o Samuel está dizendo que quem conhece e quem falava era o César. Então, há que se dizer a grande verdade.

Samuel, eu nunca falei contigo, não te conheço. Eu tenho muito respeito pelas pessoas, tá? Eu quero te dizer o seguinte: se você tinha conhecimento de que esse negócio ia ser fraudulento e você não comunicou a ninguém, você é um dos grandes responsáveis pelas pessoas que não têm condições de ser tratadas ou atendidas. Você deveria ter feito essa denúncia como você fez lá com o hospital.



Eu vou finalizar. Hoje eu vi uma entrevista da Deputada Carmen Zanotto que está faltando medicamentos nos hospitais para sedar as pessoas que precisam de respirador, que precisam ser entubadas.

E, se nós estamos num momento desse discutindo uma fraude dessa onde você participou, se você participou da fraude eu não posso afirmar, mas um negócio que você está, que o Rafael está, que o César está, que o Germano está, os sete milhões de catarinenses e os mais de duzentos milhões de brasileiros, realmente, nós devemos estar principalmente nós, os catarinenses, indignados, sabe? Eu não estou fazendo aqui juízo de acusação nem de condenação a ninguém, mas quem se omite às vezes sabendo das coisas também é responsável, sabe?

Eram essas as minhas indagações e a minha participação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muitíssimo obrigado, Deputado Sopelsa.

Consulto os Deputados se têm mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, é que estava vendo o seu depoimento aqui, senhor Rodovalho, o senhor quebrou o seu celular?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava quebrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o Ministério Público diz que o senhor quebrou o seu celular de modo que teve que fazer uma perícia pra recuperar o celular.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava quebrado, já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor apagou as mensagens e quebrou o celular?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, ele já estava... não, ele estava funcionando, ele estava funcionando, tanto que eles ligaram, eles... eu passei a senha, eles acessaram, tinha as mensagens ali normalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui o Ministério Público está dizendo que tiveram que fazer uma perícia para poder recuperar o seu celular.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Acho que é normal fazer uma perícia no celular, mas o meu tava funcionando até então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O meu está quebradinho aqui, mas está funcionando.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, ele funcionava normalmente. Ele só tinha a tela quebrada em cima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui o Ministério Público diz que o senhor quebrou o seu celular para tentar inviabilizar, tentar inviabilizar o acesso às mensagens, e aquelas, inclusive, que o senhor apagou algumas conseguiram ser recuperadas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Olha, Deputado, como eu havia informado, é, eu participei do processo, né, na parte de orçamento das empresas. Eu participei da parte da, da questão dos, de apresentar o Germano e num certo momento eu sai. Não recebi nem um real desse processo, não recebi, coloquei as minhas contas todas à disposição. Não participei de divisão de nada desse negócio. Acreditava, sim, que eles iam entregar os equipamentos, o César sempre me colocou que eles iam entregar esses equipamentos. Estou numa situação muito complicada, eu entendo isso por ter participado desse primeiro momento, mas sempre fui o agente representante da empresa lá fora. Não era o vendedor, nunca fui a pessoa ligada diretamente na venda do Estado.

É... acho que esse fardo eu não vou levar na minha vida porque não tinha poder da decisão. A decisão era de quem vendeu os equipamentos, quem recebeu o recurso.



Então, ou seja, é, eu parei no momento que eu não tinha os, os equipamentos pra fornecer. Tanto que eu não conheço a empresa que forneceu os equipamentos lá de fora, não conheço as *tradings*, não participei de nenhuma outra negociação. A minha situação chega a certo momento e para, entendeu?

(Conversas paralelas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, senhor Samuel, senhores advogados, eu não me atendo muito neste momento, aqui, agora, que é o que está no processo, até porque nós já o estudamos exaustivamente nos nossos gabinetes.

Atendo-me muito àquilo que é dito aqui dentro, porque senão não teria a necessidade da presença, né, da testemunha aqui, então a gente dá um apoio, importância muito grande aquilo que o senhor fala aqui dentro.

O senhor disse que está passando por momento, né, e a gente pode ver isso, um rosto abatido, né? Numa primeira tentativa o senhor, de contato nosso, alegou ali de uma... está com a esposa grávida em casa, mora com a sogra, se não me falha a memória (*depoente faz que sim com a cabeça*), é de um grupo de risco.

Um semblante triste, mas é bem verdade, senhor, que para deixar em pé de igualdade um semblante triste seria se a gente colocasse aqui em cima desta mesa agora uma maca, e em cima dela alguém acometido da síndrome respiratória, precisando de um respirador e esse respirador tivesse sido comercializado dentro desse contexto aqui. Aí, sim, nós veríamos um rosto triste, abatido e agonizante.

O senhor também disse no depoimento do senhor que no exercício da sua função o senhor sofreu perdas. As perdas elas também, e para deixar em pé de igualdade, houve ali ao erário, ao dinheiro público, ao contribuinte que com suor do seu rosto paga os seus impostos para ver os seus parques recursos se esvaindo sabe-se Deus aonde, sabe-se Deus aonde.

Por que eu digo isso? Tirando 7 milhões de impostos, que seriam obrigatoriamente pagos porque era o dinheiro de César, teria que ser pago, aliando-se a isso aí os 14,5 milhões já recuperados, subtraindo isso dos 33 milhões ainda sobrariam 12 milhões que hoje é um empenho para a nossa Justiça descobrir onde está esse valor, caso tivesse sido efetuado mesmo ali como foi efetuado o pagamento dos impostos. Então, ainda nós temos 12 milhões por aí que precisam ser restituídos.

Eu fiz uma conta aqui breve, durante o depoimento do senhor ali, César, Cacá, Samuel. O César ele é funcionário público? O senhor sabe se ele tem algum?... O Cacá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Samuel? (*Depoente faz que não com a cabeça.*) Rafael? Germano? Pedro? Fábio? Leandro?

Nós já chegamos a uma conta de nove ou, aliás, desculpa, oito, eu não vou fazer essa conta, de oito, Deputado Ivan Naatz, oito atravessadores para realizar uma compra. Para realizar uma compra precisou passar pelas mãos de oito pessoas. E muitas vezes a gente é consultado, né, sobre aquilo que... Se pergunta assim: por que o Estado superfatura? De onde vem essa, de onde vem esse?... Por que a coisa pública é tão cara? Imagine que para comprar um equipamento tem que passar por oito pessoas, envolver oito pessoas nisso. O que um representante comercial realmente faz, doutor Samuel? O que ele faz?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A função dele, qual é?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Vendas, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vendas.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — (*Ininteligível*) para vendas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a intenção de auferir lucro.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Todos esses homens aqui eles são representantes?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Uns...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se intitulam?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — ...uns, sim; outros, em cunho empresário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Querem lucro. O Douglas Borba, eu costumo sempre falar isso aqui, ele está preso, tá? E um dos motivos de estar preso, o senhor sabe dele ali, o porquê ele está hoje preso, não?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — *(Depoente faz que não com a cabeça.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por uma suspeita de ele ter tido algum tipo de favorecimento e também para ele não destruir provas e obstruir as investigações — isso não sou eu quem está falando, isso é Justiça que avaliou que ele deveria hoje está... tem restringido o seu direito de liberdade. O ex-Secretário da Saúde está com os bens bloqueados em decorrência disso.

Todas essas relações comerciais entre César, Cacá, Samuel, Rafael, Germano, Pedro, Fábio, Douglas, Leandro Barros, e, novamente voltando ali, o Germano já falei, todas, e Rafael, todas elas ali, ela não teve um trâmite fiscal.

Em algum momento o senhor pagou? Existia ali no contra... um trâmite fiscal que eu digo é realmente você pagar impostos.

O senhor entende o que eu quero dizer assim como representante comercial, um trâmite fiscal é aquilo que você tem que pagar, contribuir por isso aí.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Se fosse efetivado os negócios, sim, né? Mas eu não efetivei nenhum negócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Os respiradores, segundo o senhor disse ali, sofreram um embargo da China e que só poderiam comercializar com os Estados Unidos da América, e o senhor cobrou uma comissão de uma venda que não existiu, isso é fato, isso é um fato, isso é um fato.

Aí nós fizemos uma ligação aqui, por isso que eu citei todas essas pessoas aí, diante desse fato que o senhor cobrou uma comissão de uma venda que não foi efetuada.

Nós já conversamos aqui com Douglas ele nos disse aqui que entrou em contato com o Leandro; que o Leandro entrou em contato com o Germano; que o Germano entrou em contato com o Cacá. O senhor nos disse aqui que entrou em contato com o Samuel, que o Cacá contactou o senhor. Aí o senhor teve um contato com César e com o Rafael ao mesmo tempo.

Pode ser difícil isso aí, mas é de fácil entendimento, porque quem "linkou" o Germano com o senhor, quem "linkou" o Rafael com o senhor foi o Germano *(o depoente faz que sim com a cabeça)*. Isso o senhor disse aqui: quem me apresentou, quem me colocou em contato — o senhor disse hoje aqui — quem me colocou em contato com o Rafael foi o Germano.

Aquela hora, na primeira vez que o Deputado Ivan Naatz estava fazendo as perguntas, que eu lhe pedi para interromper, mas daí eu segurei porque eu anotei o horário ali, o senhor disse uma coisa muito importante aqui que nós perguntamos para o Rafael e ele não respondeu: que as negociações terminaram — e depois eu vou pedir o registro ali, nós vamos atrás do registro das taquígrafas e das imagens aqui —, que as negociações com o Rafael terminaram quando não deu certo o pedido de comissão para o Rafael.



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor disse aqui às 20h33min, tanto que eu não quis interromper o Deputado Ivan Naatz.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Rafael saiu do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Rafael saiu do processo porque ele não aceitou o pedido de comissão do César.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor se lembra aqui quando o Rafael negou conhecer a pessoa (*fala dirigindo-se ao Deputado Valdir Cobalchini*) que tinha ligado para ele pedindo a comissão? Ele falou: “não, eu não me lembro a pessoa”

Por isso que o depoimento do senhor foi muito importante hoje aqui. Porque hoje, Deputado Ivan Naatz, às 20h33, depois nós vamos buscar os registros ali, ele disse que as negociações com o Rafael terminaram quando o César, quando não deu certo o pedido.

(*O advogado Nilton João de Macedo Machado conversa com depoente.*) Fato, está registrado.

Por isso que eu falei, a gente se atenta aqui bastante, porque a gente estuda no gabinete e estuda o que o senhor fala aqui, tá? Então, hoje o senhor já nos ajudou bastante nesse sentido.

No entendimento do senhor, para nós, para a gente finalizar mesmo, aqui, como eu falei dos 14,5, nós já tivemos ontem na Deic, foi ontem, né, doutor? (*Dirige-se ao Delegado Márcio Fortkamp.*) Onde nós estivemos ontem lá e nós comemoramos uma coisa impressionante, um fato que a Polícia Judiciária, a Polícia Civil de Santa Catarina, merece os parabéns mesmo por recuperar 14 milhões, porque isso é coisa inédita, recuperar valores desse tipo de negociação no Brasil, aqui é uma coisa difícil. Então, todos os louros e parabéns mesmo à Polícia Judiciária aqui de Santa Catarina. Um resultado excelente, 14 milhões, ótimo resultado. Mas somando esses 14 aos 7, dão 21 milhões. De 33 para 21, 12.

Onde o senhor acha aqui que estão esses 12 milhões? Considerando o fato de que nós temos quatro pessoas presas por ter recebido algum tipo de favorecimento nessa negociação e um foragido.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Na opinião do senhor? Porque foi paga comissão para todas essas pessoas aqui, porque nenhum, eles, por isso que eu construí a ideia, eles são representantes comerciais, eles trabalham por comissão, eles trabalham por comissão.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Certo, Deputado. Bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Onde, onde?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O que eu ouvi, o que eu, o que eu sei do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que quem pagou quem?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O que eu ouvi, o que eu vi do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É... eles compraram equipamentos, os respiradores na China. Então, tem valor ainda a ser resgatado da empresa que vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço a empresa, não conheço o dono, não sei quem é.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, do processo nós estudamos no gabinete ali...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não sei o que eles pagaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que nos interessa é...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, eu não conheço, eu não participei disso, não participei de nada, não ganhei porque não fui eu que vendi os meus equipamentos, minha comissão sempre vinha da CIMA.

Então, depois que no segundo momento da Haier morreu, eu não participei mais, tanto que eu disponibilizei minhas contas, meu sigilo fiscal de todas as minhas empresas, extratos bancários das, das empresas de pessoa física do dia 1º de abril, eu não tive nenhum recurso. Não participei de comissão deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque senão nos passa a entender de que essa venda foi realizada já todo mundo sabendo que não ia ser entregue.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, eu, eu desconheço isso. Eu ia vender os equipamentos que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O entendimento que nós acabamos tendo no final das contas seria esse. Eu estou dizendo para quem está escutando todos os depoimentos na sequência.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É, é bom, Deputado, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque aí vem a minha próxima pergunta, aí no final eu vou dar as considerações finais para o senhor.

Porque o senhor deu um depoimento no Ministério Público de Santa Catarina em que diz que encaminhou uma proposta do C30. O senhor representa, o senhor vende isso aí, o senhor sabe do que se trata.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor encaminhou a proposta do C30.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso, pro César.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o produto que foi apresentado na proposta Veigamed apresenta o C35.

O senhor encaminhou uma proposta de um produto chamado C30, e a proposta da Veigamed um C35.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Eu não participai da proposta da Veigamed, tá, Deputado, isso eu te asseguro, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que é um C30 e um C35?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — É a diferença do PIP. Uma é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pode explicar para mim, eu não sei o que é um PIP.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Um PIP é a pressão positiva do equipamento, o que regula quando você coloca um equipamento na UTI, você tem um nível aceitado de PIP.

Então, esse produto era um PIP menor e também tinha uma diferença na questão do *software* que ele fazia uma integração com o, o, o, o RP do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Cacá, que é representante, que envolvimento ele teve nisso?



O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Nenhuma, ele só me apresentou o César.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele te apresentou de graça?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Sim, ele, ele, no segundo momento se eu vendesse os equipamentos, ele ganharia da minha parte da CIMA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Certo. O César?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Também. Ganharia comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também ganharia?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Rafael, se?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o Rafael se ele vendesse, mas ele saiu do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se ele vendesse, mas ele não vendeu. Hum, hum. Ele vendeu porque a proposta do César dos 3 milhões, ele não aceitou?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Germano?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Também ganharia se o Rafael vendesse, e depois se a Haier vendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, César, Cacá, Germano. Pedro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não, o Pedro da empresa dele, aí já não o conheço. Já não sei o que ele ganharia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Fábio? Que contatava direto com vocês.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — O Fábio sempre veio através do César, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Veio a, a, ganhou uma comissão da Veigamed, que eu vi aqui, li nos autos do processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Chegou a entrar um dinheirinho na conta dele?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — ...e vi na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. Leandro?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque o Leandro foi o primeiro a ser cont... o Leandro é que começou tudo isso aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Mas eu não conheço o Leandro. Não conheço, nunca tive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Leandro Barros?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Não conheço, nunca tive, não tenho relacionamento. Não conheço de nenhum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, consulto as vossas excelências se tem mais alguma declaração a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, antes de dispensar o Rodovalho, eu queria fazer um esclarecimento para os membros da CPI e também para a imprensa, para que a imprensa não seja induzida a erro ao afirmar que a negativa do Rodovalho da participação do Governador é um fato isolado no processo.

A princípio parece que é só isso que envolve o Governador, Carlos Moisés, mas não é. O que envolve o Governador, Carlos Moisés, senhores Deputados, e quem nos acompanha e que leva o processo para o STJ não é só a citação do Governador, mas é uma elação de mais de 150 páginas, aproximadamente, do relatório do Ministério Público de Santa Catarina, que aponta diversas participações que conduzem a participação do Governador ao processo. Não se limita o Ministério Público impedir a remessa dos autos ao STJ pela afirmação que faz o Rodovalho naquele texto. Mas pelo conjunto da obra, Deputado Kennedy Nunes, que se encontra nessas 154 páginas, que compõe o pedido de encaminhamento ao STJ.

Então eu queria deixar isso bem claro para que a simples negativa do depoente sirva como fonte, né, para dizer que aquela remessa não tinha fundamento. Porque eu entendo, senhores Deputados, que essa remessa só vai prejudicar. Na verdade, remessa do processo para STJ só vai prejudicar o processo (*o advogado Nilton faz que sim com a cabeça*), só, mais nada.

Eu acho que só teve um ganhador nessa remessa do processo para o STJ, o próprio Governador, porque a investigação ia muito bem aqui, as coisas iam caminhando muito bem e, do nada, agora, partem para Brasília (*folheia documentos*).

Mas, especificamente, com relação à intervenção do Secretário Amandio, nesse ciclo de relacionamento, exige da Comissão uma providência urgente, urgente. (*Mostra as imagens contidas no documento.*)

Por isso eu queria, antes de vossa excelência encerrar, colocar já em votação, senhores Deputados, a convocação do Secretário Amandio Junior para que na próxima terça-feira esteja conosco aqui para conversar na CPI sobre esse relacionamento de amizade que tem com o Rodovalho. Então, faço esse requerimento de forma extrapauta para análise de vossas excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto a assessoria o número de pessoas a serem ouvidas na próxima terça-feira. (*Pausa.*)

Nesse meio tempo, Deputado Kennedy, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu fiquei muito preocupado. Eu acho que, pra mim, hoje ficou muito clara essa questão. Entendo também que pelo visto ali, pelo que você falou, faz uns dois meses que não fala com o Amandio. Mas me preocupou, senhor Relator, a presença do Sandro Yuri Pinheiro, que é o Sandro, né?

(*O depoente Samuel de Brito Rodovalho gesticula com a cabeça afirmando que sim.*)

Que, quando o senhor conversou com ele ali, naquele papo, o Amandio não era Secretário da Casa Civil, mas o Sandro era assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e que hoje ele é assessor especial do Amandio.

Então, nessa figura ali se não tinha no momento da fala, Relator, se não tinha no momento da fala alguém do governo, porque o Amandio talvez não seria, mas o Sandro era assessor lá da SDS e que, quando o Amandio veio, ele mudou e trouxe para ser assessor especial.

Então mostra que a gente não está aqui para julgar as suas amizades, cada um tem as suas, mas, infelizmente, coloca em... ainda mais porque o senhor falou que a conversa era para montar um projeto comercial de Covid, até então particular (*depoente faz que sim com*



a cabeça), mas a presença do Sandro ali era o vínculo governamental que tinha nessa conversa com o ex-governo, que virou Secretário da Casa Civil e que trouxe essa pessoa para trabalhar junto.

Então, Relator, concordo para trazer aqui para que nós possamos ouvir, mas também colocando este adendo, né, da presença do Sandro. O Sandro também estava participando dessa questão do projeto da Covid, Samuel?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — *(Depoente faz que sim com a cabeça.)* Nós tivemos uma, uma, uma ou duas conversas, mas nada evoluiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Sandro também participava?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Participou, mas nada evoluiu, a coisa não foi pra frente e praticamente a gente não evoluiu nada. E ele não era governo, né, ou não tinha conhecimentos. O Junior não era, não tinha cargo nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Sandro era assessor, ele tinha cargo de confiança na SDS, quando conversou com o senhor e agora é assessor especial do Amandio.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Mas eu não tinha conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Samuel, muito obrigado pela presença do senhor e dos senhores defensores.

O senhor tem três minutos para as suas considerações finais se o senhor achar necessário.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Deputado, eu queria agradecer mais uma vez a todos vocês. Dizer, mais uma vez, que eu estou à disposição pra vim prestar qualquer outro esclarecimento.

É... dizer realmente que é... eu me, me coloquei numa situação, como representante comercial, da parte da CIMA, não tenho negócios com o Governo de nenhuma esfera aqui em Santa Catarina, ou também em outro lugar, os meus negócios são estritamente privados.

Entrei nisso querendo fazer um bem, querendo trazer os equipamentos pra cá por ter uma experiência é... na parte de comércio exterior, né? E deixar bem claro de que eu não conheço o Governador, não conheço o Secretário, não tive contato com nenhum agente público, não recebi benefício financeiro nenhum em relação a esse negócio, chegou a, a, cheguei, sai na hora que as empresas não tinham os equipamentos e dali não participei.

É, acho importante, é, deixar claro que se realmente falhei de não ter avisado, de não ter, é, denunciado, mas não acreditava realmente que chegaria essa situação. Não, é eliminei provas nenhuma no meu celular, pelo contrário, deixei aí hoje conversas, inclusive, me predispos a prestar depoimento no Ministério Público, levei informação nova pro Ministério Público, apresentei meus documentos antecipadamente, antes das apreensões que a gente sabe que demorou um tempo e eu já me apresentei de forma antecipada.

Então, eu estou à disposição, realmente, e volto a dizer que é uma pena o que aconteceu, mas eu cheguei até o momento do envolvimento, então, e sai do negócio. Não conheço agente público e não recebi benefício nenhum em relações a isso.

Quero só deixar isso claro porque o que a mídia fala também me desfavorece e já me tacha, e já me culpa sem antes eu ter, né, a, a, a oportunidade de também me defender. E aqui é, o, é, foi o primeiro momento que eu estou tendo a oportunidade de estar me colocando como uma testemunha que contribuiu para o Ministério Público, né, e que nós



autos do processo já se comprovou que eu não tive benefício financeiro nenhum com relação a isso porque o negócio continuou. E os agentes que fizeram já estão sendo penalizados.

Então eu continuo à disposição de vocês, da CPI se precisar que eu volte pra contribuir também, se precisar de trazer alguma outra informação.

Eu agradeço e boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Rodovalho, é a grande, eu tenho dito, senhores Deputados, que a CPI tem esse grande papel de deixar todos os agentes falarem no processo, né? Esse é o grande trabalho da CPI, todos os agentes políticos têm a oportunidade de conversar não com os Deputados, mas com Santa Catarina pra cada um poder contar a sua história, e Santa Catarina conhecer a história de cada um, com tempo, com disposição, com liberdade. Esse é o grande papel também da CPI aqui, passar essa história efetivamente a limpo pra que todos os catarinenses compreendam o que aconteceu.

Muito obrigado pela presença do senhor aqui.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seu Samuel e senhores advogados, é aquilo que a gente diz, nós estamos sendo acompanhados, já recebi hoje a documentação da OAB, eles tinham pedido para acompanharem durante todo o processo. Hoje comunicaram que nos acompanham de forma remota, através de vídeo, e esta aqui é a Casa da democracia. Eu duvido que existe algum outro fórum onde se dá a liberdade da testemunha sentar com o processo, ou com o material que ela bem entender na mão pra lembrar, para relembrar dados ali.

É lógico, nós temos toda a profundidade, toda a amplitude de qualquer outra instrução judicial, isso constitucionalmente nos é garantido. Porém, a gente não está transformando isso aqui num processo inquisitório. Aqui é a grande diferença e, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, essa liberdade não se encontra em outro lugar, e graças a Deus que ela é encontrada dentro da Casa das leis aqui em Santa Catarina, aqui dentro da Assembleia Legislativa. E assim permanecerá.

Agradeço muito a presença do senhor e dos senhores aqui.

Muito obrigado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que conduza o senhor Samuel e seus advogados.

(O depoente Samuel de Brito Rodovalho, acompanhado de seus advogados, se retira do recinto.)

Senhores Deputados, antes de terminarmos, nós temos dois requerimentos para serem votados,

Primeiro requerimento de autoria do Deputado João Amin, no sentido de que, impreterivelmente na próxima quinta-feira, dia 25, atenção, senhor Relator e senhores Deputados, seja encaminhado o relatório de procedimentos instaurado pela Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina sobre a compra dos respiradores. Foi aquilo que se compromissou o Luiz Felipe.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, se manifesta fora do microfone: "Hum, hum.")

E também o segundo requerimento, que nós vamos aguardar a entrega voluntária, mas ele está compromissado de entregar e não existe uma forma de obrigar antes de estar pronto mesmo, né? Então o ideal seria que primeiro estivesse pronto o relatório para que ele encaminhasse até aqui.

Também tem o requerimento de minha autoria que requer o comparecimento da senhora Simone de Souza Becker.

Esse eu gostaria de colocar em discussão e votação.



Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir.

Em votação.

Aprovado.

E um segundo Requerimento verbal ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Convocação do Relator pra ouvir o Secretário da Casa Civil, Amandio Junior, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tendo em vista que teremos somente duas testemunhas para serem ouvidas na próxima terça-feira, lembramos os Deputados desse fato.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Senhores Deputados, na próxima quinta-feira, às 9h, não haverá nenhuma testemunha a ser ouvida, né? Mas é importantíssimo que estejamos aqui em reunião, até para dar encaminhamento e prosseguimento à agenda, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu queria fazer um pedido para que os Deputados se esforcem para estar presencialmente na próxima quinta-feira, às 9h, na sala do Deputado Sargento Lima, que vai nos receber lá com um café vindo lá de Joinville, um café especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com *strudel*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, vai ter um *strudel* para a gente conversar sobre o cronograma de trabalho e sobre as respostas dos ofícios que chegaram e aqueles que ainda faltam chegar.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vai ser na sala do Deputado Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E lá no gabinete da Transparência, 23.

Senhores Deputados, nada mais havendo a tratar, convoco uma nova reunião para a próxima quinta-feira, às nove horas da manhã.

Muito obrigado. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito boa-tarde a todas e a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 12ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião: Deputado Kennedy Nunes, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado João Amin, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima e Deputado Moacir Sopelsa.

Inicialmente, coloco em discussão e votação as atas das 10ª e 11ª Reuniões Ordinárias, encaminhadas aos senhores Deputados por *e-mail*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas.

Passamos às correspondências e outros documentos recebidos:

Ofício CGE nº 0314/2020, da Controladoria-Geral do Estado, encaminhando cópia do Relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020 (cópia já fornecida aos Deputados-membros); documentos enviados pela senhora Simone de Souza Becker contendo os nomes dos integrantes e *prints* de todas as mensagens do grupo de WhatsApp “COVID-19-COMPRAS” (também já encaminhado aos Deputados-membros); petição enviada pelos procuradores do senhor Douglas Borba informando que a Secretaria de Estado da Casa Civil não participou do grupo de WhatsApp “COMPRAS – COVID-19” (enviado aos Deputados-membros pelo WhatsApp e por *e-mail*).

Passamos para a discussão e votação dos requerimentos.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando o diligenciamento ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar a requisição de um servidor para auxiliar nos trabalhos desta Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando a convocação do senhor Cícero Alessandro T. Barbosa, Corregedor-Geral do Estado de Santa Catarina.



Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Deputado Ivan Naatz, requerendo a convocação do senhor Jorge Eduardo Tasca, Secretário da Administração, para, na qualidade de testemunha, prestar esclarecimentos na reunião do dia 7/7, às 15h.

Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa senhoria com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, muito boa-tarde, Deputado Sopelsa, boa tarde servidores que nos acompanham.

A CPI teve acesso a conversas de grupo de WhatsApp denominado “Covid-19-Compras”. Nesse grupo de WhatsApp é possível perceber a intervenção por diversas vezes do Secretário Jorge Tasca a respeito do procedimento nas compras emergenciais no que diz respeito à Covid-19. Dentro dessas centenas de conversas feitas entre servidores do Tribunal de Contas, servidores da Secretaria da Administração, da Secretaria da Saúde, existem diversas intervenções do Secretário Tasca. Também nessas intervenções é possível observar que o Secretário Tasca trabalha na construção daquele PL que acabou chegando aqui na Assembleia que pedia autorização para o pagamento antecipado e foi retirado no dia seguinte.

Então, diante dessas diversas intervenções e participação do Secretário Tasca nesse grupo de WhatsApp, do qual estão também outros investigados nessa operação, eu solicito a autorização dos colegas Deputados para que nós possamos ouvir o Secretário Jorge Tasca a respeito dessas conversas no grupo de WhatsApp, e de outros procedimentos que a Secretaria de Administração teve durante a compra desses respiradores, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, uma questão de ordem. Eu acho que houve uma troca no requerimento que eu apresentei, que é o requerimento para nós chamarmos aqui, invés de estar no nome do Cícero, eu gostaria que houvesse a troca – vou pedir para a minha assessoria já fazer a troca – para o senhor Clóvis Skil, que é o Presidente da comissão que fez o relatório, e não o Corregedor-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Alterando o senhor Cícero Alessandro Barbosa, para?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Clóvis Squio, que é o auditor que fez aquele relatório preliminar da CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Teremos que colocar em discussão e votação novamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É, a sindicância lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando a convocação do senhor Clóvis Squio e dispensando o senhor Cícero.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.



Quero perguntar ao Deputado Moacir Sopelsa: vossa excelência conseguiu nos ouvir bem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, senhor Deputado, eu estou ouvindo bem. Eu tenho um problema aqui que de volta em volta nós ficamos sem sinal. Se por acaso sair, os companheiros me compreendam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor, por isso que regularmente eu vou consultando vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O primeiro depoente, senhor Amandio João da Silva Júnior, participará por videoconferência. Solicito que já coloquem em tela a nossa testemunha.

(O depoente Amandio João da Silva Júnior, acompanhado de seu advogado, conecta-se à videoconferência.)

Senhor Amandio, a câmera do senhor está virada ao contrário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem que ligar o microfone, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Boa tarde, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Boa tarde. Ainda continua invertida a câmera do senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá, eu só preciso esclarecer que houve uma catástrofe agora, às 15h, aqui em Rio do Sul, e destruiu a cidade, e nós estamos completamente sem energia e sem Internet.

Eu estava com tudo preparado pra fazer de outro lugar e tive que correr e vir aqui para o Hospital Regional, que é o único lugar que tem energia e Internet. Então eu tô, eu tô com essa dificuldade aqui de ter que fazer pelo celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sem problemas.

Para não correr ao risco de termos o sinal caindo, quero consultar o senhor se existe algum problema de vir até aqui na próxima terça-feira, pessoalmente?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Presidente, eu já, eu já fiz um requerimento, eu gostaria de resolver isso hoje, pelo simples fato de que aqui a Internet está tudo bem, o.k.? Eu estou com um problema familiar gravíssimo, que é o da minha mãe, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, eu acatei, eu deferi o pedido do senhor, já está na minha mão, tendo em vista o princípio da igualdade, foi oferecida a mesma oportunidade para as testemunhas de outras cidades e também para evitar o risco do contágio da Covid-19.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se existe problema para o senhor, então a gente pode partir.

O senhor se encontra em residência?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, eu estou no Hospital Regional, é o único lugar onde tem energia, estou acompanhado do doutor Marcos Zanella.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor. Senhor Amandio, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje aqui nesta reunião?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sei, porque foi, foi, é, é, na semana que passou uma foto minha foi colocada a... em tela e várias situações aconteceram, e em razão disso me convidaram pra, pra estar aqui hoje.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero informar que o senhor está aqui hoje para esclarecer fatos relacionados à Dispensa da Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de duzentos respiradores pulmonares ao custo total de R\$ 33 milhões.

Senhor Amandio, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão, acerca de todos os fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sem dúvida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando ao senhor que na condição de testemunha compromissada o senhor tem o direito de permanecer em silêncio, mas é preciso que o senhor expresse essa vontade, tendo em vista que somente permanecer em silêncio não é indicativo de resposta. O senhor tem que falar: prefiro permanecer calado. O senhor compreendeu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, para que possamos fazer o registro, peço ao senhor que fale o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu endereço, o mais próximo possível do microfone para o registro das nossas taquígrafas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Meu nome é Amandio João da Silva Júnior, tenho 46 anos, nasci na cidade de Ituporanga, no dia 23 de abril de 1974. Hoje resido na cidade de Rio do Sul, é, e sou empresário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Data de nascimento do senhor?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — 23/4/74.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Amandio, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim, estou acompanhado do doutor Marcos Sávio Zanella.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu gostaria que o senhor passasse a oportunidade de ele acessar o seu microfone para poder falar o nome completo dele, número da Ordem e a Unidade da Federação em que ele está inscrito.

O SR. MARCOS SÁVIO ZANELLA — Boa tarde. O meu nome é Marcos Sávio Zanella, OAB Santa Catarina 8.707.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto as taquígrafas se conseguiram capturar com qualidade... *(A taquígrafa faz sinal positivo.)*

Passo a palavra ao senhor Relator da CPI. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Boa tarde, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Boa tarde, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Prefere tirar a máscara para conversar conosco, vai te atrapalhar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá, eu... não, é porque... só eu vou pedir pro Deputado Zane... pro Zanella então sentar um pouco mais longe aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso, assim fica melhor, porque estou vendo que ela está caindo um pouco.



O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso incomoda mesmo, na verdade isso é uma coisa que incomoda, ainda mais a gente que tem um pouco de barba, esse troço fica irritando.

Amandio, permite chamar assim? Eu vou mostrar um vídeo para você para começarmos a conversar sobre isso, está certo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor.

(Utiliza imagens projetadas em vídeo para auxiliar nos questionamentos.)

Por favor, tem essas fotografias aí, primeiro quadro de cima, está vendo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem como abrir uma aba para ele ver?

Só um minutinho, nós estamos verificando uma questão técnica aqui, tá?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Têm essas fotografias...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — É ruim se eu virar minha câmera aqui, assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, perfeito.

Vamos tentar passar o vídeo aqui para você ver, o.k.?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, já está repetindo.

Qual é a data dessa videoconversa que vocês tiveram, Amandio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — É, 22 de abril, que me lembre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 22 de abril.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Só que nós falamos mais vezes por vídeo, não foi só dessa vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, depois de 22 abril, certo.

Você sabe qual foi a data que o Douglas Borba foi afastado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não sei, acho que foi, foi em maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos lá. Então, qual é a tua relação com o Sandro, quem é o Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O Sandro é uma das pessoas mais íntegras e descentes que eu conheço, é meu amigo há vinte anos, empresário, certo? E quando eu fui pra Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como Adjunto, eu o convidei pra ir comigo. Eu saí em dezembro de 2019 e o Sandro saiu é... no início de abril de 2020.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E depois, ele voltou?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Aí voltou no dia 11 quando eu voltei pro governo, quando fui chamado pra ir pra Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então o senhor o trouxe?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Trouxe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pra trabalhar com o senhor?



O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é o negócio dele?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Ele sempre foi farmacêutico e ele é dono também e sócio de uma loja de calzone.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E o Márcio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O Márcio é casado com uma prima terceira minha, que eu vim a conhecer há uns três anos atrás, um grande empresário da construção civil de Florianópolis, Márcio Furtado de Mendonça. É uma pessoa altamente íntegra, uma grande figura e que foi ele que há uns dois anos atrás, coincidente nós nos cruzamos num café na Bocaiúva, me apresentou o Samuel, que depois só vim a conversar com o Samuel de novo a partir do dia 11 ou 12 de abril, a respeito de um projeto de trazer é... pro Brasil, testes PCR contra o Covid.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que ele entrou nessa conversa assim?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Foi o seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele disse que era seu amigo, aqui, de longa data.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nós, nós... Não, de longa data não, porque nós ficamos amigos durante uns vinte e tantos dias ficamos conversando pelo menos uma vez por dia, certo?

Nós iniciamos um grupo de trabalho, é, no dia 14 de abril, o.k., pra que, pra que... é... a gente, a gente tinha uma possibilidade completamente privada, tá, de trazer testes de Covid da Coreia para o Brasil. Um amigo do Sandro Yuri, que é o meu amigo que estava na foto, da Coreia, ofereceu ao Yuri essa condição. No dia 11 de abril o Yuri me ligou, eu disse que não entendia absolutamente nada disso, mas que era uma grande oportunidade de negócio e disse que gostaria de convidar o Márcio, porque o Márcio é uma pessoa muito próxima a mim e que também tava precisando de ampliar os seus negócios, porque tava com dificuldade com relação a um tensionamento que ele tem na vida privada na empresa dele. O Márcio sugeriu a vinda de Samuel, que eu havia conhecido rapidamente há muito tempo atrás, certo? E... o, o, formamos esse grupo e iniciamos um projeto, um trabalho, pra trazer é... testes PCR contra o Covid, é... da Coreia. No dia 14 de abril, foi formado esse grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O Rodovalho falou que estava tentando vender os respiradores para Santa Catarina, conversou contigo sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, comigo... eu nunca, eu nunca tive nenhuma conversa direta minha com, com o Samuel, nem por WhatsApp, nem por nada, tudo que nós fizemos foi pelo grupo, certo? O Rodvalho nunca tratou desse tema comigo, absolutamente, eu tenho tudo registrado aqui, e ele nunca trabalhou disso comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca conversou, nada? Sabia que você estava no governo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Com o Samuel, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É porque naquela época você não estava no governo, né? Se essa imagem aqui corresponde...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu saí, eu saí do governo dia 17 de dezembro e voltei dia 11 de maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, então nessa data do dia 22/4, se ela confere, você não estava no governo. Ele não conversou contigo que estava vendendo equipamentos para o governo? Que ele teria?... dia 30, estava



cobrando comissão dos respiradores. Não conversou nada contigo sobre isso sabendo que você tinha sido Secretário?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Quem conversou comigo isso uma vez foi o Márcio, não foi Samuel, e o, e o... e essa conversa foi superficial, certo? E no Samuel nunca me pediu nada sobre esse tema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois, quando o negócio estourou, certo, quando esse negócio estourou, o Rodovalho, o Samuel foi identificado como um dos envolvidos, vazou aquele negócio da comissão, você, o Sandro, o Rodovalho e o Márcio conversaram o que sobre isso? Se você não conversou com o Rodovalho, mas isso vazou, você ficou sabendo que teu amigo, com quem está fazendo videoconferência, estava envolvido nesse processo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — A data, a data que... que isso aconteceu, o, o, o Rodovalho nunca mais... é acho que foi 6 ou 7/5, depois nós nunca mais conversamos sobre isso. Eu tô afirmando pro senhor, eu tenho todas as conversas de grupo com o Rodovalho, nós nunca tratamos, eu tenho todas as descrições, nunca tratamos disso, eu e o Samuel, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E com o Sandro, você conversou com o Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Também não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas assim...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O nosso foco era outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos conversar assim, vocês estavam em um grupo, tentando fazer venda de Covid, não tem nada de ilegal nisso aí, você não estava no governo, o Sandro também não estava, mas saiu a notícia do Intercept, o Rodovalho começou a aparecer como um dos envolvidos na CPI dos Respiradores, você, o Sandro, o Márcio e o Samuel não voltaram a conversar nunca mais sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha o que aconteceu? O que se passou ali? Poxa! A gente estava tentando vender os testes para a Covid...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, mas o nosso negócio é puramente privado, Deputado, puramente privado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu entendo, não estou dizendo que não é, estou dizendo que vocês não conversaram sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Tudo bem, não. O senhor quer me... não tem isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá.

Bom, o senhor foi para o governo no lugar do Douglas Borba, certo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vou falar um pouquinho sobre isso. O Douglas Borba preso, o senhor assumiu a Secretaria, esse negócio dos respiradores, como é que o governo tratou disso? Como que o senhor tratou disso com o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca tratei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou o Governador.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca tratei disso no governo, eu sempre disse publicamente o que eu sempre digo, eu quero olhar pra frente, eu não tinha responsabilidade nenhuma sobre isso, certo? As coisas estão sendo apuradas, os senhores estão apurando, o Ministério Público está apurando, eu não tenho absolutamente nada a ver com isso. O senhor veja que... com todas as apurações, o



senhor mesmo colocou a minha foto aí publicamente, eles dizem o seguinte: já no dia... é, 22/4, Samuel, é, é responde que está apanhando do Secretário, encaminha uma fotografia. No entanto, nenhum dos participantes em primeiro momento são envolvidos em fatos investigados, se eu tivesse qualquer relação o meu nome estava aqui, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estão chegando à CPI muitos grupos de WhatsApp, muitas conversas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Hum, hum, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hoje nós recebemos mais de trezentas conversas em grupo de WhatsApp. Então se o senhor tiver alguma participação nós vamos acabar descobrindo, isso é papel...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu queria saber do governo, o senhor foi Secretário: olha, o nosso Secretário está preso, teve esse problema dos respiradores, agora tu vais assumir essa missão de conversar com a gente, de tentar fazer essa aproximação. Eu te via muito aqui na Assembleia, constantemente, e o Governador não conversou contigo sobre essa questão dos respiradores?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre esse desastre?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário Helton?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O ex-Secretário Helton não perguntou para eles o que aconteceu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu nunca mais falei com ele depois disso tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nesse período que o senhor esteve como Secretário, como Chefe da Casa Civil, que é o representante do governo, especificamente, o senhor nunca conversou com o Governador o que aconteceu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nunca, Deputado. Eu fui aí pra olhar, fui olhar pra frente, eu sou empresário, não fui pra fazer política, e eu quero fazer (*ininteligível*) a uma coisa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas... o senhor é o Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Civil faz política, né? É isso que ele faz.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — (*Falha na transmissão da videoconferência.*)

Sim, mas eu fui um dia em todas as lideranças, eu acabei saindo antes numa reunião e fui chamado a atenção, inclusive por um colega dos senhores aí. Então assim, eu quero inclusive me desculpar com as lideranças porque pra mim isso era uma coisa normal e não é, eu fui, eu, eu estava aprendendo uma situação, não quero fazer *mea culpa* aqui, mas esse é o fato, eu tô falando com coração, eu não quero é, é aqui, em nenhum momento é, distorcer qualquer informação, mas eu, eu nunca falei no governo sobre esse tema, isso pra mim ficou no passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Passado não é, né, Júnior, nós estamos aqui no presente, o presente é essa investigação, não tem passado, o passado... não se constitui passado a compra desses respiradores, a compra desses respiradores, a perda do dinheiro é presente, não é passado.



O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, eu sou, eu sou catarinense e quero mais do que ninguém tudo isso esclarecido, eu não tenho absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas eu não estou dizendo...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A CPL... nós não estamos dizendo que o senhor tem, ninguém está dizendo que o senhor tem alguma coisa com isso. Nós estamos querendo saber de você, se você conversou com alguém que possa ter, se o governo deu alguma orientação, se o Governador conversou contigo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca conversou?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Nenhuma. Nunca falei com o Governador sobre isso, eu só conversei com o Governador pra gente olhar pra frente, eu sempre disse, eu não quero ficar abraçado ao problema, vamos olhar pra frente, a gente precisa olhar por Santa Catarina. Só isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Sandro saiu do emprego junto contigo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Semana pa... sexta-feira saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele se desligou junto com você?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Sim!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês conseguiram evoluir nesse negócio do teste da Covid, o senhor vendeu alguma coisa para o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Infelizmente, infelizmente não.

Nós fizemos uma reunião, depois do dia, nós fizemos uma reunião, que eu inclusive não participei, mas participou o Sandro e o Samuel, com um dos quinze maiores empresários de Florianópolis pra levar esse teste do Covid para Florianópolis, tá? É, inclusive, eu até fico assustado porque se essa foto desses quinze empresários tivesse aparecido na CPI, né, infelizmente, aquele dia ali, foi um dia que não foi muito positivo porque ficou uma questão técnica que não foi avaliada, tinha um laboratório muito grande no Brasil, que não quero ficar falando o nome aqui pra não chamar isso pra, pra coisa, eu tenho tudo isso está descrito, certo? Infelizmente, ali as coisas começaram a não dar certo porque os valores não batiam.

A Federação das Indústrias participou disso, Floripa Sustentável participou disso, a Associação Empresarial de Florianópolis participou disso, mas, infelizmente, isso não conseguiu ir adiante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa informação que o senhor representou uma empresa e com a empresa fez negócios com o Estado, se eu não me engano, de R\$ 10 mil, vocês venderam alguma coisa para o Estado. O senhor fez negócios com o Estado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Olha, o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou a empresa que o senhor representa, entidade?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Não, não. Eu quero dizer ao senhor que um dos grandes motivos pra mim ter saído do governo foi exatamente



isso e eu vou explicar ao senhor o porquê. Eu sou há vinte anos associativista, eu sou há vinte anos voluntário, vinte anos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se quiser levantar um pouquinho a tua câmera...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Está ótimo, perfeito.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Desculpe, desculpe, tá um problema aqui, só um minutinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sem problema. Ótimo, melhorou bem.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, eu sou há vinte anos associativista, fui presidente de todas as entidades que eu participei, certo? E uma das que mais me deixou é, é, emocionado, foi o Excelência Santa Catarina, são pessoas extraordinárias que trabalham lá, certo? São pessoas voluntárias, eu fiquei quatro anos como presidente absolutamente voluntário. É uma entidade que ajuda a melhorar a, o desempenho das empresas. E essa, e essa entidade voluntária associativista foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico pra fazer um projeto magnífico na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. E ela foi jogada nas páginas dos jornais como se tivesse feito alguma coisa errada, isso não partiu apenas o meu coração, mas nós... eu faço parte do conselho superior com o doutor Marcelo Petrelli, com o doutor Saul Brandalise Júnior, com o doutor Décio da Silva, com o doutor Roberto Zague, com o doutor Roberto Amaral, pessoas da mais alta estirpe, que fazem parte dessa entidade voluntariamente e que se sentiram absolutamente atingidos por, por essa reportagem aí, que ela foi muito malvada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas qual foi o valor desse negócio?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Eu acho que foi R\$ 10 mil, eu não lembro realmente eu, eu vi o que eu... eu li o que eu vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.
Por enquanto é isso, senhor Presidente.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra, pela ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa tarde, Amandio, boa tarde ao seu advogado.

Gostaria que o senhor explicasse o último dia 26, para mim não ficou bem claro. Amandio, o senhor foi exonerado ou o senhor pediu exoneração do cargo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR — Deputado, quero dizer ao senhor o seguinte, assim ó: é, eu não sou do mundo político, eu sou um idealista, fui chamado a, a tentar ajudar, certo? Tentei fazer o meu melhor, conversei com vários dos senhores, cometi alguns equívocos, obviamente, que eu cometi, certo? Mas é... na sexta-feira, depois de toda essa celeuma, eu não conseguia mais me alimentar bem, não, não estava bem, eu vim pra casa na sexta-feira falar com a minha família e a minha família fez um apelo no final do dia que eu não voltasse mais pro governo, porque isso iria desgastar demais, eu nunca tive nenhuma mancha na minha vida com relação a isso.

E eu estou com um outro problema enorme na minha família, eu amo a minha mãe. A minha mãe é uma pessoa extraordinária, tem 70 anos, ela está com câncer no pâncreas, eu deixei ela aqui ela tá fazendo tratamento e, e, e ela apelou pra mim também



pra que eu voltasse pra casa porque eu preciso ficar com ela, eu preciso ficar com a minha família. Liguei ao Governador, o Governador entendeu que realmente é, o governo já... a gente sabe, eu, eu não vou esconder, o governo desgastado, a gente tentou arrumar as coisas, é, eu, eu quer... eu gostaria de ser uma solução e eu poderia me transformar num problema.

Então, em comum acordo, eu não voltei mais, o Governador me exonerou, entendeu? Eu não vejo, não vejo problema nenhum, nós fizemos um comum acordo por telefone, ficamos dez, quinze minutos no telefone, e foi desse jeito. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É, de qualquer forma a versão que ficou não foi... não ficou bem clara. Eu confesso que eu próprio não, não, não entendi bem.

Mas o senhor se sente, dada a essa repercussão, ainda que tenha sido uma vontade sua explícita aqui, num contato com o Governador, o senhor se sente de alguma forma injustiçado por essa repercussão que acabou também lhe desgastando? Embora não tivesse muito, muito próximo, dada até a minha condição aqui, da CPI, mas a perda de apoio do governo na Assembleia fez com que nós todos nos afastássemos, e eu percebi o seu, o seu empenho no sentido da, da reconstrução de uma unidade mínima aqui, na Assembleia. O senhor se sente de alguma forma injustiçado por essa repercussão?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Olha, pela repercussão, eu me sinto, sim, injustiçado porque eu quero dizer ao senhor o seguinte: como eu já falei, eu sou idealista, eu acredito no governo, acredito nos Poderes.

Veja, Deputado, a primeira ação que eu tomei quando assumi, mesmo naquele clima horroroso, eu fui à Assembleia Legislativa, porque entendo que Assembleia é um Poder imprescindível para o Estado democrático de direito, assim como é o Tribunal de Justiça, assim como é o Tribunal de Contas, assim como é o Ministério Público, assim como é a imprensa, a sociedade civil organizada e o setor produtivo.

Eu tenho isso na minha cabeça. Ah, um simples aparecimento de uma coisa absolutamente privada, de uma foto minha, jogada na imprensa e, e, durante uma semana eu sendo desdenhado como se eu tivesse participado de algo que não foi é, é, o que foi, é, mostrado ali, isso me corroe, porque eu sou um homem honrado, os meus pais me ensinaram isso. E, e, eu me sinto, sim, muito injustiçado pelo, pelo, pelo fato, tanto é que existe uma foto, mas embaixo da foto uma descrição que não tem absolutamente nada a ver comigo, certo? Mas que isso destrói e mancha a honra das pessoas, né?

Eu, eu saí muito entristecido do governo. É, é, eu conversei algumas vezes, mesmo com o senhor, que o senhor é uma pessoa decente, o senhor já foi Chefe da Casa Civil, o senhor sabe a envergadura que tem esse cargo, né. Eu não gostaria de ter saído, mas, eu, eu, como eu disse, eu fui pra arrumar é, é, tentar arrumar soluções não problemas e se eu fosse virar um problema, seja da CPI ou de qualquer outra coisa, eu preferi ficar em casa. Então foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O, então Secretário da Casa Civil, Douglas Borba aqui, na CPI, em seu depoimento, ele próprio considerou que esse negócio foi desastroso. Muito embora o senhor tenha afirmado que em nenhum momento tratou disso, mas claro que o cidadão catarinense conheceu... não há como não ter ouvido falar em relação a esse negócio.

Como empresário e como ex-Secretário como é que o senhor julga esse negócio fraudulento que aconteceu, Amandio?



O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Lamentável, Deputado. Eu antes de ser Secretário e empresário, eu sou um catarinense e acredito nas instituições, acredito no governo, acredito nas pessoas. As coisas estão sendo apuradas, eu não posso fazer nenhum tipo de pré-julgamento, não faz parte do *métier* isso, fazer juízo de valor, né. Eu só tenho a dizer que isso é um episódio lamentável e que, eventualmente, quem errou e quem fez o que fez, é, tenha que, é, arcar com as consequências, mas, mais do que isso, eu não tenho o que dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Antes dessa amizade construída em tão poucos dias com o Samuel Rodovalho, o senhor teve algum negócio com ele, alguma sociedade, teve alguma parceria?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E, encerrado esse episódio não...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI –... foi encerrado qualquer tipo de parceria dado ao insucesso da venda para o Estado, é isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não, não, eu... não é venda para o Estado, Deputado, nós não levamos nenhuma venda pro Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k. Venda...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É... venda privada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI –... privada.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Era, era um negócio privado... não... acabou ali. Não se teve absolutamente mais nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É o senhor reafirmou aqui, afirmou e reafirmou que nunca participou de nenhum tipo de negócio com o Estado. O senhor reafirma isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Reafirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É... a questão do Samuel Rodovalho, é, que diretamente participou e o senhor só está aqui pela amizade que ele confidenciou aqui, que teria, não é, com senhor, manifestou a sua solidariedade ao amigo? Vocês nunca mais voltaram a falar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Nunca mais conversamos. *(Acena com a cabeça que não.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa amizade...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ele... agora essa amizade de quinze, vinte dias também, talvez ele tenha explicado não é uma amizade. Eu não sei onde o Samuel mora, eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É que chamou muita atenção aqui, porque ele nem lhe chamou de Amandio, chamou de Júnior. A impressão que nós tivemos aqui, é que eram velhos conhecidos.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não. Eu vou, eu vou explicar pro senhor então uma coisa. As pessoas próximas a mim me chamam de Júnior, não me chamam de Amandio. E o Márcio Mendonça, que é próximo a mim, uma grande de figura, um homem íntegro, né, que é casado, como já falei, com uma prima terceira minha, me chama de Júnior. Então ele me apresenta para as pessoas como Júnior e não como Amandio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá o.k. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência tem alguma pergunta a ser feita, Deputado?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Posso fazer mais daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, senhor.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Boa tarde, senhores; boa tarde, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa eu fazer algumas perguntas aqui, que estão relacionadas a esse momento aqui.

Eu já ouvi, não quero ser repetitivo aqui, já ouvi do senhor que conhece o Samuel Rodovalho há vinte dias, que conheceu ele através do Márcio, entre os dias 11 e 12, que o senhor... estavam tentando fazer esse negócio do *drive-thru* de teste Covid, é isso, né? Que era um...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... que vocês não tinham, mas no dia ali, o Sandro Yuri, nesse dia que vocês conversaram, o senhor não era mais membro do governo, mas o Sandro Yuri ainda continuava como membro do governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por que não?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - O Sandro Yuri sa, o Sandro Yuri me ligou é, é, na primeira semana de abril, me dizendo que eles já tinham chamado uma pessoa para entrar no lugar dele lá da DCTI, ele era diretor de Inovação e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ele estava apenas passando. E no dia 11, ele me ligou confirmando que ele ia sair. Saiu dia 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Tá. E o assunto é, do negócio de vocês, que vocês estavam tratando evoluiu?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Do Coreia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Da, da, da, sim... evoluiu pra um projeto di, di, di *drive-thru*, mas nós não conseguimos executar por que os valores finais, para as entidades que nós apresentamos, ficaram fora da, da, do mercado. E, aí... logicamente também não foi possível. Foram vinte dias intensos, vinte cinco dias intenso de trabalho que infelizmente acabaram dando em nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É, o senhor sabia que o Samuel Rodovalho é concunhado do Aécio Neves?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não (r), não sabia, nem fazia ideia disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Hum, hum.

Depois, quando o senhor saiu, que não deu... o senhor disse... qual foi a última vez que o senhor falou diretamente com o Samuel Rodovalho?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu nunca falei diretamente com Samuel, por telefone, por nada, só pelo grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor sabe que o senhor fez o juramento de falar a verdade aqui?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor alguma vez mandou mensagem ou recebeu mensagem particular do seu telefone do Samuel Rodovalho?



O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O que tenho pelo meu celular nada, só tratamos por grupo. Inclusive eu revisei, eu, eu realmente não lembro, porque não, não tenho isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Volto a dizer... volto a perguntar, o senhor diz que só fez a conversa com o Samuel através do grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu volto a perguntar: alguma vez o Samuel Rodovalho fez alguma mensagem particular para o seu telefone fora do grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Na minha lembrança, não. E eu posso colocar meu telefone à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, é, alguma vez o senhor Samuel ou o Márcio veio pedir pro senhor algum tipo de ajuda, porque o processo do pagamento estava pra ser cancelado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – De pagamento nunca falou. O Márcio uma vez tocou no assunto comigo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Do pagamento dos respiradores. Eu estou no pagamento dos respiradores. Alguém...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... disse assim: por favor, você conhece alguém lá? Estão pra cancelar o pagamento dos respiradores, tem como ajudar? Alguma vez o senhor recebeu esse tipo de ajuda?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – O Márcio uma vez me ligou, eu não lembro a data, dizendo que é, precisava um contato de alguém da, da, da Saúde pra ajudar um, um amigo, que era o Samuel eu acho, enfim. E, aí, eu passei o contato dele, mas, não, nunca falou sobre pagamento, sobre essas coisas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, é isso quando o Márcio...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu não estava no governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... Perfeito.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu só queria dizer para os senhores...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu, eu, a gente sabe que o senhor não estava no governo. O senhor saiu no ano passado...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –... e entrou agora de volta.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso daí está claro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tá claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu só estou checando aqui essa questão da saída do, do Sandro Yuri se no dia... que vocês conversavam, ele estava no governo ou não, mas daqui a pouco eu já tenho essa informação aqui.

Eu estou perguntando... o senhor falou que o Márcio ligou pro senhor pedindo pra que se o senhor soubesse alguém lá da Saúde, que dia foi isso? O senhor lembra? Foi antes dessa reunião de vocês quatro? Foi depois?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, eu, eu, eu realmente, eu realmente não lembro, eu realmente não lembro. Mas, com certeza, assim, talvez tenha sido antes, eu com certeza não lembro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor nunca falou para alguém que iria tentar uma, um contato na Secretaria de Saúde para tentar ajudar sobre esse fato?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu falei pro Márcio que eu ia tentar ajudá-lo, sim, mas não foi possível...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - ... que não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor disse que ia tentar ajudar o Márcio na questão dos respiradores?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - A tentar fazer o contato, mas não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por que não foi possível?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu não lembro, Deputado, sinceramente eu não lembro, com toda sinceridade.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sabe, Amandio, eu nunca falei com você. Quero deixar claro aqui que quando você assumiu é... permita-me dizer foi é, é, é, de inteligência da sua parte, você e... por uma opção minha, eu não falo com ninguém do governo. Eu quero até deixar claro aqui, por isso que eu não aceitei a tua visita lá no meu gabinete, né...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... isso é claro. Nada contra a sua pessoa. Eu não tenho absolutamente nada contra, mas é uma opção minha. Eu não atendo ninguém do governo e portanto... Mas achei interessante que você veio aqui, e conversou com vários Deputados. Eu acho que os Deputados na, no momento disseram que isso foi legal, mas é só queria... até, até porque, eu nunca tive tinha falado com você e talvez você, talvez me achou arrogante, alguma coisa assim...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... mas é uma opção de mandato. Então só pra me deixar...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... só para deixar claro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu queria, eu queria falar com senhor porque na verdade é o seguinte, assim ó, ó, ó, eu, eu, eu, eu, eu gosto da sua eloquência e tal, e eu queria falar com todo mundo, por que assim, eu fui com a alma limpa e meu coração aberto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Se você, se você vir agora, que não está no governo, te sirvo até um café, não tem problema.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - (Ri.) Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É uma postura, é uma postura de mandato minha, não é nada lá.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Tá bom, doutor Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas eu queria é, é, saber disso exatamente, porque... o senhor sabe que o Samuel Rodovalho quebrou o telefone dele, né?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - É... eu, eu não sei. Eu vi aquele dia que ele falou alguma coisa nesse sentido.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E que, no telefone dele, a gente quebra, mas é possível buscar algumas mensagens.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor alguma vez fez, nesse pedido do Marcio pro senhor, o senhor... eu queria, eu queria explica... eu queria que o senhor explicasse mais. Eu estou dando uma oportunidade para o senhor falar a verdade aqui...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -... até porque, eu não quero que é vossa excelência, que está sob juramento, daqui a pouco, quando vir à tona outras partes que agora está no STJ, o senhor possa de alguma forma ter que se explicar de novo. Mas eu queria saber um pouco mais desse telefonema do Marcio pro senhor pedindo ajuda de alguém na Secretaria de Saúde, por favor. Esse telefonema...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - É, foi o que eu falei pro senhor, ele falou comigo, eu tentei ajudá-lo e, infelizmente, não foi possível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa eu perguntar uma coisa: esse telefonema foi... o senhor lembra quando é que foi? É importante essa, essa lembrança. *(O depoente acena negativamente com a cabeça.)*

Procure, procure.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Porque assim ó...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu, eu, posso tentar resgatar, mas eu realmente não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Aqui, ó, sabe... é... eu, eu, eu, eu vou dizer... eu, eu, eu tento acreditar em vocês, mas quando, quando as pessoas, todos os depoente chegam aqui e diz que: não lembro, não lembro. É complicado para nós, por quê? Porque nós estamos querendo esclarecer um fato e esse fato pode ser extremamente pro senhor colocar a, a, a sua imagem que é uma imagem, uma história fantástica, como o senhor disse, de associativismo, de empréstimo do seu trabalho para excelência em Santa Catarina.

Mas assim ó, eu só queria saber o seguinte: se esse telefonema, eu queria que o senhor, por favor, pudesse buscar no seu, no seu córtex, que é onde a gente guarda a memória, é, se o senhor pudesse buscar, se esse pedido do Márcio foi antes ou depois do dia 5 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - É, eu, realmente, não consigo falar isso pro senhor. Eu não lembro, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É, o senhor disse que teve várias mensagens e vários negócios com relação ao grupo. O senhor lembra quem participava desse grupo, todos os que participavam desse grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Nós quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só os quatro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não tinha outros fornecedores nesse grupo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, senhor, nesse grupo não tinha outros fornecedores, não tinha nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É... eu, eu, eu pensei que o senhor ia me ajudar lembrando dessa data. Esse é um ponto para mim crucial de eu saber se o senhor realmente nesse dia, perante a sociedade catarinense, está falando a verdade ou não.



Eu não tenho mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor me permite, senhores Deputados.

Eu queria entender, Amandio, como é que se criou o grupo de WhatsApp? Como é que vocês criaram o grupo? Qual foi a origem da criação desse grupo? Quem indicou quem?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Foi assim ó... quem, quem... foi o seguinte, eu vou repetir o que eu falei pro senhor, o Yuri me ligou que estava saindo do governo, que tinha uma oportunidade, eu chamei o Márcio, o Márcio chamou o Samuel e o Márcio criou o grupo, no dia 14 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, e o Márcio queria só criar essa ideia? O Márcio queria ter essa ideia de venda de Covid? Qual era o objetivo do Márcio de criar o grupo e chamar o Rodovalho? Eu não estou entendendo isso aí. É que tem que ter uma relação, sabe?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Era um negócio, Deputados, negócio privado. Não tem relação nenhuma com a iniciativa pública.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Negócio privado, vocês não queriam vender para o governo espécies?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não passou pela cabeça de vocês conversar pra vender para o governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não havia nenhum problema, você não estava no governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, não tinha nenhum problema.

Acho até que num momento nós aventamos de eventualmente vender para o governo, mas isso, essa ideia foi tirada logo de prática quando a gente viu que é, é, é a iniciativa privada aceitariam com muito mais facilidade essa ideia inovadora. Foi só isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Qual é o papel do Sandro? O Sandro faz o que especificamente lá no governo? Ele fazia o que no governo? Porque ele saiu... ele estava lá durante o problema da compra de respiradores, ele estava lá. O que ele fazia?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Ele tava, ele tava, ele tava na, na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Daí, o senhor trouxe ele para a Secretaria de...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, ele saiu, ele saiu, foi demitido do governo. Eu nunca na minha vida imaginei que iam me chamar para o governo. No dia 10, o Governador me chamou, dia 11 assumi. Chamei o Sandro porque é um cara íntegro, uma pessoa inteligentíssima e que podia me ajudar ali. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Relator, só...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Claro, claro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Amandio, o senhor conversou... aquele dia, o senhor disse que a conversa quando é que foi? Aquela conversa ali, que aparece ele na tela do *print* do senhor Sandro?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – 22.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22... de...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... de abril.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 22 de abril, mas o senhor disse que dia 11 e 12 de abril, o que que era, dia 11 e 12 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, ele me ligou dizendo que ia sair do governo e que tinha recebido uma, uma oferta de negócio da Coreia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas ele ligou pro senhor que dia, que ele disse que estava saindo do governo?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu acho que ali, pelo dia 11, 12, ele ligou pra mim, 11 eu acho que foi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 11.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Também não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, é, eu não tenho muita certeza disso também, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a conversa foi dia 22 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor tem como comprovar o dia dessa conversa, dia 22 de abril?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Tem, porque o senhor deve ter em mãos, aí, está aqui, na, nos laudos do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

Na verdade o senhor Sandro Yuri, quando ligou pro senhor, ainda estava nomeado. Ele foi...

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – É, eu não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele foi exonerado, ele foi exonerado no dia, a publicação foi no dia 8 de maio, mas com data retroativa ao dia 20 de abril. Então, quando ele ligou para o senhor, ainda ele estava no governo.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, então, eu não, realmente eu não lembro. Eu acho que, eu achei que ele já tinha saído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Eu quero comunicar a presença do Deputado Felipe Estevão.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência. (*Pausa.*) Não tem perguntas.

Com a palavra o Deputado Estadual Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Pois não, Deputado-Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Boa noite, senhores Deputados, boa noite, Amandio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu quero, Deputado Sargento Lima, nosso Presidente, Deputado Ivan Naatz e senhores Deputados.



Amandio, eu não sei se eu tive oportunidade de alguma vez conversar pessoalmente contigo, acho que não, não me lembro.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Infelizmente não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Mas quero dizer o seguinte, preciso dizer isso, porque é importante para lhe dizer o que eu penso depois.

Quando você chegou no governo, na Secretaria da Casa Civil, eu quero te dizer que lamento ter sido uma passagem curta. Eu não sei se foi com todos os Deputados, mas com alguns que eu conheci, é, o teu relacionamento foi importante, as tuas conversas foram importantes, ações que estavam paradas elas começaram a acontecer. E eu digo lamentável, não estou aqui criticando o Secretário anterior, cada um tem uma forma de trabalhar.

Isso que está acontecendo e que aconteceu com a compra dos duzentos respiradores, eu acho que é um mal e eu não sei quando que nós vamos cicatrizar essa, essa ferida. Isso para todos os catarinenses, porque se nós tínhamos um pensamento de fazer um investimento, que esse investimento viesse para ajudar na saúde das pessoas, ele não aconteceu. Aconteceu uma compra desastrosa, como alguns do próprio governo falam.

É, eu ouvi com atenção as perguntas dos meus colegas e ouvi também e vi as tuas respostas. Eu, eu não quero te perguntar nada. Eu quero apenas dizer o seguinte, Amandio, as coisas têm que ser esclarecidas e a nossa função na CPI, não tem outra função a não ser esclarecer esses fatos. Eu acho que faz bem para aqueles que às vezes estão sendo envolvidos e não têm culpa, e também vai fazer bem para aqueles que se envolveram e que precisam, e que precisam fazer a prestação de contas e responder pelo ato, pelo ato de inadimplência pelo menos que aconteceu.

Então a Justiça caminha, investiga, a CPI vai fazer todas as investigações que pode e, no fim, a verdade vai prevalecer.

Eu espero que você esteja falando a verdade, é, e que se você não deve que você não pague, que você não pague. Acho que é injusto quando uma pessoa não deve, pagar, mas nós temos que ter responsabilidade e que foi feita alguma coisa de errado, de negativo, as pessoas precisam ser responsabilizadas e todos os catarinenses precisam saber quem foi que foi o responsável de fazer esse negócio desastroso.

Era isso, senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito obrigado, senhor Presidente.

Boa noite, aos nobres Deputados, sempre fazendo um trabalho muito competente. Eu estava acompanhando aqui as perguntas e respostas, e dirimiu grande parte das dúvidas.

Eu só tenho uma pergunta ao senhor Amandio. Amandio, como é que foi a sua aproximação com o governo? Eu lembro que num momento de campanha, no segundo turno, o senhor participou da captação de recursos na eleição do senhor Governador Moisés. Eu acho que a sua chegada nesse grupo foi mais ou menos nessa época, seria ... se o senhor participou ativamente, se o senhor chegou a participar na captação de recursos, ali no segundo turno?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, não, não, não era esse o meu trabalho. Na verdade fiz um trabalho regional aqui, por amizade ao Lucas, que eu conhecia do Movimento Jovem Empresário. E, aí, não só eu, vários empresários aqui, se mobilizaram na região do Alto Vale. Foi apenas isso. Não foi nada muito significativo



de trabalho árduo, enfim. Até porque eu tinha a minha empresa, meus negócios. Não conhecia o Governador Moisés, não conhecia as pessoas que estavam ali, uma coisa muito superficial para falar bem a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Tudo bem. A gente foi informado, né, e eu acompanhei que segundo algumas informações o senhor tinha procurado o governador com alguns descontentamento, com algumas até, segundo informações, denúncias na Secretaria do senhor Lucas Esmeraldino e o senhor parece que não teve aquela receptividade do Governador. Isso procede?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - O senhor poderia repetir a pergunta, porque ela cortou, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, o senhor foi Secretário Adjunto da SDR, junto com Lucas.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Poderia repetir a pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Sim. Acho que o sinal está meio ruim. Consegue me compreender bem, aí? Será que foi restabelecido?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Agora, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor é, então Secretário Adjunto, tenho informações que o senhor procura o Governador Moisés, eu pude acompanhar, com certo descontentamento, até falando de algumas irregularidades na Secretaria do senhor Lucas Esmeraldino, e o senhor resolve então, segundo as informações, que não foi... não teve a receptividade que esperava nessas denúncias de irregularidades ou alguns desacordos de sua parte para com Lucas. Isso procede?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Não, Deputado, não Deputados. Nunca, nunca houve, Deputado, esse tipo de irregularidade, nunca tratei disso, até porque eu estava lá, né? Não, não, isso não procede, inclusive com perdão da palavra, nem tem nada a ver com o tema aqui. Mas não, não, não acontece, não aconteceu isso.

Eu procurei o Governador Moisés pra, pra comunicar que eu ia sair, porque eu achava que eu tinha feito o meu papel na parte executiva e eu estava cansado também, queria vir embora. Foi por isso. Não teve nada de, absolutamente nada, de irregularidade, absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - E o que lhe motivou pra voltar pro governo de repente assim, subitamente, num momento tão delicado?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Olha, Deputado, eu vou falar a verdade pro senhor, como eu sempre digo, é, independente das divergências de ideias que existem e elas são da democracia, a qualidade das pessoas que eu conheci no governo, elas me surpreenderam.

Eu sempre fui empresário e sempre fui um crítico do modelo de gestão pública no Brasil, mas eu confesso ao senhor que quando eu encontrei a qualidade técnica, não só das pessoas do primeiro escalão, mas o funcionalismo público de Santa Catarina é um funcionalismo que... me conquistou meu coração, porque são pessoas altamente capacitadas, que fazem projetos maravilhosos - e não é só desse governo, não, Deputado Felipe Estevão -, a gente tem que reconhecer o que passou. Se Santa Catarina é o que é porque os outros governos também construíam coisas muito importante e a gente tem que respeitar quem passou. O Governador Raimundo Colombo, Luiz Henrique, Eduardo Pinho Moreira, Esperidião Amin, que foi um governos sensacional, eu lembro da minha infância. Eu tenho um apreço muito grande pelo Senador Esperidião Amin, nunca tive oportunidade de conversar com ele. Mas assim, o Estado de Santa Catarina só é o que é



pelo seu povo, pelo povo trabalhador, pelas empresas, mas pelo funcionalismo público. Tem muita gente boa no funcionalismo público.

Eu fiquei muito surpreso positivamente encontrando gente na Saúde, na, na, na, na, segurança pública, sabe. Me partiu o coração, sexta-feira, quando eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Amandio, ao final das perguntas será oferecido ao senhor um tempo para as breves considerações finais do senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah, o.k., tá bom. Tudo bem, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Me permite, Deputado Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tem liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amandio, eu confesso que estou aqui vendo você falar e nós estamos todos aqui, experientes, Deputado Cobalchini já foi Secretário, nós temos o Deputado Kennedy Nunes que já está aqui pelo quarto mandato, o Deputado Sopelsa, o Fabiano já foi Prefeito, eu já fui Vereador na minha cidade. *[Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

Nós todos aqui tivemos e temos experiência política, né, atividade política. E eu confesso que não consigo compreender, sinceramente, essa parte das pessoas que vêm aqui, que são do governo, que tentam... à medida que você pergunta pro agente político qual foi, efetivamente, a participação do Governador – eu não estou falando da participação do Governador na compra dos equipamentos, eu não estou dizendo que o Governador comprou, que o Governador mandou comprar, que o Governador mandou pagar, não é isso que eu estou dizendo, tá.

Eu estou dizendo o seguinte: que o Governador não conversou com ninguém sobre isso, não conversou com o Chefe da Casa Civil sobre isso, não conversou com o Controlador sobre isso, não conversou com os Secretários que passaram por aqui sobre isso. O Governador não conversou com o Helton, o Governador não conversou com ninguém. Porque essa é uma defesa muito perigosa, essa é uma linha de defesa muito perigosa, porque nós sabemos que no Direito Administrativo é obrigado a fazer. O Direito Administrativo não tolera a omissão, o Direito Administrativo não tolera o silêncio.

O Direito Administrativo exige a ação, exige atividade, exige participação. Nós, aqui na Assembleia Legislativa, hoje, tivemos uma discussão aqui, que o governo não avança a reforma da Previdência, o governo não vem conversar com a Assembleia. A gente sabe que este é um governo que tem dificuldades, você mesmo falou aqui que é um governo desgastado, mas eu não consigo compreender, e você tem que deixar claro isso para os catarinenses, o Governador nunca conversou, porque se você disser que o Governador nunca conversou com o novo Chefe da Casa Civil pela compra desses equipamentos, pela perda desse dinheiro, pelo desastre que foi essa compra, eu vou julgar que o governador é omissor, e a omissão, vou repetir, é fonte de responsabilidade.

Então, eu quero te perguntar de novo: tu chegou na Casa Civil, Douglas Borba preso, não falou com ele sobre essa compra, não conversou sobre esses respiradores? Não falou sobre o processo da Covid, não falou nada sobre isso?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Deputado, eu vou repetir o que eu falei: isso não é da minha competência, era do passado e eu só quis olhar pra frente e fazer o que precisa ser feito, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom. Então, com todo o respeito, tu falaste que tu não tens atividade, não tem relacionamento com a vida



pública, eu acho até que foi bom que você saiu do governo, foi bom pra ti e foi bom para o governo também, foi bom para Santa Catarina, porque a gente precisa no governo gente que tenha atitude.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não é o que me dizem, Deputado, mas tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas tudo bem. Eu lamento, profundamente, que a tese seja sempre de proteger o Governador, proteger a omissão, proteger aquele que a gente quer que tenha ação, atitude. A casa estava pegando fogo, qual foi a ação do governo? Salvar os idosos, recolher os quadros históricos que estavam na parede, tirar as crianças que estavam no 3º andar? Qual foi a ação que o governo teve? O senhor veio para a Casa Civil para ter essa ação, e aí não aconteceu nada, não conversou sobre nada.

Então, Santa Catarina acho que está muito triste com o depoimento de vossa excelência.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, eu vou caminhar para a conclusão. Amandio, o senhor rasga elogios aí para alguns integrantes do governo, mas, no entanto, o povo catarinense vê um desgoverno, não há Hospitais de Campanha, não há um sequer, agora, no agravamento da crise. Vários especialistas falam que foi queimada a largada. Esses kits de testes não chegam, as Prefeituras estão remando sozinhas, é um nível de incompetência alarmante nunca visto na história, sem precedentes. Os leitos de UTI não há transparência, esse atual Secretário não fala onde estão esses leitos de UTI, uma desinformação, omitem, escondem.

Dentro dessa sua passagem pela Casa Civil, o que faltou para ter essa efetividade nessas emendas, por exemplo, que passavam pela sua mão, e a gente suplicou, inclusive eu liguei pro senhor e a sua secretária Débora (*o depoente faz que não com a cabeça*) disse que o senhor não me atenderia porque tinha ordem do Governador que não nos atendesse.

Então, até onde a população... mas tinha uma secretária sua, Débora, que falou para o Prefeito de Treze de Maio, da Amurel, quando nós tínhamos uma reunião pra dar celeridade nessas emendas, até onde esse rancorzinho, essa infantilidade governou ali essa sua passagem, não sei se por sua parte, pelo que eu vejo você seguia ordens do senhor Carlos Moisés.

Mas eu queria que você comentasse sobre isso, porque a gente fica abismado, a gente é questionado todos os dias, e, no entanto, ver essa inanição, essa apatia num momento tão caótico do Estado catarinense.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Olha, Deputado, nós conversamos por algumas vezes, o senhor sabe o respeito que eu tenho pelo senhor, né, o senhor é um jovem promissor e acho que vai bem, é. Mas me permita discordar, né, assim, os números de Santa Catarina no Covid, independente da minha passagem, porque eu realmente passei com muita velocidade lá, temos exatamente o contrário, que Santa Catarina vai muito bem comparado aos outros Estados.

E eu não estou fazendo defesa de governo. Eu estou falando aqui, Deputado, com todo o respeito, como um cidadão, né? A população catarinense está assustada, está acuada. As pessoas estão perdendo emprego, as empresas estão fechando, né, mas os números de Santa Catarina por si só apontam que nós, efetivamente, tivemos um bom resultado nesse aspecto.



Eu só queria dizer uma coisa para o senhor, de verdade, assim, é, eu procurei todos os Deputados, sem nenhuma, sem nenhuma diferença partidária, e se alguém falou isso para o senhor, eu quero pedir perdão para o senhor aqui, publicamente, porque 1º que a minha secretária não se chama Débora, né; e 2º que eu jamais, jamais fiz isso.

O senhor mesmo é prova que, no evento do Sul, eu liguei pro senhor eu o convidei para que o senhor participasse, mesmo sabendo das dificuldades políticas e tal. Então assim, o senhor é prova disso, mas enfim, é a vida, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, senhor Presidente, me considero satisfeito e lhe volto a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Amandio, muito boa-tarde.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Amandio, uma das características da Comissão Parlamentar de Inquérito é que ela é política. Então eu vou focar nos acontecimentos políticos, que pra mim são extremamente importantes e pertinentes que sejam levantados. Antes do retorno do senhor ao Executivo, quando o senhor assumiu como Chefe da Casa Civil, uma das primeiras missões do senhor ali, que foi largamente comunicada pela mídia, é que o senhor teria a missão de reconstruir novamente um contato mais eficiente entre o governo do Estado e a Assembleia. Isso foi comunicado. O senhor confirma isso, se essa foi uma das missões do senhor?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR - Sim, senhor, sim, senhor. Uma das.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Uma das.

Eu não vou esconder de ninguém aqui, e não querendo ir na esteira de outros Deputados, que quando foi anunciado que o senhor estaria indo aos gabinetes dos Deputados, devido a minha larga experiência profissional e aos atos que vinham acontecendo, eu proibi o meu gabinete de atender o telefone do governo do Estado e de atender pessoas que viessem do Executivo naquele momento, porque eu considerava, muitas vezes, que havia a possibilidade muito grande de a gente acabar caindo num programa chamado Guardião.

Então, eu já, mais ou menos, calculava que isso podia acontecer. Então, pra salvaguardar o meu mandato, foi essa providência que eu tomei. Quando o senhor assumiu já estava em andamento nesta Casa a CPI, a Comissão Parlamentar que investiga a celebração do contrato com a Veigamed, e naquela época já tinha pedidos de *impeachment* entregues a esta Casa. Então, eu tomei esse cuidado. Não é nada pessoal com o senhor, gostaria de deixar isso muitíssimo claro, até porque eu não o conhecia.

O convite para ser Secretário da Casa Civil, essa é uma das minhas perguntas. O convite para ser Chefe da Casa Civil, no meu entendimento, dentro do Executivo um cargo tão importante quanto o do Governador, o senhor disse...e eu não me atenho aos fatos daquilo que está no processo, porque do processo a gente pode simplesmente ler e não precisaria da presença do senhor aqui. O senhor disse: eu não conhecia o Governador Carlos Moisés, só fiquei sabendo, conhecendo o trabalho dele depois que que comecei a acompanhar de perto o trabalho dele na função que eu exercia. E também o senhor disse aqui, na noite de hoje, que nunca imaginou - olha as 2 declarações do senhor: eu não conhecia o Governador e eu nunca imaginei que seria Chefe da Casa Civil.



Então, como que se deu a chegada do senhor lá? Alguém ligou pro senhor e falou assim: olha, vem aqui ser Chefe da Casa Civil, vem ser Secretário, como que se deu isso aí, alguém que nunca imaginou sê-lo e, muito menos, não conhecia o Governador?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu recebi no domingo ao meio-dia a ligação... *(Falha na transmissão da videoconferência.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que o senhor vai ter que repetir a pergunta.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu quero fazer um registro, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Você poderia repetir? Porque chegou truncado aqui o áudio.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, eu ouvi, eu ouvi o que o senhor falou. Posso, posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Ah tá. Quando eu disse que não conhecia o Governador, senhor Deputado, era da época da campanha, certo? Eu conheci o Governador quando fui Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, junto com o Esmeraldino. Ali eu o conheci, não o tempo inteiro, porque não é uma coisa pra tempo inteiro, mas eu... *(falha na transmissão da videoconferência)* ...estava sendo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, não tinha proximidade, realmente, com o Governador, é isso.

E com relação ao convite que o senhor me falou, eu... no Dia das Mães, que eu estou com a minha mãe, em Ituporanga, que eu já falei que ela não está bem, eu recebi uma ligação do Chefe da, da, do, do Coronel Márcio Ferreira, pedindo que eu...urgente, ir naquele dia, à noite, para Florianópolis que ele gostaria de falar comigo. Eu fui na casa dele, conversei com ele e ele depois me pediu pra, pra, pra, pra que eu pudesse ir lá na Casa da Agrônômica porque o Governador queria falar comigo. Foi nestes termos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Que tipo de envolvimento, amizade ou conhecimento que o senhor tem com o Cris Esmeraldino, não o Lucas?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Eu, eu conheci o Cris também na época da campanha, porque o Lucas eu conhecia antes, não, não sabia. E a gente ficou amigo ali, na campanha, durante um tempo, e depois que eu saí do governo nós não falamos mais, agora voltamos a falar um pouco quando eu voltei. Mas o Cris tem uma corrida, é empresário, é, eu conheci o Cris como irmão do Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Amandio, o senhor ressaltou a qualidade do trabalho prestado, do serviço prestado pela equipe Carlos Moisés, porque é uma equipe, o Governador e seus Secretários. Eu acredito que seja. Nós conversamos aqui, já deram depoimentos aqui o Helton Zeferino, o Douglas Borba, o Luiz Felipe e o André Motta. Nos falta falar ainda com o Governador Carlos Moisés, que só vai se manifestar com a gente ali através de um questionário, segundo ele. Agora não mais porque ascendeu ao STJ e já não é mais uma atribuição nossa, mas eu acredito que retorne tão cedo isso aí para as nossas atribuições.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Subiu foi o inquérito.")

Subiu foi o inquérito, muito bem lembrado aqui pelo Relator.

Nessa época em que o senhor assumiu como Chefe da Casa Civil, o Brasil, Santa Catarina, Florianópolis e todos os Municípios, a grande vedete, o objeto de desejo, o objeto mais fervoroso de desejo, até pra poder capitanear os recursos que vinham de



origem federal, era o respirador, sem o qual o Município não recebe os recursos federais. Todo mundo quer um respirador, todo Município quer um respirador, todo Estado queria um respirador. Isso é um fato.

O Helton não conversou com o Governador, que era o Secretário de Saúde. O senhor disse que não conversou com esse assunto. O Luiz Felipe, que é o Controlador, não conversou com esse assunto. O Douglas Borba, na época o Chefe da Casa Civil, o Secretário da Casa Civil, não conversou; e nem o senhor. O senhor consegue entender como isso dificulta o nosso trabalho? Conversar com pessoas que estavam diretamente ligadas com a compra, com a implantação do projeto, porque quando se compra um respirador, ele tem que vir acompanhado de todos os cuidados.

Nós escutamos médicos e técnicos aqui, ele tem que planejar onde vai ser colocado esse respirador, ele tem que contratar uma equipe técnica, o sujeito para treinar o médico e o enfermeiro que vai utilizar. É todo um esquema muito grande de logística que tem que ser enfrentado com isso. Mais os Prefeitos de todos os Municípios fazendo das tripas coração pra conseguir o dito respirador, pra continuar extorquindo o governo federal para poder receber as verbas. E todos num empenho muito grande de trabalhar e esticar essa curva o máximo possível, né, até próximo ali. Agora não tem mais a necessidade, porque as eleições municipais foram para novembro, agora não tem mais tanta necessidade de esticar ainda mais essa curva.

O senhor não tem algo para falar assim: olha, Deputado Sargento Lima, nós tínhamos um norte para trabalhar, essas pessoas se conversavam entre si, foi feito um planejamento estratégico. E a minha pergunta é simplesmente essa mesma: onde que está a qualidade de uma equipe que não conversou, as únicas pessoas no mundo que não conversaram sobre a Covid-19 foi a equipe de governo. Nem o Douglas com o Luiz, nem o Luiz com o André Motta. O André Motta diz que nunca conversou com o Helton. As únicas pessoas nesse planeta que não falaram sobre o Covid-19, todo mundo conversou sobre isso, foram vocês.

Eu quero saber onde que está a qualidade que o senhor ficou maravilhado vendo ali nesse trabalho de combate à pandemia. É a minha única pergunta, onde que está a qualidade ali?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Deputado, eu não posso fazer juízo de valores, eu fiquei ali tão pouco tempo, né, 1 mês e meio, né, mas eu, eu volto a dizer senhor: assim, eu conheci muitas pessoas formidáveis ali nesses 45 dias. Os números que apontam são números importantes comparando Santa Catarina com os demais Estados do Brasil, certo? Eu tenho muito respeito por essas pessoas, é, eu conheci muitas pessoas, não só de primeiro escalão, que estão muito angustiadas lá na área da Saúde, principalmente quem trabalha dezoito, vinte horas por dia, até porque a gente, às vezes, a gente se acostuma a falar só do Secretário, Secretário Adjunto, mas assim, pessoas é, é, é, é, que, que assim, que trabalham arduamente, né?

Eu acho que, como eu falei pro senhor, assim, eu respeito o Parlamento, eu gostei de vivenciar, conheci o Deputado Julio Garcia e conheci vários Deputados, mas, assim, tem coisas que também não podem se deixadas de ser faladas. Eu não, eu não sou mais do governo, eu sou um cidadão catarinense agora, mas, assim, foram pagos os 700 milhões da Saúde, né, foi, tinha um, um déficit, tem um superávit primário do governo. Então, tem coisas boas. Eu, eu, me refiro aqui ao Secretário Tasca, um homem da Administração, um cara bom, um excelente profissional. Tem alguns problemas, como em todo governo tem, como em toda empresa tem? Tem, mas não é só problema, tem muita coisa boa também, Deputado, sabe?

Mas assim, eu também não quero ficar fazendo defesa aqui como se eu tivesse do governo, eu respeito o senhor. Eu, eu digo pro senhor o seguinte: assim, eu vejo o



quanto o Presidente da República, que eu sou eleitor e que eu gosto, sofre também com essas coisas, né? O senhor veja o, o, o, o Presidente Jair Bolsonaro, que é uma pessoa está enfrentando tudo e a todos para mudar a condição do Brasil. Olha o quanto Jair Bolsonaro sofre também com essa condição. Mas a gente não pode achar que tudo é uma porcaria, ah, e que não funciona. Essa é a minha opinião, agora como cidadão falando. Enfim, é o que eu tinha pra dizer, Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fico muitíssimo agradecido, o senhor já fez as considerações finais do senhor? Algo mais a acrescentar que possa colaborar?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Não, eu só queria agradecer a... posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Só queria agradecer a gentileza de poder ter me atendido via *web*, eu acho que não muda nada, né, reiterar a valor... valorizar o funcionalismo público de Santa Catarina, independente de qual governo ele pertença, né? Eu acho que a gente precisa pensar em Santa Catarina, a Assembleia tem um papel importante nesse aspecto, quem sabe montar uma comissão também no sentido de voltar que, que, que essa, que alguma comissão, até anotei aqui, a Alesc com os outros Poderes, né, o movimento de uma construção de um novo momento da sociedade.

Eu, eu, eu estou aqui também como...eu sei que o senhor frequenta as ruas, o senhor é um representante do povo, como os seus colegas, o povo está entristecido, está com medo e precisa de luz, e quem está no poder, a Assembleia Legislativa e todos os outros Poderes constituídos podem ajudar nisso.

Eu quero agradecer muito ao senhor e a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu que agradeço.

Só para finalizar, quando, em alguma reunião que o senhor fez com o Governador, em alguma reunião que o senhor fez com o Governador foi pedido pra alguém deixar o celular na porta pra e era proibida a entrada durante a reunião portando aparelho celular ou gravador? O senhor se lembra disso? Aconteceu isso alguma vez?

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Uma, uma, uma ou duas vezes aconteceu, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. AMANDIO JOÃO DA SILVA JÚNIOR – Um grande abraço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, fico agradecido pela participação do senhor.

Vamos fazer um intervalo de cinco minutos e, posteriormente, ouviremos a próxima testemunha.

(O senhor Amandio João da Silva Júnior e o seu advogado desconectam-se da videoconferência.)

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Senhores Deputados, dando início novamente a nossa reunião, solicito à assessoria que conduza a este ambiente a testemunha, o senhor Frederico Tadeu da Silva.

(O depoente Frederico Tadeu da Silva adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Muito boa noite, senhor Frederico.



O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode se aproximar bem do microfone. Se quiser retirar a máscara, fique à vontade, devido ao distanciamento.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos ver como é que fica o nosso áudio.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente na noite de hoje?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito a permanecer calado se assim considerar necessário, porém é necessário que o senhor expresse a sua vontade falando; prefiro não responder ou prefiro permanecer calado.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque o silêncio não é indicativo de resposta. Para que a gente possa fazer o registro, eu gostaria que o senhor dissesse o nome completo do senhor, data de nascimento, endereço completo, local onde trabalha e profissão.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Meu nome é Frederico Tadeu da Silva, nasci em 1º/11/1978, meu endereço é rua Fernando Ferreira de Melo 172, apartamento 301, bloco b, Bom Abrigo, Florianópolis. É, eu sou servidor público do Estado de Santa Catarina na Secretaria de Estado da Saúde, no cargo de analista técnico em Gestão e Promoção de Saúde, e atualmente exerço, estou designado pro cargo de coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Controlador de?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. O senhor está acompanhado de advogados.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Frederico. Quer retirar a máscara para conversar com a gente?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É melhor, porque daí a gente pode te olhar melhor, né, Santa Catarina também pode te conhecer melhor também.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sempre que a gente convida os servidores pra vir aqui na CPI, e principalmente os servidores, assim, que não têm os cargos de confiança específicos, né, como secretários e diretores, a gente



colhe muita coisa boa, acaba colhendo dos servidores muita informação importante. A Débora Brum esteve aqui e contribuiu significativamente para a CPI. Outras colegas, outros servidores que passaram por aqui trouxeram conversas de WhatsApp, coisas que estão esclarecendo, fundamentalmente, esse processo.

Tem muita coisa que está acontecendo dentro da CPI que não se resumem às conversas que a gente tem aqui com as testemunhas. Essas conversas que a gente tem com as testemunhas é só uma parte do processo, porque delas derivam outras informações que acabam criando a conclusão que a gente busca chegar aqui, que são, efetivamente, aqueles que participaram desse processo.

Então, Frederico, acho importante a sua presença aqui, acho que você pode ajudar muito a CPI, né. Qual é o trabalho específico do coordenador de Controle Interno e da Ouvidoria, qual é o teu trabalho específico?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, eu tenho subordinado a minha, a minha pessoa 2 setores, né, Controle Interno e Ouvidoria. A Ouvidoria, ela é responsável por receber a manifestação, manifestações dos cidadãos com relação aos diversos serviços prestados, é, no âmbito do, da Saúde de Santa Catarina. E o Controle Interno, ele, é, monitora, acompanha tudo, todos os atos administrativos, né, a partir do planejamento anual de atividades e os seus programas de trabalho e, e das atividades da Secretaria da Saúde, exceto aquilo que é, é questão finalística, no caso, que é Auditoria Médica, que tem uma Coordenadoria da Auditoria Médica, né?

Então, nós emitimos pareceres de controle interno com relação a recursos antecipados, convênios, etc. Nós emitimos parecer de controle interno de atos de admissão de pessoal, nós fazemos monitoramento da folha de pagamento, nós fazemos, ah, lembrar mais alguma coisa, é, serviços relacionados à patrimônio e outras visitas técnicas às unidades, sempre, é, no sentido de auxiliar o gestor para otimizar os processos e a melhoria dos trabalhos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Certo.

Neste processo de pandemia que foi instalado, onde se instalou o Decreto Emergencial, do dia 22 em diante, qual foi o teu procedimento, qual foi o teu trabalho específico? Continuou trabalhando normalmente ou você teve participação direta desses processos de compra? Eu tenho uma lista de equipamentos, produtos que entraram no rol de compras emergenciais, todos relacionados à Covid, aproximadamente 17 itens que foram relacionados, essenciais para a compra, para o processo emergencial de combate à Covid.

Eu te pergunto o seguinte: desses processos, você participou deles?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, o Controle Interno ele não participa desse processo de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E, especificamente, na certificação de notas, na autorização de pagamento, o Controle Interno não faz o controle específico dos processos, dos procedimentos?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, o Controle Interno ele não atua porque, devido ao princípio da segregação de funções, quem executa não controla e quem controla não executa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sim, pode continuar.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, todo o processo, ele tem a parte de execução, onde estão...são as áreas de compras e licitações, edital, todos os processos, é, percorrem esse caminho, né, e o Controle Interno, é, de alguma forma, é,



se previsto no programa de trabalho, se por amostragem, etc., ele monitora e acompanha esses, esses atos, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Certo. E a compra dos respiradores, qual foi a atuação nos respiradores, naquele processo lá da compra dos respiradores, qual foi a tua atuação?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Então, nós soubemos desse processo quando saiu na mídia, né, dia 28 de abril, a partir daquilo ali a gente já viu que outros procedimentos de controle já tinham sido adotados, duas sindicâncias administrativas, um processo de investigação preliminar, lá pela CGE, que é o órgão central de Controle Interno, as investigações com relação à Delegacia de Polícia Civil, Gaeco, força-tarefa.

Então, o Controle Interno da Secretaria, naquele momento ele não tinha, não tinha o que fazer mais naquele momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então vocês atuam só para enterrar o caixão?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não, na verdade o que acontece? O nosso trabalho, com relação às dispensas de licitação, ele inicia a partir da publicação do edital da DL no Diário Oficial. Aliás, desculpe, a publicação da DL no Diário Oficial, e esse fato não ocorreu para esse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E dentro da Secretaria, onde é que tu trabalhas, onde é que é a tua sala?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - No 4º andar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - 4º andar. Lá trabalham, tinha contato com...tu ouviu falar da compra dos respiradores, do processo de compra?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Só a partir do dia 28.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Antes disso ninguém conversou?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não, ninguém conversou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então tá. E tu também não sabia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Qual é o procedimento correto para a compra? Tu conheces o processo de licitação, conhece o processo, esse processo na compra direta, tu conheces ele, verificou, olhou lá no site, está aberto, todo mundo pode ver, tu conheces ele?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - É, o processo de licitação, de compras tem vários...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Esse, especificamente, dos respiradores?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Eu não sei lhe dizer porque eu não...nós não verificamos o processo posteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas você não foi olhar ele?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não, nós soubemos que, a partir do momento que saiu na imprensa, que já tinham todas essas investigações acontecendo, então o Controle Interno, ele não continua fazendo, não tem por que ele fazer mais alguma coisa se já foram feitas outras, entende? Inclusive pelo órgão setorial, que foi a CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, e você acompanhou isso, olhou? Tem acesso a esse processo, você teve curiosidade de olhar?



O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tive curiosidade de olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Dentro da Secretaria, lá, depois que estourou, dia 28.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Estourou o processo, estourou a compra, saiu no Intercept, foi feito o pagamento antecipado. Depois disso tu conversou com o Secretário André Motta, foi feita alguma reunião com o Helton Zeferino?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Com vocês sobre isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não seria prudente conversar com a Controladoria, com o Controle Interno sobre esse processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Aí eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas você é o Controlador, você tem que saber. Eu não sou o Controlador, eu sou Deputado, eu não sei. Eu preciso que você diga se era procedimento correto conversar com vocês, da Controladoria Interna, sobre esse processo.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, cabe ao gestor se ele quer conversar ou não com a Controladoria, até porque outras instâncias já estavam envolvidas neste processo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou repetir a pergunta então.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Frederico, eu quero saber na tua opinião, para isso que você está aqui, pra conversar conosco.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber na tua opinião. A conversa, você acha que o Secretário, quando estourou aquilo, o Secretário Helton era o Secretário ainda, depois veio o André Motta. Tinha Superintendente, estava ali a Márcia, todas as pessoas que estavam envolvidas na compra direta desses equipamentos. Era recomendável que te procurassem para conversar sobre o que aconteceu, quais foram as falhas que aconteceram?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É como eu lhe disse, Deputado, eu não sei se era recomendável ou não. O órgão de Controle Interno, o Controle Interno, ele tem uma hierarquia, temos o órgão central e eu represento o órgão setorial. Se estava tratando já no órgão central, eu não entendo porque que teria que passar pelo Controle Interno novamente ou alguma... a, as, aquilo que deveria ser feito, por exemplo, 2 sindicâncias internas em instrução preliminar, etc., estavam já caminhando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas já é o Controle Interno da Secretaria da Saúde, eu estou aqui, como Deputado, e os catarinenses estão olhando, assim, eu acredito que o Controle Interno é para controlar os problemas que tem internamente. Surgiu um problema; aliás, surgiram vários problemas, já foram identificados 14, 15, 16 problemas. Surgiu um problema, na minha interpretação eu acredito que Controle Interno deveria ser comunicado para dizer assim: oh, pessoal, aconteceram esses problemas. O que aconteceu, de fato, o que a gente tem que fazer? Onde é que a gente errou? Como é que vamos corrigir? Eu acredito que deveria ser assim. Não é assim?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nesse caso, não foi.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E por que não foi?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor acredita que alguém quis proteger alguém, que alguém quis esconder alguma coisa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Isso também não posso lhe afirmar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é servidor de carreira?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Sou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então está tranquilo pra falar com a gente aqui. *[Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não, eu tô tranquilo, mas... realmente, essa pergunta é... não me cabe, porque... se deveria ter sido informado o Controle Interno. Se saiu na mídia, teoricamente todo mundo tem acesso, né, inclusive o Controle Interno. Agora, não... Só quero frisar que no momento que nós soubemos não tinha mais o que fazer, né? As ati... as, as formas que, que foram feitas, como a... desculpa eu ser repetitivo, duas sindicâncias investigativas internas na Secretaria, uma é... investigação preliminar pela CGE, força-tarefa, etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pois é, mas... Frederico, você já repetiu isso quatro ou cinco vezes.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - É, eu só quero reforçar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que é assim, saiu a Instrução Normativa 01 da Secretaria da Administração, saíram várias portarias, saiu a Instrução Normativa 06 da Controladoria-Geral da União, saiu uma diretriz no dia 2 de abril, se não me engano, da Controladoria-Geral do Estado a respeito das compras emergenciais da Covid. O governo foi editando regras, normas, foi mudando a lei. O senhor foi acompanhando isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Nós acompanhamos, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá. Acompanhou e daí, fez o quê?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Como... como é que eu posso dizer pro senhor? Nós trabalhamos, como eu falei, pelo planejamento e pelo... pelos programas de trabalho que a gente estabelece durante o ano, né? É... no caso específico do... do caso dos respiradores, dessa compra, é... não estava no nosso Radar porque não foi publicada a DL no Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Era obrigatório publicar essa...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Geralmente todas as DLs são públicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Está na recomendação, né? Tá na recomendação.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - É recomendado, é recomendado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não foi... O senhor acredita por que não foi publicada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não... O senhor, como controlador interno, acredita que eles, por exemplo, quisessem esconder isso de alguém?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA - Olha, eu taria...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não seria uma forma de esconder o processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, eu taria sendo leviano se eu falar alguma coisa nesse sentido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor tem... O senhor pode falar, eu estou perguntando pro senhor...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu quero que o senhor diga o que o senhor acredita. O senhor é o controlador!

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, eu sou o coordenador de Controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é pago por Santa Catarina pra ser o controlador, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí eu acredito isso... Às vezes as pessoas dizem que os Deputados são meio duros com as testemunhas. Mas só que a gente se vê numa situação muito complicada...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...porque o senhor é o controlador. Aí tem um processo que precisava da intervenção da Controladoria e o senhor não fez nada. Ah, mas é porque já tinham outros órgãos intervindo. Isso não fecha muito bem, entende? Parece que vocês falaram: ah, isso não é problema meu, isso é problema dos outros. Mas o senhor é o controlador, é problema seu, ou não é?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei pro senhor, quando nós soubemos desse processo já tinham deflagradas outras é... investigações, então o Controle Interno da Secretaria ele não tinha como atuar, era intempestiva, entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Daí acabou o processo, vocês ficaram sabendo do problema, já entendi. O senhor ficou sabendo do problema, não foram entregues os respiradores, tentaram trocar os equipamentos... O senhor soube disso, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, pela imprensa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual foi o papel do senhor, específico, depois que isso apareceu?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hum, nós não temos outro papel. As investigações estão acontecendo, as sindicâncias estão ocorrendo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria Interna da Saúde não fez nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então, já tavam sendo feitos os procedimentos que deveriam ser feitos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nenhum procedimento interno, nada? Nem uma portaria? Nada, nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Mas é que não precisa, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na visão do senhor não precisa. Na minha, precisa.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Né, eu acho que a Controladoria é paga pra poder criar sugestões, criar mecanismos, criar estrutura, investigar o que aconteceu. Oh, pessoal, pelo amor de Deus, isso aqui tá errado! As propostas não tinham nem endereço, o parecer jurídico do procurador é um absurdo,



estavam certificando nota fiscal do dia 30 de um produto que ia ser entregue dia 5. Sabe, essas coisas são absurdas! E o senhor é o controlador. O senhor... nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Vou tornar a repetir pro senhor, a sindicância administrativa, né, investigativa, as duas foram feitas.

O que que nós é... faríamos? Nós indicariamos para o Secretário a adoção de... dessas providências, mas já tinham sido tomadas, entende? Então não teria como eu, controlador, né, responsável pelo Controle Interno, que controlador eu acho um termo meio complicado, porque são duas áreas que eu... que eu coordeno, né, não é só Controle Interno, é Ouvidoria também, é... no sentido de que... ah, não, vamos fazer mais uma sindicância. Não tem por que, entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi ouvido pela sindicância que o governo promoveu?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não fui. Não, não fui ouvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe lá da Secretaria quem foi ouvido?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei. Nós temos na Secretaria também uma Corregedoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse processo de controle interno da compra dos respiradores, então, de verdade, a Controladoria... Oh, tem outro órgão investigando, não precisamos fazer nada.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – O Controle Interno da Secretaria da Saúde ele não atuou nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse não, eu estou falando... depois que isso surgiu: ah, já tem outra empresa fiscalizando, já tem duas sindicâncias, já tem uma CPI, já tem o Ministério Público, nós não precisamos fazer mais nada. É isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Foi o que nós fizemos. Não, não teria por que fazer mais alguma coisa, diante de todas as investigações que a gente tava (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Conhece a Márcia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Márcia disse que eles usavam senhas dela pra alterar documento, tirar documento, acrescentar documentos em dois processos.

A Débora Brum veio aqui e disse que as senhas são intransferíveis, pessoais e intransferíveis, que elas são... existe um processo, um procedimento de letrinhas que é possível um servidor movimentar, mas existem outros, tipo a certificação de notas, que é intransferível, só a pessoa pode fazer.

O senhor conhece esse procedimento?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, Deputado, é... eu... eu não trabalho com o Sigef, nós trabalhamos com o SGPE, né, o acompanhamento que nós fazemos é pelo Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico, então não saberia lhe dizer se dá pra botar processo de um lado pro outro. Realmente, tecnicamente eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá na Controladoria nunca... vocês nunca se preocuparam em ver que as pessoas podem trocar, tirar um documento e botar outro em nome de outra pessoa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, nunca percebemos isso aí e nunca verificamos essa... essa prática, pelo menos nos processos que lá, que são



bastante processos que passam por lá. Por exemplo, nós damos parecer em prestações de contas de convênios, ano passado foram mais de quatrocentos, e sem problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Há quanto tempo o senhor é o controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu sou... eu desempenho essa função, né, eu sou designado a partir de 1º de agosto de 2019.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então tinha bastante conhecimento?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, vai fazer um ano que eu tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Chegando agora, em abril... Em abril, quando teve a compra que deu problema, o senhor já era uma pessoa treinada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu já atuo no Controle Interno desde 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando começou esse processo de pandemia, comprar, o senhor estava trabalhando onde, na Secretaria?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu sempre fiquei na Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não foi lá pro Coes?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, o governo tem um problema, né, e dificulta a gente. Ninguém viu nada, ninguém sabe nada, ninguém participou de nada, ninguém acompanhou nada. Aí complica, né? Complica pra qualquer... as pessoas que estão acompanhando a gente aqui, eu, como Deputado, fico abismado, né?

Se fosse na minha empresa... Eu tenho uma empresa, uma administradora de bens, tenho um escritório de advocacia, se acontecesse um negócio deste, eu ia perguntar: doutora, fulano, o que aconteceu aí? Não, aconteceu isso, isso, isso e aquilo. Na iniciativa privada qualquer pessoa saberia explicar o que aconteceu, qualquer pessoa, em qualquer empresa. Se numa lavagem de carro tivesse sumido o tapete do carro... oh, eu não lavei o carro, quem lavou foi o João, o João levou o carro lá, o responsável é o João, o João que pegou o tapete. Se o tapete sumiu, é o João que é o culpado. Eu estou falando de uma lavagem de carro, que tem três, quatro pessoas. E dentro do governo vocês não se preocuparam com nada disso, de identificar, de tentar ajudar? Vocês (*ininteligível*) tentar ajudar quem foi o responsável, verificar, folhear o processo? Olha, eu vou lá verificar pra ver o que aconteceu?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É como eu falei pro senhor, né, já, já tinham deflagrado outras investigações, né, não tinha o que o Controle Interno fazer. Nós atuamos na parte de conformidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Boa tarde, senhor Frederico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O que a gente está vendo, antes de fazer algumas perguntas, Presidente Sargento Lima, Relator, Deputado Ivan, Deputado Kennedy, Deputado Fabiano – infelizmente o Sopelsa não está conectado devido ao evento de Concórdia –, mas o que a gente percebe aqui é o



seguinte: total... Eu não sei o que os órgãos de controle... O órgão de controle, Deputado Ivan, é o próprio... como se fosse o Ministério Público dentro da Prefeitura, dentro de uma Secretaria de Estado, senão não faz sentido. Como que o órgão de controle é o último a saber? Deveria ser o primeiro a saber, porque o órgão de controle tem a obrigação de evitar o dano ao erário, senão por que a existência?... O que está demonstrado aqui...

Aliás, a legislação catarinense, a partir disso, tem que mudar de forma substancial. Também houve prevaricação nesse aspecto. O senhor, por exemplo, tem função gratificada na Secretaria ou é cargo comissionado? Qual é a...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu sou servidor de carreira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu exerço uma função, né, sou designado pra uma função de coordenador de Controle Interno e Ouvidoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas o senhor tem uma gratificação pra exercer...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso, uma gratificação de função.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...as duas funções ou uma só função? É controlador e ouvidor?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – As duas coisas?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – As duas coisas. É... com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor acumula as duas coisas?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, foi uma junção que foi feita na reforma administrativa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É outra coisa que eu penso, a gente está percebendo aqui que isso acaba provocando, quando se tem uma função gratificada, o controlador perde a condição aqui de ficar à vontade, de responder qualquer tipo de questionamento, por quê? Porque amanhã o Secretário vai lhe exonerar. O Secretário (*sic*) tem que ser provido por concurso público, receber bem e sem receber gratificação, porque senão você passa a ser uma função de confiança do Secretário, que é o que está acontecendo.

Eu já acabei até respondendo as questões que eu iria lhe fazer...

O senhor conhece todas as suas obrigações, quais são as competências que estão descritas para a sua função, o senhor tem esse domínio?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E nelas, por exemplo, não permite ao controlador agir de ofício? Soube de alguma coisa... Não é possível que o senhor... Tem essa possibilidade de o senhor agir de ofício?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, a partir do momento que eu sei de uma informação ou que me... é-me passada a informação, eu... a... posso agir de ofício, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nesse caso não agiu de ofício?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não agi, porque já tinham as duas... as outras investigações pertinentes, porque como, como eu expliquei pro Deputado-Relator, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No próprio sistema, o sistema não obriga esses processos a terem um parecer do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Com relação ao quê?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Processos de aquisição...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Hm...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...processos de compras, ainda mais de compras de forma antecipada. Não tem que ter uma assinatura do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tem. O controlador ele não participa... o Controle Interno, no caso, ele não participa de atos de gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso não é um ato de gestão.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Uma compra é um ato de gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas uma compra precaríssima como essa, que sequer teve a transparência, que é a primeira coisa, a publicação do ato. Não tem que ter a chancela, assim como do procurador jurídico, tem que ter a chancela do controlador.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, mas não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não tem?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Na legislação não tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Foi feito para não dar certo. A impressão que a gente tem é que foi feito para não dar certo; a impressão que a gente tem é uma coisa que foi proposital, foi de forma deliberada: não, o controlador não pode saber, se ele souber, esse negócio não vai adiante, nem o Controlador-Geral do Estado, nem aquele que, sob os seus olhos, está ali sob os seus olhos, dentro da estrutura da própria Secretaria. Parece inacreditável que isso tenha acontecido.

O senhor não sabia desse processo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei, né, eu to... eu tomei conhecimento dia 28 de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O cidadão...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O cidadão não sabia? O ouvidor da Secretaria não teve uma denúncia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não tivemos nenhuma denúncia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não teve alguém que tivesse ligado?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tivemos. Era uma outra forma que a gente poderia atuar, seria através de uma denúncia ou uma manifestação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Se o senhor tivesse recebido uma denúncia de um cidadão qualquer...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Olha, tá havendo um negócio aí, soube pela imprensa, qual seria o seu papel a partir daí?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Passaríamos pra... pra área responsável no caso, dependendo é... do que se trata, é... no caso Licitações e Contrato, pra averiguar a situação e depois pra Corregedoria pra abrir uma sindicância etc., como foi feito a partir do conhecimento dos fatos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quem é o seu chefe imediato?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É o Secretário da Saúde, eu sou subordinado diretamente...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Direto ao gabinete do...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...do Secretário?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É. A minha Coordenadoria é um órgão de assessoramento ao Secretário, né? Junto com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quando o Secretário recebeu o processo para dar o seu despacho, o senhor não foi... não soube disso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Do pagamento antecipado, também não soube?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – De que o Estado não deu nenhuma garantia pra fazer o pagamento antecipado, também o senhor não soube?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quer dizer, quando soube já não tinha mais o que fazer (*o depoente faz que sim com a cabeça*), não conseguiu nem fazer um procedimento, absolutamente nada. Se a Controladoria não existisse, não teria feito diferença neste caso? E quanto aos outros casos, às outras compras que foram com pagamento antecipado, teve o conhecimento do controlador?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A partir do momento que sai uma DL publicada, nós temos conhecimento e podemos atuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas teve alguma atuação em outras aquisições?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Em outras aquisições, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Agora, na...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Por exemplo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, são vários processos, são muitos processos, não... não vou saber lhe dizer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas com valores, obviamente, que muito menores do que esse de 33 milhões?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, sim, com valores menores, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então se houve outras com valores menores, com riscos menores, por que não nesse?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Porque como eu falei pro senhor, nós atuamos a partir da publicação da DL no... no Diário Oficial, que nesse caso dos respiradores não houve. Esse é o nosso modo de trabalho, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu fiz aqui ainda algumas anotações, de qualquer forma a conclusão que eu chego é que a legislação... e eu, na quinta-feira da semana passada, não conseguia me comunicar porque estava na estrada, embora ouvisse o que vocês estavam discutindo [*referia-se à reunião da CPI acontecida no dia referenciado*], e uma das coisas que eu queria sugerir na parte da legislação, porque nas conclusões esta CPI vai indicar alguma mudança na legislação, e essa está clara, essa está clara.